

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de maio de 2009.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”

2º SECRETÁRIO: DEP. CARLOS UBALDINO *AD HOC*

À hora marcada verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Fernando Torres, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão extraordinária com objetivo de apreciar os projetos relatados no requerimento anterior.

Há um requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados.

(Lê) “*Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o II do art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta com o objetivo de apreciar as seguintes proposições:*

Requerimento de Prioridade nº 6.800/2009 , para Projeto de Lei nº 17.966/2009, bem como o Projeto de Lei nº 17.968/2009 , de autoria do Poder

Executivo.”

Fica convocada.

Não há expediente a ser anunciado. Não há manifestação de orador nos Pequeno e Grande Expedientes.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, trava-se hoje, neste Plenário, um dos debates mais importantes para esta Casa, porque há já um pré-anúncio da falência do Estado da Bahia...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu gostaria de que fosse uma questão de ordem. Nós acertamos aqui que fosse uma questão de ordem e não um discurso. Eu faço um apelo a V.Ex^a, repito, um apelo.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, eu vou também então exigir que este mesmo tratamento seja dispensado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a pode ter certeza.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Eu estava fundamentando a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Eu estava fundamentando. Mas, então...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou aguardar V.Ex^a

O Sr. João Carlos Bacelar:- (...) eu peço uma verificação de quorum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, veja bem, V.Ex^a sabe do apreço e admiração que tenho por V.Ex^a. Foi acertado que questão de ordem seja, realmente, questão de ordem; exceto quando for nos quinze minutos. E nesses quinze de intervalo para a prorrogação da sessão, o deputado pode falar o que quiser. Agora, numa questão de ordem, o presidente Marcelo Nilo, nós que presidimos aqui a sessão já tínhamos acertado neste Plenário que seja, realmente, uma questão de ordem fundamentada. Então, peço vênha a V.Ex^a.

O Sr. João Carlos Bacelar:- A minha questão de ordem é uma verificação de quorum.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado João Carlos Bacelar; mas eu gostaria da compreensão de V.Ex^a.

Questão de ordem do deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a iniciativa do deputado João Carlos Bacelar que solicitou uma questão de ordem para uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, eu quero convocar os deputados...

O Sr. João Carlos Bacelar:- Mas assim não dá.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Ele está querendo convocar os deputados para a questão de ordem.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Ele não pode fazer isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Convocar os deputado é na questão de ordem, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Pelo amor de Deus.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ele tem direito.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em uma questão de ordem, ele tem de convocar o que ele quer dizer que é a questão de ordem fundamentada de V.Ex^a, ele quer a continuidade da sessão.

O Sr. Waldenor Pereira:- A questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar é para derrubar a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Certo.

O Sr. Waldenor Pereira:- A minha questão de ordem é convocar os parlamentares de minha base para que a sessão tenha continuidade. Está errado isso?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tá, deputado. Pode prosseguir, deputado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Tenha paciência! Aí...

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo. Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a quer uma questão de ordem?

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu quero solicitar, Sr. Presidente, dentro do tempo que me é destino, a convocação dos deputados da nossa base, da Base de Governo, para se deslocarem até o Plenário desta Casa, pois há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão. São necessários 21 Srs. Parlamentares. Por isso, solicito aos colegas, deputados da Bancada de Situação, deslocarem-se, imediatamente, até este Plenário.

Solicito, também, de V.Ex^a, até para não tomar o tempo todo, soar as campainhas, convidando também todos os parlamentares para se deslocarem imediatamente tendo em vista que necessitamos de 21 Srs. Parlamentares para que esta sessão tenha continuidade e possamos debater e discutir os projetos que se encontram na pauta de discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a, deputado Waldenor Pereira, será atendido.

(A Mesa faz soar os tímpanos.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados que se encontrem no cafezinho, nos gabinetes, no Salão Deputado Nestor Duarte, venham para o Plenário, pois há uma verificação de quorum solicitada pelo deputado João Carlos Bacelar e ratificada pelo deputado Waldenor Pereira.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Gostaria de que zerassem o painel e marcassem quinze minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, eu estive, no último fim de semana, no

município de Inhambupe e venho trazer a conhecimento deste Plenário...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu gostaria de que o deputado João Carlos Bacelar marcasse presença, por favor.

O Sr. Paulo Azi:- Venho trazer a conhecimento deste Plenário, Sr. Presidente, algo que me causou enorme preocupação acerca de uma obra iniciada pelo governo Jaques Wagner no ano passado, uma obra de drenagem nas redondezas da Praça J. Maia. Hoje, Sr. Presidente, a exemplo de todas as obras que estavam em andamento no Estado da Bahia paralisada no mês de janeiro deste ano.

Com essas chuvas que caem em toda a região, Sr. Presidente, a situação ficou extremamente grave, pois águas invadem as residências em mais de um metro de altura acompanhada de lama e esgoto. Há prédios, inclusive de três andares, que correm o risco de vir abaixo.

Quero, Sr. Presidente, trazer esses fatos ao conhecimento deste Plenário, cobrar providências dos Líderes governo perante a Conder para que essa tragédia anunciada não venha a acontecer, Sr. Presidente e o governo não diga, não afirme que não foi avisado. É uma tragédia que está prestes a acontecer em Inhambupe, graças a uma obra de drenagem que está paralisada, Sr. Presidente, desde janeiro, causando um enorme transtorno à população, como disse antes, e trazendo risco de desabamento de várias residências, fato que, que, se, porventura, vier a ocorrer, poderá causar até vítimas fatais.

Portanto, Sr. Presidente, quero trazer esse registro a este Plenário e esperar que os Líderes do governo nesta Casa acionem a Conder para que a empresa responsável pela obra retorne àquele local, conclua os trabalhos e impeça que uma tragédia de grandes proporções venha a se abater sobre aquela população.

Agradeço a tolerância de V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não há Grande Expediente.

Horário das Representações Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PCdoB-Partido Comunista do Brasil-, para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, hoje temos aqui um projeto de grande importância para votar, que é o que autoriza o governo a contrair um empréstimo de R\$ 375 milhões de reais, para, exatamente, o enfrentamento da crise no nosso País e no nosso Estado.

Já discutimos aqui, por diversas vezes, que a crise que atinge o mundo inteiro não é de responsabilidade do nosso Estado nem do nosso País. Ela foi originada nos Estados Unidos, coração do capitalismo e maior potência econômica mundial, e atinge o mundo inteiro, por consequência, também a Bahia e o Brasil.

Com aparte o deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Álvaro, só quero dizer-lhe que o governo Lula vai

fazer sete anos, tempo suficiente para mudar essa política que V. Ex^a tanto critica. Será que sete anos não são suficientes para o governo federal mudar a sua política econômica? Como é que V. Ex^a quer criticar uma política que é defendida pelo governo que V. Ex^a tanto apoia.

Fica difícil entender a posição de V. Ex^a. Se a culpa da crise é a política econômica dos Estados Unidos, também o é do presidente de V. Ex^a, que a aceitou e não fez nenhum movimento, deputado Álvaro, no sentido de modificá-la.

V. Ex^a não está sendo inteligente ao querer atribuir unicamente à política econômica dos Estados Unidos o que ocorre na economia do nosso País hoje. Afinal de contas, se é verdade que essa política apresenta agora sinais de excesso de erros e é totalmente ruim, como diz V. Ex^a, o governo de V. Ex^a já teve tempo suficiente para alterá-la.

Quero apenas ponderar que não fica bem V. Ex^a querer jogar toda a culpa desta crise no colo dos Estados Unidos. Até porque não é esse país que administra o Brasil. Não é o governo americano que faz as leis brasileiras, que cria a nossa política econômica. Esta, deputado Álvaro Gomes, é implementada pelo governo do partido que o senhor apoia...

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado...

O Sr. Paulo Azi:- Só para concluir, deputado Álvaro.

(...) Repito, não é o governo dos Estados Unidos que implementa a política econômica da República Federativa do Brasil. Quem a implementa é o governo do presidente apoiado pelo partido de V. Ex^a.

Essa intervenção foi só para facilitar o belo discurso que V. Ex^a vai proferir. Agradeço pelo aparte.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Paulo Azi, V. Ex^a faz umas afirmações firmes, mas, sinceramente, o senhor não compreende muito bem os meus pronunciamentos. Eu estava apenas fazendo uma introdução abordando a crise mundial, mas o senhor não esperou a conclusão do meu raciocínio.

Eu disse que esta crise não foi originada no Brasil, não é de responsabilidade do nosso País. Afirmei, também, que enfrentamos os seus efeitos em melhores condições do que enfrentaríamos se ainda estivéssemos na década passada. Se fosse nos anos 90, teríamos uma situação calamitosa. Sabemos que não estamos imunes à crise, à situação internacional, porque não somos uma ilha no mundo. A economia é altamente financeirizada, com o PIB mundial na faixa dos US\$ 60 trilhões, entretanto com mais de US\$ 500 trilhões movimentados através de ações. Enfim, é uma riqueza fictícia.

Repito, o Brasil não fica imune a esta crise. Mas o presidente Lula, sabiamente, vem construindo um novo País, uma nova situação política para a nossa população. Quando ele assumiu a presidência da República, todos os bancos públicos – Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste – estavam sendo privatizados. Empresas estratégicas, como a Petrobras, também; a educação e a saúde estavam totalmente desmanteladas e privatizadas.

O presidente Lula vem buscando corrigir todas essas distorções e esses

absurdos que aconteceram durante a ofensiva neoliberal empreendida, principalmente, pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Ao assumir a presidência, ele barrou o processo de privatização e impediu a venda do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Banco do Nordeste e da Petrobras.

Estimulou a atividade produtiva e não a especulação financeira, muito embora esse problema ainda exista no nosso País. Durante estes 7 anos de governo, o presidente Lula buscou reconstruir a nossa indústria, que foi totalmente destruída, e implementou programas para reduzir as desigualdades sociais. Com isso, cerca de 20 milhões de pessoas migraram das classes D e E para a C. Também conseguiu reduzir o desemprego, conforme calculado pelo IBGE, de 13% para 8%, conseguiu melhorar as condições de vida da nossa população.

No sistema financeiro, para se ter uma ideia, o Banco do Nordeste, que financiou, em 2002, cerca de 300 milhões de reais, em 2008, financiou cerca de 13 bilhões de reais. Olhem a diferença!

Portanto, o presidente Lula enfrenta a crise hoje em melhores condições, o presidente Lula enfrenta a crise hoje com trabalho, enfrenta a crise com melhoria, com busca de superar a crise. E o governador Wagner enfrenta essa crise da mesma forma, com programas importantes, buscando reduzir as desigualdades sociais. E, quando o governador vem, num esforço de enfrentar essa crise, para aprovar um projeto fundamental, como o de empréstimo de 375 milhões, a Oposição vem com o discurso de que é a favor, mas ao mesmo tempo é contra.

Portanto, nós vamos aprovar, sim, o projeto aqui, para enfrentar a crise. Ninguém está negando a crise, mas hoje o governo enfrenta essa crise em melhores condições. Por isso, nós vamos aprovar este projeto aqui e, junto com outras medidas, nós vamos melhorar cada vez mais as condições de vida da nossa população.

Estaremos votando a prioridade para o projeto de anistia àqueles que foram perseguidos, àqueles agentes penitenciários perseguidos em 1992. Portanto, o governo corrige as injustiças e, na próxima semana, deveremos votar esse projeto aqui.

A Oposição, que diz estar do lado da população, do lado do povo, não se coloca, não é a favor da anistia para os agentes penitenciários, na medida em que não assina a dispensa de formalidades, não é a favor da votação do projeto que autoriza a aquisição do empréstimo, porque não defende os interesses do Estado da Bahia, mas os interesses do Estado da Bahia prevalecerão.

Projeto como esse da anistia, que concederá anistia aos agentes penitenciários, projeto como este de hoje, que autoriza aquisição do empréstimo de 375 milhões serão aprovados.

Por fim, pediria só para inserir nos Anais desta Casa o editorial do jornal *Vermelho*, de hoje, com o título: (lê) “Uma CPI para privatizar a Petrobras?”

Ajudada pelos reflexos da crise econômica global, por sua aliada estratégica à mídia hegemônica, assim como por sua sem-cerimônia no atropelo das regras democráticas do Senado...

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- (...) *na noite de quinta-feira (15), a Oposição conservadora volta a pôr as mangas de fora. Seu último feito é a CPI da Petrobras, ou anti-Petrobras.*”

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Por favor!

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Querem privatizar a Petrobras.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr^a Presidente, falarão, durante 5 minutos cada, respectivamente, o deputado Fernando Torres e o deputado Adolfo Menezes.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Fernando Torres.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Sr^a Presidente, simpática deputada Antônia Pedrosa, ...

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Obrigada!

O Sr. FERNANDO TORRES:- (...) Srs. Deputados, subo a esta tribuna para parabenizar o PMDB pelo seu evento realizado ontem que contou com a presença do ministro Geddel Vieira Lima, do prefeito João Henrique, de vários deputados federais e estaduais, de vários vereadores e prefeitos e que conclamou que Geddel Vieira Lima poderá ser o próximo candidato a governador pelo PMDB.

Parabéns ao PMDB por sair na frente nessa corrida ao Palácio de Ondina que sabemos que não vai ser difícil para a Oposição devido à incompetência do governo do Estado. Não vai ser difícil para Geddel se tornar governador da Bahia, nem para o ex-governador Paulo Souto voltar a ser governador.

Parabéns ao PMDB por esse excelente evento e por essa saída na frente dos outros concorrentes, e que...

O Sr. Pedro Alcântara:- Geddel é da Oposição?

O Sr. FERNANDO TORRES:- Geddel não é da Oposição, mas vai ser, porque será candidato contra o governador Jaques Wagner. No momento não é, mas a tendência é ir para a Oposição. Isso só não acontecerá se o governo da Bahia tiver dois candidatos governistas, mas acredito que seja impossível, deputado Pedro Alcântara.

Gostaria de parabenizar o prefeito de Feira de Santana, Tarcízio Pimenta, pela campanha realizada, deputado Emério Resedá – excelente deputado da Região do Sisal, atuante e amigo do povo de Feira de Santana e de toda a Bahia. O prefeito Tarcízio saiu na frente ao lembrar do povo de Salvador! Feira de Santana arrecadou mais de 30 toneladas de alimentos, remédios e agasalhos para o povo de Salvador, enquanto o governo do Estado ainda não fez quase nada para que o prefeito João Henrique pudesse melhorar a vida do povo soteropolitano.

O ministro Geddel trouxe um convênio de mais de 30 milhões, e o governo do Estado está parado e nada faz para melhorar a vida dos desabrigados e das pessoas

necessitadas do Município de Salvador.

Vi o prefeito de Salvador, deputada Maria Luiza, preocupadíssimo com o povo da cidade. João Henrique chegou a chorar no seu discurso de agradecimento ao povo de Feira de Santana, sua terra natal. Ele chorou quando falou das pessoas necessitadas de Salvador.

O prefeito João Henrique é uma pessoa sensível aos problemas do povo de Salvador. Passa por dificuldades, como todos os administradores passam, mas ele é humano e uma pessoa que gosta do seu povo.

Parabenizo o prefeito de Salvador em sua pessoa, deputada Maria Luiza, deputada atuante e guerreira, que está na Oposição porque sabe que ela está podendo ajudar melhor ao povo de Salvador a cobrar do governador Jaques Wagner os benefícios para a cidade.

O Sr. Eliedson Ferreira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. FERNANDO TORRES:- Concedo o aparte ao excelente deputado de Feira de Santana, Eliedson Ferreira.

O Sr. Eliedson Ferreira:- Deputado Fernando Torres, quero associar-me a V.Ex^a nessa felicitação ao povo de Feira de Santana. Estive presente, ontem, quando da entrega das quase 24 toneladas de alimentos, o que mostra a solidariedade e o amor do povo de Feira de Santana aos nossos irmãos de Salvador. Estão de parabéns o prefeito Tarcízio Pimenta, os servidores da prefeitura, as igrejas que participaram dessa mobilização e todo o povo feirense.

Estou feliz com a presença do prefeito João Henrique, ao lado do prefeito Tarcízio Pimenta e das lideranças políticas de Feira de Santana, na entrega dos donativos arrecadados. Essa atitude mostrou que na hora da adversidade a solidariedade do povo feirense se manifestou fortemente.

Muito obrigado.

O Sr. FERNANDO TORRES:- Agradeço ao deputado Eliedson Ferreira pelo excelente aparte.

O povo de Feira de Santana é irmão do povo de Salvador, tanto que o prefeito de Salvador é um feirense. Tenho orgulho de ter um irmão de Feira de Santana administrando a Cidade de Salvador.

Para finalizar, quero dizer que Feira de Santana está irmanada ao povo de Salvador nesse problema das chuvas, e que os 600 mil habitantes de lá ficaram preocupados com a situação do povo da capital.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Deputado Fernando Torres, gostaria de que V.Ex^a continuasse, mas o tempo...

O Sr. FERNANDO TORRES:- Estou terminando, Ex^a, só mais 20 segundos. E o povo de Feira de Santana estava tão preocupado que arrecadou mais de 30 toneladas de alimentos, remédios, medicamentos para a cidade do Salvador. Parabenizo o prefeito Tarcízio Pimenta, o prefeito João Henrique e toda a cidade de Feira de Santana com essa excelente ideia de ajudar a cidade do Salvador.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta, pelo tempo cedido.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Eu que agradeço, deputado Fernando

Torres.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Pelo tempo de 5 minutos, falará o deputado Adolfo Menezes, meu companheiro de partido, guerreiro.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidenta, deputado João Carlos Bacelar, deputado Misael, alguns membros do Ministério Público, estão extrapolando as suas funções. Eu digo isso, Srs. Deputados, deputado Sérgio Passos, que é da região, que o que está a ocorrer no município de Campo Formoso e região, Filadélfia, Senhor do Bonfim e toda região, é um absurdo.

Nas feiras livres, que aqueles pequenos agricultores, deputado Fernando Torres, vão comercializar uma galinha, ovos de quintal, aipim, lá em Campo Formoso e nos outros municípios, a Promotoria está exigindo que se coloque fogo, que se tome até vassoura, porque diz que o cabo da vassoura foi tirado da mata. Então, acredito que o Ministério Público, deputado Isaac, está extrapolando.

Infelizmente, eu não gostaria de falar da prefeita da minha cidade, Campo Formoso, que covardemente está assistindo e fazendo o que o Ministério Público quer. Eu, como prefeito, não obedeceria, porque a promotoria tem que ter bom senso. Produtos que foram assim comercializados há centenas de anos, há mais de um século naquele município e região, estão sendo proibidos. Um molho de aipim, deputados João Carlos e Fernando Torres, está sendo jogado fora porque foi amarrado com a folha de ouricuri; vassoura está sendo tomada na feira, porque o seu cabo foi tirado na mata; uma galinha não pode ser mais vendida e um bode não pode ser mais comercializado, ficando os pequenos agricultores à mercê de uns poucos frigoríferos que estão monopolizando o abate na Bahia. Há poucos dias, nós tivemos aqui uma audiência para tratar desse assunto importante, o abate clandestino, com o secretário Roberto Muniz, e o mesmo falava que tem conhecimento, seria preciso construir-se dezenas de matadouros em toda a Bahia, mas não tinha orçamento. E eu faço a pergunta: se o governo não tem dinheiro para atividades tão importantes, como a saúde, educação e segurança, quando é que vai ter condições de fazer abatedouros como o Ministério Público exige? E nesse intervalo, como é que fica o povo? Matando um animal, um pequeno carneiro, às escondidas, como se fosse um marginal, sem condições de sobreviver, porque se a polícia pegar, mete na cadeia.

Até o beiju, deputado Fernando Torres, que sempre foi comercializado, que a população aprecia, sempre utilizou daquela forma, sempre comprou daquela forma, nas feiras livres da nossa Bahia, está sendo proibido, porque o Ministério Público, alguns promotores, acredito que pensando que estão na Suíça, ficam a exigir que o nosso interior, tão carente e tão pobre, onde os pais de família produzem esses pequenos produtos: farinha, mandioca, beiju, galinha, ovos, pastor Ubaldino, e agora estão sendo impedidos, vão sobreviver de quê? Vão entrar na marginalidade? Começar a roubar, delinquir? Então, esses promotores deveriam usar o bom senso, eles não estão na Suíça, deputados, estão no nordeste do Brasil, na Bahia.

Ninguém em sã consciência defende, Srs. Deputados, que se devaste as matas.

Eu mesmo sou favorável a que você deveria sobretaxar madeira de lei, quem quisesse usá-la pagaria um imposto muito alto. Sra. Presidente, para concluir, ninguém é a favor de que se devaste o meio ambiente. E eu, como membro, como vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente, vou levar também outro problema grave, deputado Eliedson, lá na nossa região não se pode construir casa, rebocar, fazer absolutamente nada.

Agora mesmo estou com mais de 2 milhões em caixa, para fazer calçamentos em diversas localidades, mas não se pode pavimentar porque também não se pode mais extrair areia no município de Campo Formoso, Senhor do Bonfim e região. Mais de 300 mil pessoas estão sendo impedidas de construir, de melhorar as residências, de fazer obras públicas, porque o Ministério Público, mais uma vez com o IMA, acha que está na Suíça e quer proibir, mudar tudo de vez. Eu acredito que deveria haver bom senso para que não prejudicassem como estão prejudicando(...)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- (...) a vida de milhares de pessoas humildes que têm como sustento essas pequenas atividades. Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr^a Presidente, falará por 5 minutos o deputado João Carlos Bacelar e pelos 5 restantes o deputado Paulo Azi.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Para falar por 5 minutos, com a palavra o nosso grande orador, João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Bahia é um dos poucos estados onde os centros de convenções não são rentáveis, e atestando a incompetência do PT, o governo agora quer terceirizar os equipamentos de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro.

O curioso é que os proponentes, os pretendentes a esses centros de convenções estimam para Salvador um lucro em torno de R\$ 6 milhões ao ano, enquanto isso, a Bahiaturisa diz que o Centro de Convenções de Salvador, uma verdadeira peneira, agora com essas últimas chuvas, inviabilizou até a bienal do livro, dando sérios prejuízos a vários expositores.

O Centro de Convenções da Bahia dá um prejuízo de 3 milhões e meio. É a incompetência dessa administração estadual, porque em todo o país os centros de convenções estão em franco crescimento. É mais uma vez a Bahia perdendo posições. No Ceará, por exemplo, o governo investiu cerca de 270 milhões de reais para construir um novo centro de eventos; em Pernambuco, desde o ano passado, o governo do Estado e a Prefeitura de Recife trabalham juntos para fomentar o turismo de eventos e já tiveram um retorno de 420 milhões, tendo atraído cerca de 270 mil turistas. Hoje, Pernambuco é o 4º estado brasileiro em feiras internacionais, e até o ano que vem o Centro de Convenções irá passar por requalificações, exigindo do

governo pernambucano 22 milhões para investimentos.

Aqui, o Estado não quer investir 30 milhões de reais para recuperar o Centro de Convenções da Bahia. São 30 milhões de reais para colocar a Bahia no turismo de eventos e negócios.

No Rio Grande do Norte, em Natal, os resultados, sobretudo no período de baixa estação, mostram que os investimentos que o governo estadual fez no seu Centro de Convenções têm retorno.

No Piauí, o Centro de Convenções de Teresina fica pronto em dezembro. No Pará, hoje, 90% do turismo é relativo a eventos e convenções.

Aqui na Bahia lamentavelmente as coisas no governo do PT não dão certo. A Bahia já foi o 2º destino de turistas deste País, e hoje perde posições a cada dia. O nosso aeroporto tem um movimento menor que o de Recife, e com certeza Fortaleza já passará em movimentação de passageiros o aeroporto de Salvador. E agora Pernambuco nos supera no turismo de eventos, sendo hoje o 4º estado brasileiro em feiras internacionais. Enquanto isso, a Bahiatursa quer vender o São João de cidades que não têm hotel para receber os turistas.

Quero saber como os turistas irão, por exemplo, para municípios que não têm hotéis nem onde recepcionar. Cidades que só têm o potencial de receber verbas da Petrobras através de ONGs para suas festas locais. Esse grande investimento que a Bahiatursa tem feito para atrair argentinos ao São João da Bahia até hoje, segundo se comenta na imprensa, só teve um resultado positivo, que foi a vinda de pinguins lá do extremo sul do continente para Salvador.

Para concluir, Srª Presidente, foi esta a única atração de turistas que o governo Wagner conseguiu, os pinguins argentinos que chegaram à costa da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Srª PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Muito obrigada, deputado.

Com a palavra o deputado Paulo Azi, por 5 minutos.

O Sr. PAULO AZI: -Deputada Antônia Pedrosa, Srs. Parlamentares, há pouco me referi aqui à grave situação por que passa o município de Inhambupe, devido a uma obra iniciada ano passado pela Conder. Ela se encontra paralisada desde o mês de janeiro e vem causando graves transtornos àquela população. E agora, com a chegada das chuvas, as pessoas vêm tendo as suas casas invadidas pela água, lama e com riscos enormes, deputado Getúlio, de que uma tragédia venha a se abater sobre elas em razão da situação em que a obra foi deixada: com as valas abertas, o que vem provocando infiltrações e rachaduras em diversas residências e prédios.

Se uma providência imediata não for tomada pela Conder, poderemos assistir, naquele município, a uma tragédia anunciada, Srªs e Srs. Parlamentares.

Esse é o reflexo da situação que todos nós presenciamos em diversos municípios do Estado da Bahia. São obras iniciadas, muitas ainda na gestão do ex-governador Paulo Souto, mas que se encontram atualmente paralisadas, causando não só prejuízo ao Erário, mas, e principalmente, à população, que ainda não pôde ser atendida pelos benefícios que tais obras iriam trazer.

A paralisação das obras, senhoras e senhores, nada mais é do que o reflexo da grave situação financeira em que o Estado da Bahia se encontra, e que é fruto do descontrole total de suas contas públicas.

A Oposição, no ano passado, durante a votação do Orçamento, alertou o atual governo. Na época ele se mostrava perdulário e inconsequente ao permitir o aumento de gastos públicos, apesar da crise que se anunciava. A despeito, deputado Getúlio Ubiratan, da marola anunciada por S.Ex^a, o Presidente da República.

O governo do Estado da Bahia agora procura recursos onde houver para tentar saldar os seus compromissos. E aí passa a cometer uma série de improbidades, como a que vemos nesta tarde. E também como aquelas anunciadas pelo secretário Walter Pinheiro.

O governo do Estado da Bahia recebeu uma antecipação dos recursos do Fundeb da ordem de R\$ 175 milhões. Tudo demonstra, deputado Isaac, que esses recursos – que deveriam ser carimbados para fazer frente às enormes dificuldades por que passa a educação do nosso Estado – tudo demonstra, pelo anúncio do secretário Walter Pinheiro, que esses recursos do Fundeb, repito: da ordem de R\$ 175 milhões de reais, e repito ainda, são recursos que foram antecipados pelo governo federal. Pois bem, tudo indica que esses recursos foram retirados da educação para serem aplicados em despesas de pagamento de empreiteiros, de fornecedores e pessoal. É por isso, Sr^{as} E Srs. Parlamentares, que a educação na Bahia atravessa esse momento crítico: faltam professores nas salas de aula, os recursos não são repassados para as prefeituras fornecerem o transporte escolar aos alunos, não há recursos para a merenda escolar, para a reforma das unidades escolares. Consequentemente, isso faz que a Bahia tenha um dos piores resultados do último ENEM, porque, dos 20 piores colégios do País, a Bahia tem cinco, e todos eles estaduais.

Portanto, quero aqui, Sr^a Presidente, repudiar esse desvio de finalidade dos recursos do Fundeb, que foram antecipados pelo governo federal e que estão sendo utilizados para pagamento de diversas despesas a fornecedores, quando...

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Para concluir, deputado.

O Sr. PAULO AZI:- (...) deveriam ser utilizados para prover a nossa educação, a melhoria da qualidade dela com a contratação de professores, o fornecimento da merenda escolar, a capacitação, o transporte escolar para os alunos do Ensino Médio.

Agradeço, deputada Antônia Pedrosa, a tolerância de V. Ex^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar, ou indicar orador, pelo tempo de oito minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, falará, por todo tempo, o deputado Sérgio Passos.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos pelo tempo de oito minutos. Serei tolerante com Vossa Excelência.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr^a Presidente, simpática deputada de Barreiras, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, subo a esta tribuna apenas para ler, e peço que seja transcrita nos anais desta Casa, a coluna da jornalista Dora Kramer sobre a situação da CPI da Petrobras no Senado da República.

Poucas vezes um jornalista foi tão feliz ao descrever a situação política nacional como foi a jornalista Dora Kramer, que tem a sua coluna reproduzida por *A Tarde*, em um artigo sob o título: (lê) “ *Falta espírito na coisa.*

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deixa de ter razão: algo há por trás da CPI da Petrobras.

Quando defendeu a tese do 'algo mais', a ideia do presidente era atirar só no PSDB, mas ele acabou acertando na essência de uma questão mais ampla: se há dúvidas sobre as razões da oposição, também há incertezas a respeito do comportamento da situação.

Aqui da plateia não deu para captar o espírito da coisa com clareza. Nada faz muito sentido. Menos ainda depois que o governo reagiu como se os tucanos tivessem anunciado a aproximação do fim do mundo e, ao mesmo tempo, manifestado absoluta tranquilidade, 'receio nenhum', com o desenrolar da CPI.

Se não existe temor de nada, por que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, considera que uma investigação para apurar a ocorrência de irregularidades na Petrobras significaria necessariamente a 'desmoralização' da empresa?

Segundo ele, o PSDB quer investigar para desmoralizar e depois privatizar a Petrobras. Terá o ministro percebido que deu por perdida a eleição presidencial de 2010? Sim, porque para vender a empresa será necessário o PSDB assumir o governo.

Ganhando, venderia uma empresa desmoralizada na bacia das almas. Não faz sentido. A menos que a intenção seja desde já pôr o debate da sucessão nos termos postos quando do segundo turno da disputa entre Lula e Geraldo Alckmin...”

Abro um parêntese para dizer que seria impossível ou desnecessário afirmar isso atualmente, já que o próprio governo defende as PPPs, que nada mais são do que privatizações. O governo estadual defende, como acabou de citar o deputado João Bacelar, Líder do PTN, a privatização do Centro de Convenções; o governo federal defende a privatização de aeroportos e rodovias, para que sejam bem administradas e, assim, a população seja bem servida. Então o discurso afirmando o erro da privatização está ultrapassado, está deixando a desejar.

Volto ao artigo da jornalista.

"(...) O governo invoca a falta de patriotismo da oposição e lamenta, como fez o presidente, que a CPI seja feita 'em momento de ouro na área do petróleo'. Ora, se o momento é de ouro a situação será de diamante quando não restar a menor dúvida de que a Petrobras anda na mais estrita linha. O fato de ser a maior empresa do País não lhe dá salvo-conduto para transgredir. Ao contrário, pois não?

Sobre as motivações oposicionistas levantam-se algumas possibilidades. Lula aventou logo de início que a CPI teria o objetivo de desviar o foco das atenções, há

três meses fixado sobre o Congresso.

Embora seja a hipótese mais óbvia, não é lógica. Primeiro, porque tal interesse não seria só do PSDB, mas de todos os partidos, inclusive os governistas.

Segundo, seria uma operação estranha a montagem de uma bomba de potencial atômico para desmontar o feixe de dinamites ao lado. Terceiro, é inútil. Denúncia boa tem espaço com CPI ou sem CPI. Aliás, é no clima de barata voa mesmo que o ambiente fica mais propício à troca de acusações.

Onde há disputa de posições e os ânimos entram em estado de ebulição, os pactos de boa convivência tendem a se dissolver e uma grande crise pode dar lugar a uma crise monumental.

Outra possibilidade seria a alteração da pauta: no lugar do Congresso estaria o governo na berlinda, alvo de um tema feito na medida para se iniciar o embate de 2010. Além dos defeitos da hipótese anterior, esta criaria um perigo adicional: o da oposição abrir ao governo a chance de carimbar o PSDB como 'inimigo' da Petrobras, um simbolo caro ao consciente e ao inconsciente do coletivo nacional.

Nunca se pode descartar a alegação oficial: pode ser que o interesse do PSDB seja mesmo investigar a fundo a Petrobras. Nesse caso, teria de entrar mais bem armado no combate a fim de dar conta da agenda: fraudes em licitações, desvios no pagamento de royalties, acordos suspeitos com usineiros, irregularidades em contratos para construção de plataformas, sonegação de impostos, superfaturamentos nas obras da nova refinaria em Pernambuco e ilícitos na concessão de patrocínios.

Isso sem a parceria do DEM, com o PMDB na oposição dúbia de sempre, a tropa de choque do vale-tudo nos calcanhares, a mentira institucionalizada como arma de defesa nas CPI e uma inequívoca preferência pelo panorama visto de cima do muro.”

Estão aqui as causas diretas de investigação e da necessidade de uma CPI sobre a Petrobras. Não é por ser a maior empresa nacional, não é por ser a empresa que representa o coração dos brasileiros que ela tem que estar acima do bem e do mal. Por isso, uma CPI feita com tranquilidade, com a finalidade real de apurar se há ilícitos na administração daquela empresa é bem-vinda por toda a nação.

Muito obrigado pela concessão do tempo, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de oito minutos. (Pausa) com a palavra o Líder do PR.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, o deputado Eliedson falará por oito minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Eliedson Ferreira pelo tempo de até 8 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputadas presentes, senhores que nos acompanham das Galerias Deputado Paulo Jackson, senhores que nos assistem pela *TV Assembleia*, nós estamos aqui nesta tribuna, Sr.

Presidente, um tanto quanto envergonhado com a situação que o governo do Estado permitiu que a Associação dos Amigos do Autista, *AMA-Bahia*, chegasse.

No começo deste mandato, todos os deputados aqui estão cientes, foi derrubado um veto do governador a um projeto que visava a que o governo do Estado oferecesse às entidades que cuidam dos autistas uma estrutura, como já acontece em outros países, como já acontece em outros Estados, capaz de oferecer a essas crianças, adolescentes e jovens, uma condição maior a essas instituições para que elas oferecessem ao autista uma condição melhor de tratamento. Mais de dois anos se passaram, deputado Heraldo Rocha, que esta Casa derrubou o veto do governador, se tornou lei que o governo desse essa assistência e nada foi feito por parte do governo do Estado.

E agora estamos recebendo aqui nesta Casa, num plantão de 48 horas, pais, professores e doutores que trabalham com os autistas no turno vespertino, com os seus filhos. A partir desta terça-feira, de hoje, portanto, eles estão aqui na Assembleia Legislativa pleiteando, deputado Heraldo Rocha, Srs. Deputados, sobretudo deputados da base do governo, é uma audiência com o governador. Esse governo que posa de republicano, que criou uma mesa de negociação, que ouve as pessoas, que ouve as entidades, não está cumprindo com o seu discurso, porque uma entidade com essa que contribui com o Estado... Imaginem o que essa instituição e as demais instituições gastam mensalmente para cuidar com um amor inigualável... Estive visitando a instituição, vi a dedicação com que os professores, médicos, pais, trabalham para garantir a essas crianças, adolescentes, pois eles recebem crianças a partir de 2 anos até 28 anos de idade. Imaginem o que é um pai, uma mãe, lidar com pessoas com essas necessidades especiais...

Os deputados desta Casa são sensíveis a essa situação. E a prova disso é que o veto do governador ao projeto do ex-deputado que o apresentou nesta Casa foi derrubado. Essa é uma prova de que os deputados são sensíveis a essa situação, mas está faltando haver essa sensibilidade por parte do governo, pelo menos para ouvir a doutora Rita, os pais e mães desses autistas, e ver o que o governo pode fazer. Eles estão aqui solicitando a ajuda – vou participar desse movimento e quero estender aos deputados, como o deputado Gilberto Brito, que também veio a esta tribuna e fez esse pedido. Eles estão pedindo que nós participemos de uma rifa para saldar as dívidas da entidade, porque eles gastam mensalmente R\$ 5 300,00. Realizam palestras, cursos, bazar, e há sócios contribuintes, contudo não estão conseguindo fechar as contas. Eles estão prestes a fechar as portas. E o que será desses 78 autistas que são assistidos pela *AMA-Bahia*? O que será dessas famílias que têm nessa instituição, nessa entidade, um socorro? E eles estão cumprindo, estão preenchendo uma lacuna que é do Estado, meu Deus do céu!

Então, há uma falta de sensibilidade. Eles querem uma audiência com o governador. Mas tenho ouvido, deputado Heraldo Rocha, que há até deputado da base do governo que não está conseguindo falar com o governador! Por isso fico preocupado! Será que há condições de o Sr. Governador ouvir a doutora Rita, ouvir os pais, as mães dos autistas e ver de que forma o governo pode dar uma contribuição

para evitar que essa instituição venha a fechar?

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Concedo o aparte a meu Líder, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Eliedson, infelizmente, tenho que parabenizar V.Exª num assunto tão trágico, tão preocupante. Tem se tornado uma constante... Talvez tenham me procurado mais porque sou médico: são os renais crônicos, pacientes com mucopolissacaridose, enfim, quadros graves de crianças que não estão tendo assistência do governo.

Hoje fui procurado por um médico, que tem um filho autista e participa da AMA, queixando-se. Mandeí que ele fosse ao meu gabinete. Acho que só tem uma solução: o que tenho feito com renais crônicos, com pacientes, às vezes que preciso interná-los e que o governo não o faz, é entrar no Ministério Público. Não tem outra saída para este governo. Este governo, as suas secretárias da área – eu fui secretário do Trabalho e Ação Social – parece que não estão preocupadas com isso. Estão preocupadas em atuar no MST, no MST invadir a EBDA lá em Feira, estão preocupadas com isto: repassar recursos para ONGs, já estamos pesquisando e vamos provar que há ONGs que não são verdadeiras. Olhem a Petrobras aí, isso vem sendo denunciado há mais de três anos.

Quero dizer a V. Exª que conte com a assessoria jurídica da Liderança, conte com nosso assessor de imprensa, o Aloísio, e conte com toda a nossa assessoria a fim de dar uma solução a esse problema. Não vai resolver audiência com o governador, vamos entrar no Ministério Público.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Eu agradeço seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero fazer um apelo para que os deputados sensíveis a essa situação dos autistas deem a sua contribuição, mas que o governo, que tem a obrigação de prestar assistência... É uma instituição como a AMA que está preenchendo essa lacuna deixada pelo Estado. Vamos ajudá-la, não vamos permitir que essa instituição venha a fechar e deixar essas famílias desamparadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria, ou o Líder do PSDB, PTdoB, PSL, PTB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes: - Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Getúlio Ubiratan.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Getúlio Ubiratan por 9 minutos.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, ontem, dia 18, vivemos um dia marcante, foi o Dia Nacional de Combate à Pedofilia no Brasil. Ontem também o nosso presidente da República, Lula, recebeu homenagens da ONU

pela sua garra, pelo fato de ele ter se manifestado com rigor na confirmação de leis importantes que coíbem essa prática horrorosa no Brasil.

Nós recebemos da nossa região informações de coisas drásticas que andam acontecendo com as nossas crianças baianas. Como se não bastasse a situação de trabalho forçado em que muitas crianças se encontram como a produção do carvão. A situação realmente horrível de trabalho forçado principalmente em Nova Viçosa, distritos de Helvécia e Espora Gato, como também parte da região do Juerana, que já pertence ao município de Caravelas. Essa situação já foi denunciada por mim noutra oportunidade.

Mas o que realmente, Sr. Presidente, nos deixa entristecido é que, quando acompanhamos as informações vindas de centros como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, e outros cantos, jamais queremos admitir e concordar que por aqui possamos viver situações horríveis de violência contra as nossas crianças. Veja só, Sr. Presidente, que na região do Extremo Sul aconteceu um fato muito drástico. Um cidadão, empresário do Espírito Santo, se aproveitou de uma criança de apenas dois anos de idade. E essas cenas foram filmadas inclusive, Sr. Presidente, uma cena horrível. Havia uma desconfiança do pai da criança, também um comerciante, de um funcionário ter se envolvido num roubo, e aconteceu que ele fez um flagrante horrível. Esse empresário vindo do Espírito Santo forçando um menino de dois anos a fazer sexo com ele. De dois anos de idade, aliás, forçando, não, chegou a fazer, completar o sexo oral.

Mais drásticas e ainda horríveis são cenas que existem aqui na Bahia, também, como ver, Sr. Presidente, um homem, cidadão de nível, de cultura, forçar uma criança a fazer sexo oral. A cena foi horrível, Sr. Presidente. Fazendo sexo oral, ejaculando na boca da criança esse desgraçado!

Eu me recordo, Sr. Presidente, de uma cena que aconteceu, também, em São Paulo, quando aquela menina, Isabela Nardoni, foi jogada pelos próprios pais e, mais tarde, um dos policiais que prestavam serviço na ocasião do fato também foi flagrado fazendo sexo com um menino, com uma criança, sexo oral, ejaculando na boca da criança. A cena foi mostrada e levada pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia e entregues as imagens ao presidente Lula. Acontece em São Paulo, Sr. Presidente, acontece no Rio de Janeiro, acontece em Porto Alegre, acontece em Brasília, acontece aqui na Bahia, na nossa região do Extremo Sul, a barbaridade que está sendo cometida e que precisa ser levantada com muita responsabilidade por nós parlamentares, também, a respeito das nossas crianças, aqui na Bahia, que estão padecendo, sofrendo, Sr. Presidente, diante da violência dos adultos.

Há poucos dias, uma jovem, que voltava da escola, de 16 anos de idade, na cidade de Eunápolis, andando, vindo de bicicleta, retornando da escola para casa, foi baleada nas costas por marginais, bala perdida, estava carregando no ventre seu filho. E o milagre aconteceu. A mãe conseguiu sobreviver e dar à luz um menino, e o chamado milagre da vida foi noticiado em nível nacional.

Precisamos também, meu caro João Carlos Bacelar, presidente da nossa Comissão de Segurança Pública, nos atentar a respeito dessa violência que é

anunciada, que é praticada dentro de Salvador, no interior, também, mas não somente nos crimes de assaltos, roubos e brigas, que por aqui acontecem, mas, infelizmente, Sr. Presidente, a violência que está sendo praticada na nossa Bahia contra as nossas crianças e, de uma maneira absurda, como acabo de relatar neste Plenário a respeito desse fato horrível de um tarado, um desgraçado vindo do Espírito Santo para atentar, praticar maldade contra uma criança baiana.

V. Ex^a me permita, Sr. Presidente, até me perdoe pela forma como estou produzindo aqui a minha fala, que na verdade retrata, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a veemência com que o povo da nossa região tem gritado logo após ter tido conhecimento desse fato horripilante.

Mas preciso também aqui, para completar este tempo que me resta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu caro deputado Gildásio Penedo, dizer que nós continuamos na nossa região preocupados com a situação dos nossos aeroportos, que ainda não estão com a sua operação normalizada, é o aeroporto da cidade de Teixeira de Freitas e da Cidade de Caravelas, que pode muito bem se tornar um aeroporto internacional.

A Cidade de Caravelas é uma das mais antigas antigas do Brasil, porta de entrada do turismo fortíssimo que ostenta a nossa região do Extremo Sul. A Costa das Baleias, Sr. Presidente – Prado, Caravelas, Mucuri, Nova Viçosa, Alcobaça –, é uma região muito bonita e que precisa ser explorada. Além da Praia do Forte e Costa do Sauípe, além do carnaval de Salvador, além de Porto Seguro, que se estenda também para o nosso Extremo Sul o fluxo do turismo. E esse apelo eu reforço aqui, novamente, a cobrança que também...

Para concluir, Sr. Presidente.

O que reitero aqui a respeito dos nossos aeroportos é que vão dar, Sr. Governador, uma contribuição muito imensa para o desenvolvimento econômico em seu governo, com muita certeza, porque o turismo, realmente, vai-se impulsionar com força. É isso que esperamos!

Estamos vivendo essa expectativa, haja vista, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as empresas contatadas por este parlamentar já demonstraram total interesse em operacionalizar seus voos por ali, seja em Teixeira de Freitas, seja em Caravelas.

Recentemente, estive com a direção da Trip, acompanhado pelo vice-governador do Espírito Santo, Ricardo Ferraço. Nesse contato, eles até se prontificaram a participar, a cooperar nas obras, naquilo que precisar ser revitalizado o aeroporto da Cidade de Teixeira de Freitas ou mesmo o aeroporto da Cidade de Caravelas. Mas é preciso que o governo também dê o seu crédito, e nós esperamos por isso.

Sr. Presidente, quero agradecer a V.Ex^a pela forma como entendeu o nosso pronunciamento e, principalmente, por ter contribuído para que eu me alongasse um pouco.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou o do Democratas para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Eliedson Ferreira):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha, grande Líder da Oposição, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radiouvintes da *Rádio Oposição*, companheiras e companheiros que nos dão a honra de suas presenças nesta sessão, desde ontem que estamos discutindo esse projeto de lei – foi votado o requerimento de urgência na semana passada – que permite ao governo obter financiamento de R\$ 375 milhões do BNDES.

Ontem, a nossa assessoria de orçamento discutiu profundamente, durante mais de 4 horas, a situação financeira do Estado com alguns técnicos do governo do Estado e com o deputado Luiz Carreira, ex-secretário do Planejamento do Estado, e conseguiu convencer-nos, o que não fez hoje o nobre deputado Walter Pinheiro em matéria publicada pelo jornal *A Tarde*.

Em primeiro lugar, tentaram desfazer de uma preocupação da Bancada da Oposição e do papel democrático da Oposição. Ora, se não pudermos fiscalizar os atos do governo é melhor fechar esta Casa, e fica a Base aliada sozinha aqui, e não terá com quem contra-argumentar.

O deputado Walter Pinheiro diz que não tem maquiagem, que o Estado fez, a rubrica sai como pessoal e não tem jeito.

E ficou claro, Sr. Presidente, a resposta que hoje nós mandamos para a Imprensa e também me pronunciei no Programa da Metrópole, em que o secretário, após a minha fala, não soube responder. Na verdade, o secretário, como eu, tem que se assessorar. Em todos os cargos que ocupei até hoje tive bons assessores. O secretário que está falando pelo governo, porque o primeiro-ministro, que era o Rui Costa, já não fala mais, o secretário da Fazenda, que é o da pasta desse problema, também não fala mais, só está falando agora o deputado Walter Pinheiro. O deputado Nelson Pellegrino está quieto, dentro de poucos dias ele começará a falar, porque é um deputado preparado.

Atraso com pagamento, Sr. Presidente. Está claro, todo mundo tem-se queixado, fornecedores. Hoje estiveram aqui, na Comissão de Reparação, tão bem presidida pelo nobre deputado Bira Coroa, trabalhadores queixando-se de falta de pagamento. Mandamos incluir nos Anais da Casa o editorial publicado no jornal *A*

Tarde do consultor jurídico do Sindilimp, Dr. Suíca, que desnuda esse governo; quem leu aquele editorial sabe que ele desnuda esse governo, coloca-o como derrotado.

Sr. Presidente, até nós queremos discutir esse assunto, e por isso apelamos ao Líder do Governo para que deixe que se analise mais profundamente, debatendo em alto nível, como estamos debatendo hoje, isso é que enriquece o Parlamento e fortalece a nossa atividade parlamentar. O deputado Waldenor subiu à Tribuna, defendeu a sua tese, o deputado Gaban, os outros parlamentares, Paulo Azi, João Bacelar, isso enriquece, fortalece o Parlamento. Nós não queremos criar um problema para o Exmº Sr. Governador, porque nós vamos recorrer ao Tribunal de Contas do Estado, ao Ministério Público Estadual e Federal, ao Tribunal de Contas da União. Calcule o senhor, Presidente, calculem os senhores, deputados, se for comprovado que o governo maquiou em 450 milhões o seu orçamento, o governador terá que responder a um crime de improbidade fiscal, e isso vai ficar péssimo para o Estado.

Então, nós não somos contra esse projeto. Claro que temos que votar favorável, fomos contra o requerimento de urgência, desde quando a Bancada do Governo do Estado não apresentou um plano de aplicação com o detalhamento, onde vai aplicar esses recursos. Aí, sim, fomos contra, mas não somos contra no mérito, somos na operacionalização desse projeto.

Então, traz o deputado Waldenor dois técnicos da Fazenda. Ora, eu fui governo 16 anos. Os técnicos da Fazenda, claro que vão manter a linha, porque esse projeto não viria para cá se os técnicos do governo não aprovassem. Claro, cristalino como água de rocha. Agora, não é no emocional que a Bancada de Oposição vai acordar por uma discussão política. Nós temos que ouvir os nossos assessores, e hoje vamos fazê-lo, logo que termine a sessão, vamos discutir com eles. Isto porque ontem nós fomos assessorados por técnicos de alto nível, como são os que estão aí, mas eles vão contra-argumentar, porque foi tão clara a posição dos técnicos que nos assessoraram que eu disse que podemos dar uma declaração à imprensa de que poderá estar atingindo o limite prudencial na área de custeio da Lei de Responsabilidade Fiscal. E eles afirmaram categoricamente, mostraram claramente com dados para nós.

Daqui a pouco vou receber, porque a nossa assessoria está acompanhando *pari passu*. A Bancada da Oposição não vota contra por votar contra. Quando votamos contra, é porque temos argumentos técnicos. Não votamos contra a Ford, não votamos contra os projetos, quaisquer projetos que venham para esta Casa, por votar. O deputado Pedro Alcântara foi Líder aqui do nosso governo, como disse o deputado Waldenor, e ele sabe que a gente tinha dificuldades, porque a Bancada que hoje é base do governo automática e sistematicamente quando era oposição, se era projeto do governo, votava contra. Nós não.

A quantos projetos já demos quorum aqui na Casa quando o governo não tinha quorum? E votamos, demos número para votar e votamos favoravelmente. Portanto, deputado Yulo, saiba V.Exª, que talvez esteja preocupado, que a nossa posição é clara. Votamos a favor do empréstimo, mas os técnicos que nos assessoraram ontem nos passaram informações de que pode ultrapassar o limite prudencial do Estado.

Então, o que solicitamos hoje, desde o início da sessão, às 2h45min, foi que o

Líder do governo aguardasse mais discussões. E, se nós nos convencermos, serei o primeiro a subir a esta tribuna para dizer que os dados que levantamos não comprovaram tecnicamente. Mas não vamos, de forma nenhuma, votar contra este projeto.

Agora, se não houver esse acordo, essa conversa, essa negociação entre os Blocos do governo e da Oposição, vamos ter de nos reunir com a nossa Bancada para tomar uma posição.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT ou da Maioria pra falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Há sobre a mesa um requerimento do Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que, nos termos do art. 181 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, pede prioridade para tramitação do projeto de lei 17.966/2009, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona e dá outras providências.

Em votação.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- quorum de votação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido. Solicito quorum...

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu pediria a V.Ex^a que observasse os 15 minutos - aliás, 25, porque o quorum de votação são 25 minutos - e fizesse uma chamada para os parlamentares que se encontram nos gabinetes ou na sala do cafezinho, porque esse requerimento de prioridade tem uma importância muito grande. Ele visa corrigir uma grande injustiça: a perseguição política, sindical a trabalhadores. Os agentes de presídio que se encontravam em suas atividades sindicais foram perseguidos, demitidos, e este projeto visa corrigir essa injustiça.

Portanto, é necessário que seja votada a prioridade para que tenhamos este projeto votado na próxima semana ou nos próximos dias, enfim, o mais rápido possível, nos próximos 15 dias no máximo, para que se possa corrigir uma grande injustiça.

Os agentes de presidio estão aqui, eles sempre comparecem a esta Casa Legislativa na expectativa de que seja votado de imediato o projeto. Infelizmente, não

foi possível fazer um acordo de Lideranças para dispensar as formalidades, esse projeto poderia ser votado agora, neste momento, com a dispensa das formalidades, mas, infelizmente, a Bancada da Oposição não concorda e temos que votar através da tramitação normal, de forma...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, questão de ordem tem que ser realmente sobre questão de ordem.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quorum de votação. Os deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, no Salão Deputado Nestor Duarte, na biblioteca, na Liderança da Minoria acessando o site www.deputadoheraldorocha.com.br como também na Liderança da Maioria acessando o site www.deputadowaldenorpereira.com.br, que venham para o plenário pois há um pedido de verificação de quorum de votação.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas)

Zerem o painel, marquem 25 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara que pediu primeiro. Deputado João, o deputado pediu primeiro, depois V. Ex^a.

O Sr. Pedro Alcântara:- Eu agradeço, Sr. Presidente, a deferência baseado em nosso Regimento Interno em nos conceder essa questão de ordem.

Permita-me, meu caro presidente, antes de formular a minha questão de ordem dentro do tempo regimental que por direito me é permitido, dizer que ouvi atentamente ao brilhante deputado Heraldo Rocha, eficiente em todos os cargos que ocupou, competente, amigo, responsável, enfim, todas as qualidades que possui um deputado que zela por este Parlamento e pelo nosso Estado. E lhe adianto, deputado Heraldo Rocha, se eu não estivesse convencido... Eu estava mais ou menos convencido, já estava me informando por outras fontes em relação ao questionamento levantado por V. Ex^a na imprensa hoje, fui orientado por técnicos, sei da responsabilidade, mas todos nós podemos errar.

Hoje, o que admiro aqui, deputado, é que há realmente o embate e nós estamos sendo valorizados como deputados. Ganhando ou perdendo as questões, independente da questão do governo ou da oposição, estamos sentindo que as coisas estão fluindo e temos a oportunidade de ser ouvidos, discutirmos, nos entendermos e, se necessário for, irmos para o confronto de ordem política. É o processo democrático, é a democracia.

Então, de pronto, o Líder do governo foi ao debate, usou o Grande Expediente, deu aparte, o contraditório. Só faz valorizar o nosso Parlamento essas colocações aqui feitas. Não convencendo, solicitou que a secretaria mandasse dois técnicos de alto nível para debaterem com os deputados das Bancadas do governo e da Oposição. Isso, a bem da verdade, mostra o respeito que o governo tem para com a Oposição nesta Casa. Estiveram presentes os deputados Gildásio Penedo, Gaban, os técnicos explicaram item por item, me convenceram, tiraram as minhas dúvidas, creio que

também a Oposição.

Absolutamente não vejo nenhuma oposição radical nesta Casa. Houve outrora, talvez o momento fosse outro também. Nós também como governo, às vezes, fomos muito duros, também a bem da verdade. Havia quase um empate técnico em relação a essas questões de posicionamento. Mas, hoje, aflora o debate. Hoje V. Ex^a se sente... Como eu disse, nós, independentemente da questão de governo ou Oposição, temos um papel de deputado. Vejo o deputado Sandro Régis, da minha Bancada, ir à tribuna e cobrar sistematicamente em relação às questões das dívidas contraídas pelo Estado e, talvez, não honradas ou não feito até agora. Mas eu já estou fazendo o levantamento, deputado Sandro Régis, dos débitos históricos do Estado; não deste ou daquele governo.

Mas, sempre, nós que estamos no meio deste processo e há mais tempo nesta Casa e V.Ex^a já há um bom tempo, sabemos, realmente, que há esta questão do governo com os empresários atrás para cobrar e aciona deputado. Isso não é de hoje. Precisa-se fazer um levantamento de restos a pagar, porque fica de governo para governo e, até, de um governo para o próprio governo de um ano para outro.

Então, nós precisamos trazer este debate até para nós contribuirmos com ele. Assim, cada vez mais, o estado só poderá contratar obras que estejam em sua capacidade de pagamento para não frustrar o empreiteiro, não frustrar o município, não parar obra e não ficar obra inacabada. Eu acho que, neste momento, a Casa tem este papel fundamental.

Eu acompanho tão pouco o discurso de Álvaro Gomes em relação ao pessoal que está aqui nos acompanhando. Como Líder da Bancada do PL, já assinei a dispensa de formalidade já no passado. Já poderíamos votar este projeto hoje. Vamos votar a favor da prioridade, porque não há nada mais do que justo, repito, não há nada mais do que justo como a questão de vocês. São somente oito pessoas, salvo engano, que vêm há 17 anos e já foram penalizados o máximo possível. Então, não vejo por que esta Casa não colaborar.

Acredito que, mais uma vez e pela segunda vez, faço um apelo ao Líder da Oposição e aos deputados da Oposição para aliviarmos a angústia deste povo que estão aqui nos acompanhando. A pior coisa do mundo é a angústia. Como médico e médico obstetra parteiro, para curar uma doença relativa a essas duas questões e fazer um parto, era normal. Agora, a angústia é difícil de se tratar. E só há um tratamento para a angústia de vocês, qual seja, votarmos a prioridade, votarmos neste projeto de vocês, a fim de que vocês tenham condições de retornar ao trabalho de vocês e cumprir as missões para as quais estão habilitados a fazer.

Portanto, nós, da Bancada do PL, representando a sua liderança, vamos votar pela prioridade. E, com fê em Deus, na próxima semana, votaremos este projeto aqui para que vocês possam ter a tranquilidade em um momento de tanta intranquilidade que já temos pela circunstância da própria vida, da moradia, da saúde, da educação e da segurança. E o desemprego é o pior deles.

Portanto, nós já antecipamos aqui a nossa posição. Vamos apelar para os deputados de nossa bancada e votaremos pela prioridade deste projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Pedro Alcântara:- Portanto, deputado Heraldo Rocha, pode votar o projeto. Sem dúvida nenhuma, V.Ex^a votará para contribuir, porque a situação do estado requer esses recursos com urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Pedro Alcântara:- Mas eu estou convencido de que o governo não comprometeu, em momento algum, para concluir, Sr. Presidente, a lei de responsabilidade fiscal. Está dentro da lei e no espírito do legislador.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Pedro Alcântara:- O art. 18, § 2º é muito claro quando mostra os cálculos que os secretários fizeram e expuseram para esta Casa a prestação de seu quadrimestre.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Deputados.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a montadora chinesa Chery fechou um acordo com o governo brasileiro para instalar no País uma fábrica para a produção de até 150 mil carros por ano. A informação veio por meio do secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Ivan Ramalho que participa da missão brasileira coordenada pelo presidente Lula na China durante um seminário empresarial em Pequim que faz parte da agenda da visita oficial. São Paulo, Rio de Janeiro, Ceará e Minas Gerais estão disputando abrigar a fábrica em sua primeira incursão brasileira.

A Bahia, Sr. Presidente, não foi lembrada pelo presidente Lula, amigo de Wagner. Mais uma vez a Bahia é discriminada pelo governo federal! Ou o presidente Lula não tem simpatia pela Bahia – o que eu não acredito – ou é incompetência deste governo medíocre, um governo que só quer saber de fazer política, um governo perdulário, ineficiente que não apresenta um projeto em benefício da Bahia.

O governador já disse que iria trazer fábrica de aviões para a Bahia. No entanto, mais uma montadora, uma montadora chinesa vem para o Brasil e vai fabricar 150 mil veículos por ano. E a instalação dessa montadora é disputada pelos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Ceará e de Minas Gerais. É, pois, a Bahia fora de qualquer investimento, discriminada pelo governo federal! É o Estado cujo governo, infelizmente, Sr. Presidente, não atende aos interesses dos baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço-lhe e informo que já há quorum para votação.

Retorno o quorum anterior.

Deputado Heraldo Rocha, como V. Ex^a recomenda sua Bancada a votar: sim, não ou abstenção?

É o regime de prioridade do projeto que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona e dá outras providências

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, recomendo a Bancada a votar não e voto

não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Heraldo Rocha recomenda não.

Como recomenda deputado Waldenor, sua Bancada a votar: sim, não ou abstenção?

O Sr. Waldenor Pereira:-Sr. Presidente, recomendamos à nossa Bancada votar sim, por tratar-se de um projeto mais do que justo, o qual vai permitir a reincorporação de oito servidores à Secretaria de Justiça, depois de 17 anos, numa anistia concedida pelo governo Jaques Wagner.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Como recomenda à Bancada do Bloco Independente votar, deputado Pedro Alcântara: sim, não ou abstenção?

O Sr. Pedro Alcântara:- Recomendamo-la a votar sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente(Marcelo Nilo):- O deputado Heraldo Rocha recomenda não; o deputado Pedro Alcântara recomenda sim; e o deputado Waldenor Pereira recomenda sim.

Em votação. (Pausa)

Vou encerrar a votação. (Pausa)

(Os Srs. Deputados procedem a votação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a votação. Resultado: sim, 36; não, 10; abstenção, 0. Então está aprovado o requerimento, assinado pelo deputado Waldenor Pereira, que pede prioridade para o projeto de lei nº 17.966/09.

Há outro requerimento, também assinado pelo deputado Waldenor Pereira, que solicita a prorrogação desta sessão por 600 minutos. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Em discussão única e votação o projeto do Poder Executivo que o autoriza a contratar operação de crédito interno, na forma que indica, e dá outras providências.

Para relatar, designo o nobre deputado Gilberto Brito...

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Elmar Nascimento.

Srs. Deputados, vamos fazer silêncio, por favor! Srs. Deputados, há um pedido de questão de ordem formulado pelo deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, na semana passada, numa sexta-feira, foi protocolado esse projeto na Assembleia Legislativa. Em seguida, foi publicado no *Diário Oficial* da Casa o despacho de V.Ex^a incluindo a Comissão de Infraestrutura entre as que discutirão essa matéria, sob o argumento de que o governador, na sua mensagem, informa que os recursos serão utilizados em infraestrutura.

Recorri ao Plenário da decisão de V.Ex^a, mas o meu recurso não pôde ser colocado em votação porque não havia quorum naquele dia. Hoje, V.Ex^a designou um membro da Comissão de Infraestrutura para relatar esse projeto. Entretanto, com toda a deferência que tenho pelo deputado Gilberto Brito, se o Plenário decidir apoiar esse recurso e, assim, excluir a Comissão de Infraestrutura, é evidente que um membro dessa comissão não poderá emitir um parecer.

Portanto, gostaria de pedir vênia a V.Ex^a para que coloque, neste instante, esse recurso em votação. A partir daí, se for mantida a sua decisão, que também seja mantida a relatoria do deputado Gilberto Brito.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Waldenor Pereira.

Peço vênia a V.Ex^{as}, mas está um barulho insuportável. Há um deputado com a palavra. Peço que façam silêncio.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista a questão de ordem suscitada pelo deputado Elmar Nascimento, destaco para toda a nossa Bancada que a inclusão da Comissão de Infraestrutura na discussão desse projeto foi, na nossa avaliação, mais do que procedente. Na sua mensagem, o Sr. Governador chama atenção sobre a importância dessa operação de crédito, que, segundo resolução do Banco Central, deve ser destinada, exclusivamente, a despesas de capital, realizando investimentos em infraestrutura. Daí porque não teria cabimento não se debater, não se discutir nessa comissão um projeto que propõe uma alteração de crédito de 375 milhões de reais junto ao BNDES para serem destinados, exclusivamente, a investimentos em infraestrutura.

Por isso, eu queria recomendar à nossa Bancada, por favor, deputada Fátima, que votemos favoravelmente, nesse recurso apresentado pelo deputado Elmar Nascimento, à manutenção da Comissão de Infraestrutura como comissão imprescindível para a discussão, o debate e apreciação desta matéria que é uma matéria que inclui, especialmente, a questão da infraestrutura no seu bojo, no seu âmago.

Então, quero recomendar à nossa Bancada votar favoravelmente à manutenção da comissão, conforme determinou o presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, na sessão passada, o presidente decidiu que manteria a Comissão de Infraestrutura. O deputado Elmar Nascimento questionou, achando que não se deveria manter a comissão de Infraestrutura; nós indeferimos; ele recorreu para o Plenário. Ele tem todo o direito de recorrer ao Plenário.

Eu vou colocar em votação no Plenário. V.Ex^a permite que seja no painel ou direto? Pode ser direto?

Então, quem concordar com o presidente da Assembleia, que decidiu manter a Comissão de Infraestrutura, tendo em vista que o próprio governador colocou no seu encaminhamento para esta Casa que o projeto é para a infraestrutura, nós botamos nessa comissão, vou colocar em votação.

Os deputados que concordam com o presidente da Assembleia permaneçam como se encontram.

Desculpe, deputado, eu não vi.

Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Desculpe por interferir. Eu gostaria de recomendar à minha Bancada a respeito dessa votação. Eu gostaria de solicitar a V.Ex^a, *data venia*,

que a nossa Bancada acompanhasse a posição tomada pelo deputado Elmar Nascimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Quem concorda com a posição da presidência, que manteve a Comissão de Infraestrutura, permaneça como se encontra. O deputado Heraldo Rocha recomenda à sua Bancada que acompanhe o deputado Elmar Nascimento. Quem é a favor da posição política do deputado Elmar Nascimento, se manifeste contrariamente.

Os Srs. Deputados que concordam com a presidência, mantenham-se como se encontram.

Aprovado, com os votos contrários dos deputados João Carlos Bacelar, Heraldo Rocha, Maria Luiza Carneiro, Elmar Nascimento, Fernando Torres, Sandro Régis, Luiz de Deus, Rogério Andrade, Misael Neto.

Portanto, fica aprovada a manutenção da Comissão de Infraestrutura por maioria de votos. Eu agradeço aos Srs. Deputados pela confiança na decisão da presidência.

Para relatar o projeto em foco o nobre parlamentar deputado Gilberto Brito.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Com a palavra o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 17.968/2009, de autoria do Poder Executivo, o qual 'Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito interno, na forma que indica, e dá outras providências'.*

Através da proposição que ora passo a relatar, busca o Poder Executivo obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para contratar operação de crédito interno, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A referida operação terá o valor de até o montante R\$ 375.848.000,00, 'cujos recursos serão voltados para viabilização de despesas de capital, em consonância com a Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, do Banco Central do Brasil', conforme dispõe o art. 1º do projeto.

Segundo registra o Sr. Governador na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa, a proposição 'visa permitir que o Estado da Bahia seja contemplado com linha de crédito posta à disposição dos Estados pelo Governo Federal para viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado, dentro do Programa Emergencial de Financiamento para os Estados e o Distrito Federal, em especial, na área de infraestrutura, bem como a representação de suprimento à redução das transferências do Fundo de Participação dos Estados - FPE, em relação ao exercício passado, devido à crise financeira internacional e seu reflexo na economia brasileira'.

Trata-se, portanto, de matéria de grande repercussão financeira para o Estado da Bahia, cuja arrecadação sofreu impacto negativo em razão da forte crise econômica mundial, fazendo-se necessária a sua aprovação para possibilitar à

Administração a continuidade dos programas de investimentos, especialmente em infraestrutura, conforme ressalta a Mensagem do Chefe do Poder Executivo.

O projeto recebeu três emendas, todas de autoria da Bancada da Minoria Parlamentar, as quais passo a analisar. A emenda nº 1 propõe nova redação ao art. 2º, para que eventuais modificações orçamentárias necessárias ao cumprimento da Lei tenham Plano de Aplicação previamente aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa. Opino pela rejeição da emenda, que pretende condicionar as modificações orçamentárias necessárias para a aplicação do que dispõe o projeto a um Plano de Aplicação de Recursos aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Em outras palavras, pretende-se permitir que o Poder Legislativo atue - através de um Plano de Aplicação de Recursos que seja elaborado e aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle - na gestão do orçamento estadual, usurpando-se do Poder Executivo essa sua atividade administrativa precípua, em contrariedade inclusive à disciplina constitucional da Separação dos Poderes.

Conforme o art. 105, XVII, da Constituição Estadual da Bahia, Compete privativamente ao Governador do Estado contrair empréstimos externos ou internos e fazer operações ou acordos externos de qualquer natureza, após autorização da Assembleia Legislativa. Assim sendo, verifica-se que a única exigência constante da Carta Constitucional com relação a essa competência privativa do Governador é a autorização da Assembleia Legislativa para a contratação do crédito, a qual, no caso, se dá mediante o processo legislativo.

Além disso, a exigência que a presente emenda visa acrescentar à proposição não condiz à lógica constitucional da separação dos Poderes, e representa o engessamento das atividades do Poder Executivo pelo Legislativo, ao qual estão asseguradas todas as garantias constitucionais de fiscalização e de autorização. Ressalte-se, por fim, que o comando normativo que se pretende aprovar através desta proposição decorre do que dispõe a Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, do Banco Central do Brasil, havendo que se considerar ainda que também a Lei de Responsabilidade Fiscal já estabelece uma série de procedimentos a que estão obrigados os Estados quando da contratação das operações de crédito, não estando compreendida a exigência proposta na presente emenda.

*A emenda nº 2 propõe alteração no art. 1º, acrescentando-se na sua redação o termo **exclusivamente**, para que os recursos da operação de crédito tenham destinação exclusiva para viabilização de despesas de capital. Opino pela aprovação da emenda, ante o entendimento de que a alteração enfatiza o caráter de exclusividade da destinação dos recursos da operação de crédito para despesas de capital.*

A emenda nº 3 propõe acréscimo de parágrafo único ao art. 2º do projeto, determinando a divulgação, pelo Governo do Estado, na internet, através de Relatório Gerencial Bimestral, de Plano de Aplicação dos Recursos com suas destinações e valores. Opino pela rejeição, uma vez que a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, já prevê de forma clara e

inequívoca a divulgação ampla e irrestrita dos instrumentos de transparência de gestão fiscal, sendo desnecessária a modificação prevista nesta emenda, porque inócua.

Ademais, o Estado da Bahia, hoje, por conta de um processo de democratização que se inicia, possui a Transparência Bahia, que é um instrumento de consulta e acompanhamento da aplicação dos recursos do Estado. Assim, nos termos do Transparência Bahia já está contemplada a divulgação em rede mundial (internet) do contrato que venha a ser firmado com a Instituição Financeira, bem como as informações referentes à execução do mesmo.

Ante o exposto, opino pela aprovação do Projeto de Lei nº 17.968/2009 com a modificação decorrente do acolhimento da emenda nº 2.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2009 .”

Gilberto Brito, deputado relator.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação.

O Sr. Heraldo Rocha :- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Heraldo Rocha .

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, apesar de respeitar a opinião de V.Ex^a, no que diz respeito à inclusão da Comissão de Infraestrutura, V.Ex^a sabe que nós discordamos disso, inclusive na oportunidade que colocou a Comissão de Defesa do Consumidor, nós achamos uma ilegalidade desta Casa.

Assim, quero orientar a nossa Bancada para que, no âmbito da Comissão de Infraestrutura, não votem. Podem votar no âmbito das Comissão de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento, Educação, Esporte e Serviço Público, porque nós estamos entrando com o recurso no Tribunal de Justiça contra essa posição tomada. Por outro lado, quero, acrescentando isso, pedir a verificação de quorum a V.Ex^a, no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, considerando a iniciativa do deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, quero, como Líder do Governo, convocar os membros das Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento e Infraestrutura, que se façam presentes no Plenário, pois há uma solicitação de verificação de quorum de votação, no âmbito das comissões. Trata-se de um projeto que vai permitir ao governo do Estado da Bahia contrair empréstimo junto ao BNDES no valor de 375 milhões. São recursos importantes e fundamentais para ajudar o nosso governo a reequilibrar as suas finanças, tendo em vista a grave crise financeira internacional.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de convidar todos os deputados e deputadas que compõem essas 3 comissões para que se façam presentes no Plenário, tendo em vista que há uma solicitação de verificação de quorum de votação. São 3 comissões: Constituição e Justiça, Finanças e Orçamento e Infraestrutura. Portanto, convoco os colegas parlamentares, deputados e deputadas da nossa Base que compõem essas 3 comissões, para que se façam presentes no Plenário.

Sr. Presidente, se for necessário, solicito a V.Ex^a que estabeleça os 15 minutos de tolerância.

Muito obrigado a V.Ex^a pela atenção.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quorum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum.

Em votação no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com a abstenção do deputado Gildásio Penedo.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quorum no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum.

Em votação no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos deputados Gaban, Elmar Nascimento e Paulo Azi.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quorum no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há quorum.

Em votação no âmbito da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado pela unanimidade dos presentes.

O Sr. Paulo Azi:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Eu queria registrar, presidente, que a Oposição não participou da votação. Conforme informação do Líder, deputado Heraldo Rocha, considero ilegal a presença da Comissão de Infraestrutura neste referido projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, está registrada a sua posição política. Em discussão única o projeto de lei nº 17.968/2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito na forma que indica e dá outras providências.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 17. 968/2009

Autoriza o Poder Executivo Estadual a contratar

operação de crédito interno, na forma que indica, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a contratar, em nome do Estado da Bahia, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, operação de crédito interno até o montante de R\$ 375.848.000,00 (trezentos e setenta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais), cujos recursos serão voltados exclusivamente para viabilização de despesas de capital, em consonância com a Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único - Os recursos oriundos da operação autorizada nesta Lei, destinam-se à viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado, dentro do Programa Emergencial de Financiamento para os Estados e o Distrito Federal, nos termos da Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009, do Banco Central do Brasil.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das Receitas Tributárias de que o Estado é titular, na forma dos artigos 157 e 159, complementados por recursos próprios, nos termos do art. 167, inciso IV, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, ou outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 19 de maio de 2009.

Deputado Gilberto Brito
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, o primeiro orador, deputado Eliedson Ferreira, por permuta, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhores que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson, servidores desta Casa, Srs. da Imprensa, o referido projeto de lei que está em discussão esbarra numa situação que no mínimo desperta dúvidas em todos nós da Assembleia quanto à sua legalidade, uma vez que no dia de hoje e nos dias que nós estamos vivendo, ouvimos muitos comentários a respeito de uma possível maquiagem nas contas do Estado.

Eu entendo que a partir do momento em que paira uma dúvida com relação a isso é necessário, sem dúvida, que não haja nenhum açodamento no sentido de se aprovar um projeto antes de se averiguar se, de fato e de verdade, houve a omissão dessas contas, a maquiagem, ferindo assim a Lei de Responsabilidade Fiscal, que impede, havendo uma confirmação desse fato, de o Estado realizar empréstimos com organismos internacionais ou do governo federal lastreado nas resoluções da Secretária do Tesouro Nacional, como é o caso dese empréstimo de R\$ 375 milhões junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.

Então, nós temos uma situação em que, ao aprovar esse projeto de lei, o governo poderá estar inviabilizando a aprovação de vários projetos que tramitam nesta Casa. Daí a nossa preocupação e o nosso pensamento de que não é momento de aprovação desse projeto.

Mudando um pouco de assunto, e eu aqui chamo a atenção do DNIT e da empresa Top Engenharia, a BR-324, por onde diariamente passamos eu e os deputados de Feira de Santana, como também o povo que precisa fazer esse trajeto Feira de Santana-Salvador, diariamente, está numa situação que nos traz muita dificuldade.

Segundo, informações a empresa Top Engenharia é quem realiza as obras de manutenção, deputado Eliane, que também diariamente precisa fazer esse trajeto: Salvador-Feira de Santana e Feira de Santana-Salvador. V.Ex^a tem sofrido nessa estrada, na BR-324. Dinheiro público, Zé Neto, Fernando Torres, dois que diariamente fazem esse trajeto.

Então, o DNIT, que deve fiscalizar aquelas obras, que parece que estão sendo feitas com chocolate, com sorrisal, aquele asfaltamento, porque já tem anos, desde quando o presidente Lula autorizou aquele programa tapa-buracos, que nós temos dificuldades, porque tem sempre uma equipe, seja do Exército ou da empresa Top Engenharia, que ganhou a licitação para fazer essas obras de manutenção, trabalhando ali, atrasando de um certo modo o trânsito. Se isso fosse feito para amenizar os problemas da BR-324, até que seria louvável. Eu não entendo de engenharia, mas eu entendo de BR-324, porque tráfego por ela diariamente.

Eles tapam o buraco, deputada Maria Luiza, V.Ex^a, que também tem raízes em Feira de Santana, e na outra semana já estão tapando o mesmo buraco. E há algumas áreas em que eles fizeram recapeamento de vários quilômetros. Eles fazem aquela

raspagem na estrada e depois fazem o recapeamento. Agora, com essas chuvas, antes mesmo da conclusão, antes mesmo de pintar as faixas da pista, já está tudo esburacado de novo. Quer dizer: o dinheiro do povo, do contribuinte, o dinheiro público está sendo jogado no lixo! Portanto, o DNIT, que tem a obrigação de fiscalizar essas obras, precisa tomar as devidas providências!

Um outro assunto que vamos discutir na Comissão de Defesa do Consumidor é com relação ao consórcio que ganhou ou está prestes a ganhar a privatização da BR-324. O que é que esse consórcio vai oferecer ao baiano que precisa utilizar essa rodovia?

Entendemos que, dada a situação em que vive o nosso País – porque, se fôssemos levar a lei ao pé da letra, todos os consórcios que privatizam e criam pedágios seriam ilegais, pois nós já pagamos o IPVA e vários outros impostos, e, pelo certo, não deveria existir pedágio...Mas, como o governo não faz o seu trabalho, e, por conta disso, as estradas estão um caos; já que, desta forma, faz-se necessário que haja pedágios, então vamos questionar na Comissão de Defesa do Consumidor o que vai ser oferecido ao povo baiano na privatização não somente da BR-324, mas também da BR-116, que passará por esse mesmo processo.

Quando estamos nos dirigindo a Salvador ou retornando a Feira de Santana, temos uma dificuldade muito grande no trânsito por causa do grande número de caminhões que trafega na BR-324, mesmo com duas faixas de cada lado. Então a minha pergunta é: será que vai ser acrescentada mais uma faixa para que valha a pena o motorista pagar o pedágio e para que esse trajeto, em que se gasta uma hora e meia, possa ser feito, quem sabe, em uma hora ou em até menos tempo, porque os caminhões, muitas vezes, tomam as duas faixas, além do grande perigo que enfrentamos quando caminhões vêm para a faixa da esquerda, sem sinalizar antes. Não são poucos os acidentes envolvendo caminhões. Quase diariamente, vemos um caminhão virado e pessoas mortas. Sendo assim, essa privatização tem que valer a pena. É necessário que, pelo menos, seja criada mais uma faixa de cada lado, para que possamos fazer esse trajeto em menor tempo e não tenhamos que ficar atrás de caminhões, correndo risco de acidentes, para chegar à capital baiana.

Então tenho esses dois questionamentos: primeiro, com relação ao DNIT, para que fiscalize as obras que estão sendo feitas e veja que material está sendo usado nas estradas para que o dinheiro do contribuinte não seja jogado na lama, no lixo, por conta de uma obra feita com material sem qualidade, o que obriga, um dia logo após uma chuva, que ela seja refeita. Além de jogar o dinheiro do povo baiano fora, isso atrapalha o tráfego, e, ao que parece, não há ninguém fiscalizando nada. Hoje, então, estarei enviando um requerimento ao DNIT a fim de obtermos informações e respostas sobre como está se procedendo a fiscalização das obras da BR-324, de maneira que ela possa oferecer a todos que dela se utilizam segurança, melhores de tráfego para que, quando ocorrerem as chuvas, não tenhamos que estar passando por cima de buracos que, a cada dia, se multiplicam naquela estrada.

Outro fato que temos denunciado desta tribuna, Sr. Presidente, é a insegurança que o povo baiano está vivendo. Em Feira de Santana, após um mercadinho ser

assaltado, o filho do proprietário desse estabelecimento foi sequestrado. Hoje, os jornais, precisamente a *Tribuna da Bahia*, nos trazem a notícia de que esse sequestro foi comandado de dentro da Penitenciária Lemos Brito.

Quer dizer, estamos vendo acontecer na Bahia, deputado João Carlos Bacelar, modalidades de crime próprias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Vemos ocorrer aqui assaltos dentro dos shoppings, arrastões. Enfim, é a multiplicação da criminalidade. Enquanto isso o governo do Estado não investe na Segurança Pública. A Saúde também está um caos, deputado Heraldo Rocha, como V.Ex^a tão bem falou hoje.

Mas o governo quer contrair esse empréstimo. O que vai ser feito com esse dinheiro? É preciso que se saiba, já que estamos num ano pré-eleitoral, em que esse dinheiro será usado? Por que essa pressa em contrair esse empréstimo, se existem dúvidas com relação às contas do Estado?

Concedo, com prazer, um aparte ao deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Eliedson, desde o início desta sessão que a nossa Bancada tem se posicionado de forma coerente. Conversei com diversos parlamentares da base governista, e os deputados Gaban e Gildásio Penedo conversaram com técnicos do governo, mas eles não conseguiram nos convencer de não vai haver extrapolação do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como é que eles não têm um plano de aplicação? Nem vislumbraram o apoio a nossa emenda. Não podemos dar um cheque em branco! Pois bem, um governo não gasta, aplica? Mas sabe quando o governo aplicou na Secretaria da Justiça? Eles fizeram uma perversidade com a Dr^a Marília Muricy, professora, acadêmica, mulher competente. Ela só aplicou, até o dia que saiu, 0,26% do orçamento da sua Pasta.

V.Ex^a falava há pouco da Segurança Pública. Sabe quanto o Executivo aplicou nessa área? Somente 0,68%. Como você vai dar dinheiro a quem não sabe gerir? A incompetência desse governo é na gestão, é no gerenciamento das políticas públicas. Enfim, este governo já acabou.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Agradeço o parte de V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Eliedson, gostaria de passar uma informação ao Plenário, já que o Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, pediu-me que eu fosse, atendendo a uma solicitação do Líder do governo, participar de uma reunião com os Srs. Washington Martins e Antônio Humberto, representantes da Secretaria da Fazenda.

Nessa reunião, eles falaram que deveriam ser considerados, em termos de gastos com folha de pessoal, os últimos 12 meses, e não o quadrimestre. A Oposição havia feito um levantamento e mostrou que, mesmo pegando os últimos 12 meses, o governo estaria gastando 48,75. Ou seja, estaria extrapolando o limite que a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece.

O governo informou, através desses dois técnicos, que esses valores estavam contabilizados e liquidados. Então, já que estavam lançados no Orçamento, perguntei

que pendência havia. Não souberam responder. Disseram que esse procedimento sempre acontece, que a folha de pagamento do Estado não é informatizada. Por isso demora, às vezes, para regularizar. Pedi então que eles provassem que durante os meses de janeiro, fevereiro e março, já que de abril tenho o documento do SICOF Gerencial que mostra que existe pendência a ser regularizada, que eles mostrassem que nos meses de janeiro, fevereiro e março existem essas pendências para que pudéssemos ter o mínimo de informação consistente por parte do governo para podermos comprovar.

Então, é isso que estamos aguardando, e até o momento as informações que eles ficaram de prestar não prestaram. Não somos contra o empréstimo. Somos contra a ilegalidade com a que está sendo feita essa tomada de empréstimos.

Muito obrigado pelo aparte concedido.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento. Então, essa informação do deputado Gaban vem agilizar a situação. A folha de pagamento do Estado não é informatizada, ou seja, as contas do Estado da Bahia estão na idade da pedra.

Sendo assim, é importante que haja por parte dos deputados uma cautela com relação a essa situação, porque compromete, deputado Heraldo Rocha, a aprovação de vários projetos que tramitam nesta Casa, a exemplo do projeto que incorpora valores da Gratificação de Atividade Policial, a GAP, ao vencimento básico dos cargos das carreiras de investigador de Polícia Civil, perito técnico da Polícia Civil e escrivão de Polícia Civil, na forma que indica, bem como altera o dispositivo da Lei 11.366, de 29 de janeiro de 2009.

São vários projetos que ficam comprometidos se não houver uma atenção especial por parte dos deputados no sentido de não se apressar a aprovação de um projeto como esse.

Com o aparte o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputado Eliedson, agradeço o aparte de V.Ex^a, que me fez voltar ao tempo na minha história.

Meu avô era coletor estadual em minha terra, Paramirim, eu tinha na faixa de cinco a sete anos – faz tempo – e o via fazer o pagamento dos funcionários públicos. O funcionário recebia o pagamento e assinava no livro dando o recibo.

Pela colocação que V.Ex^a acabou de fazer, de que o pagamento dos servidores públicos não é feito de forma informatizada, penso que talvez deva ter havido certo engano, porque voltar àquela época em que meu avô pagava aos funcionários com a assinatura no livro, realmente, é voltar aproximadamente 50 anos.

Muito obrigado.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Concordo com V.Ex^a, deputado Gilberto Brito. Nesses poucos segundos que me faltam, quero, mais uma vez, parabenizar o prefeito Tarcízio Pimenta e o povo de Feira de Santana pela festa de solidariedade que foi feita para nossos irmãos de Salvador, vítimas das fortes chuvas que atingiram a capital.

Quase 24 toneladas de alimentos, deputado Heraldo Rocha, o povo solidário de

Feira de Santana, as igrejas, as entidades civis, os funcionários públicos da Prefeitura, todo o povo de Feira de Santana. Quem podia deu muito, como os empresários. Havia pessoas do povo, deputado Heraldo Rocha, que chegavam – como disse o prefeito Tarcísio Pimenta – de bicicleta na porta da Prefeitura trazendo um quilo de alimento e dizendo que vieram de longe, debaixo de chuva, mas que não podiam deixar de demonstrar a sua solidariedade aos nossos irmãos soteropolitanos.

Então quero aqui, mais uma vez, parabenizar o prefeito Tarcísio Pimenta, o povo de Feira de Santana por essa demonstração de amor e solidariedade aos nossos irmãos de Salvador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o nobre deputado Paulo Azi, para discutir o projeto de lei nº 17.968/2009, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Senhoras e Srs. Parlamentares, infelizmente, Sr. Presidente, a intransigência do governo mais uma vez impede, deputado Heraldo Rocha, que a Oposição venha votar esse projeto sem maiores delongas. Desde a semana passada, quando esta Casa foi surpreendida com o pedido de urgência para votação desse projeto, que a Oposição solicita à Liderança do Governo um plano de aplicação desses recursos, objeto de empréstimo junto ao BNDES.

Nada mais natural, Srs. Parlamentares, que este governo, que gosta tanto de dizer que é o governo transparente, nada mais natural que este governo transparente informasse a esta Casa Legislativa quais são as obras, quais são as ações que serão objeto da utilização desses recursos. Apesar da constante solicitação da nossa Bancada o governo mais uma vez silencia e mais uma vez não presta as informações extremamente importantes para avaliação e votação desse projeto de empréstimo.

E aí começam as contradições. O projeto tem, inclusive, uma determinação constitucional que garante, em tese, que esses recursos sejam aplicados em investimentos, mas aí chega o secretário Walter Pinheiro, - acho até que o secretário ainda não se habituou com o trato, as obrigações e as atribuições inerentes ao Poder Executivo - vai aos jornais para dizer que com esses recursos o governo iria saldar as dívidas que tem com os diversos fornecedores, e chega, inclusive, a dizer que esses recursos seriam também utilizados para pagamento de pessoal.

A Oposição, Srs. Parlamentares, Sr^{as} Deputadas, lamenta muito que o Estado da Bahia, que foi pioneiro lá nos idos de 1991, pela sabedoria, pela inteligência, pela visão de futuro do saudoso senador Antônio Carlos Magalhães, que tornou a Bahia pioneira no cumprimento e na responsabilidade fiscal, quando se tratava das finanças públicas... Hoje estamos a lamentar que o nosso Estado que, antes, era referência em rigor fiscal, em responsabilidade orçamentária, hoje se veja às voltas com o completo e total descontrole das contas públicas do Estado da Bahia. Nós já alertávamos, quando da votação do Orçamento, que o governo precisava adotar medidas que lhe protegessem da crise financeira que começava a afetar a Bahia e o Brasil e que,

provavelmente, dizíamos lá atrás, haveria de influenciar nas receitas que o Estado arrecada mensalmente. O governo preferiu acreditar nas palavras do presidente de que se tratava de uma “marolinha” e continuou a ser perdulário com os recursos públicos e a gastar sem nenhum controle e sem nenhum rigor fiscal.

Hoje, deputado Heraldo Rocha, ao subir à tribuna, o deputado Waldenor Pereira, Líder do governo, começou a construir um discurso como se quisesse preparar a todos nós para o anúncio de que o Estado da Bahia começa infringir artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo o deputado Waldenor, a despesa com pessoal já está no limite prudencial da referida lei. E observem Srs. Parlamentares que ainda não está a incidir, nos gastos com pessoal, os aumentos que foram concedidos ao funcionalismo público quando da votação de diversos projetos que tratavam de alterações do Plano de Cargos e Carreiras do Funcionalismo Público do Estado da Bahia.

Para mim, está claro, Srs. Parlamentares que, mantido o nível atual de arrecadação, a Bahia, nos próximos meses, estará, definitivamente, infringindo, deputado Sandro Régis, os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. E, com isso, criando enormes dificuldades para o Estado no que tange, inclusive, à própria transferência de recursos para a aplicação em diversas ações no âmbito do Estado da Bahia.

A Oposição, sempre atenta e alerta, cumprindo um dispositivo constitucional de acompanhamento e fiscalização do Poder Executivo e utilizando de informações oficiais da própria Secretaria da Fazenda, questiona o governo com relação à existência de recursos da ordem de 450 milhões de reais que não estão devidamente contabilizados na sua execução orçamentária.

Se isso efetivamente for verdadeiro, Srs. Deputados, o Estado da Bahia, neste momento, já está infringindo, já está agredindo diversos artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal. E o que é pior, o pior de tudo isso, Srs. Parlamentares, é que mesmo o governo enfrentando esse descontrole orçamentário e financeiro, ele simplesmente silencia, não presta satisfação à sociedade, tangencia o problema, não discute com a população. E o resultado de tudo isso é uma inadimplência generalizada, é a busca desesperada de recursos, estejam onde estiver.

Na semana passada, teve aprovado no âmbito do Congresso Nacional, empréstimos da ordem de 850 milhões de reais. Recebeu adiantamento do Fundeb da ordem de 175 milhões de reais, buscou junto ao Banco do Brasil empréstimo da ordem de 48 milhões de reais, limpou o tacho do Funprev, abocanhando recursos no valor de 63 milhões de reais, soube da existência de recursos da Embasa e já puxou algo em torno de 20 milhões de reais e, agora, submete a esta Casa, sem nenhum tipo de satisfação, sem prestar nenhum tipo de esclarecimento, pedido de empréstimo da ordem de 375 milhões de reais.

E o pior, Srs. Parlamentares, é que, a despeito de todos esses recursos que estão sendo levantados, não se tem notícia de que o governo da Bahia esteja regularizando as suas pendências, esteja efetuando o pagamento dos seus fornecedores, dos seus empreiteiros, não se tem notícia de que as obras, muitas delas, iniciadas pelo ex-

governador Paulo Souto e que estão paralisadas, não se sabe, não se conhece uma que sequer tenha nos últimos dias retornado ao seu ritmo normal.

Enquanto isso, enquanto as obras na área de infraestrutura encontram-se paralisadas e os empresários encontrem-se inadimplentes pelo não-recebimento das suas faturas, nós assistimos à situação degradante da nossa educação, assistimos ao recrudescimento da crise na área da saúde, com a morte de centenas de pessoas nas emergências dos hospitais, com a morte de pessoas pelo reaparecimento de doenças que se pensava estarem controladas, mortes pela dengue, pela meningite, assistimos ao clamor dos prefeitos, que não suportam mais bancar a segurança pública em seus municípios.

Enfim, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, esse é o triste quadro em que a Bahia se encontra: empresários e fornecedores sem receber pelos serviços prestados ao Estado, obras, todas elas, paralisadas nos quatro cantos da Bahia; saúde, educação e segurança entregues à própria sorte; Lei de Responsabilidade Fiscal ameaçada de descumprimento; e o mais absoluto silêncio desse governo.

Este é, senhoras e senhores parlamentares, o triste retrato da nossa querida Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, estamos tratando hoje, nesta sessão, de um empréstimo de R\$ 350 milhões, mais um empréstimo para o governo que já tomou dinheiro do Fundeb antecipadamente, que já tomou dinheiro do Funprev, que já tomou dinheiro da Embasa, e que pretende, agora, fazer uma operação de crédito, que o Senado Federal autorizou, de US\$ 450 milhões com o Banco Mundial.

Um governo perdulário, um governo irresponsável, um governo que não paga aos seus fornecedores, aos prestadores de serviço, e tudo mostra, como já venho denunciando desde novembro do ano passado, que caminhamos para a total inviabilização financeira do Estado, colocando em risco, inclusive, o pagamento do funcionalismo.

E precisamos, Sr. Presidente, para que esse debate seja mais qualificado, que haja mais deputados no Plenário, que não só a deputada Fátima Nunes, mas outros deputados da Base do governo estejam presentes. Para isso, Sr. Presidente, precisamos fazer uma verificação de quorum.

Eu estou, aqui, fazendo um apelo a V.Ex^a para que proceda a uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão, a fim de que esta Casa mostre à sociedade baiana que estamos utilizando as nossas prerrogativas, que este não é um Poder do amém, que este não é um Poder subserviente ao governo, que aqui se discute e se exercem as prerrogativas do Parlamento. Não é possível que o governo queira aprovar um projeto dessa envergadura, um projeto com tantas dúvidas, em

regime de urgência e sem a presença dos deputados no Plenário.

Estamos estudando aqui a questão, o deputado Heraldo Rocha está em reunião com técnicos, e a Bancada do governo não vem para cá, não se faz presente. Por isso, Sr. Presidente, solicito uma verificação de quorum.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, peço que V.Ex^a faça zerar o painel, reserve o tempo de 15 minutos e faça soar as campainhas. Aproveito também para convidar os companheiros que estão na sala do cafezinho, no saguão e em seus gabinetes para que voltem imediatamente para o Plenário da Casa porque há um pedido de verificação de quorum e precisamos estar presentes.

Sei que em dias de votação, às vezes, alguns eleitores e lideranças ficam aguardando aqui ao lado, esperando que tenhamos um tempinho para falar com eles, que merecem nossa atenção, mas convoco todos os deputados a comparecerem neste momento ao Plenário.

E aproveito também a oportunidade para lembrar aos deputados, sei que muitos receberam esse convite, que nos dias 24 a 26 se realizará a II Conferência da Promoção da Igualdade Racial, e nós devemos participar dessa Conferência, convidar também e apoiar a chegada dos delegados que foram eleitos nas conferências municipais para que se façam presentes. Nós estamos, neste ano, fazendo esse debate, do Estatuto da Promoção da Igualdade e a Conferência será, então, o momento oportuno para que, também, nós possamos encaminhar esse debate na conferência.

Aproveitando esta oportunidade, lembrar aos deputados da Comissão, que eu sei que receberam esse convite, mas, também, aos demais deputados. A abertura será no dia 24, às 19 horas e queremos que muitos deputados estejam presentes, acompanhando a conferência durante os seus três dias de debate.

Mais uma vez peço para zerar o pinel, soar as campainhas convocando todos os deputados, haja vista que estamos no debate de um projeto importante, necessário para a vida do Estado, para que possamos colocar em ação as políticas públicas que estão nas secretarias de governo aguardando recursos para o encaminhamento delas. Portanto, queremos dizer aos deputados que não demorem para que possamos agilizar a nossa votação. Muitos querem ir para casa mais cedo, mas temos que dar conta desse trabalho e é preciso estar aqui. Faça, portanto, soar as campainhas, convidar todos os deputados e deputadas para se fazerem presentes no Plenário da Casa para que possamos continuar os nossos debates.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a será atendida, nobre deputada.

Solicito que sejam cronometrados os 15 minutos.

Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quorum para continuidade da presente sessão, formulado pela deputada Fátima Nunes.

O Sr. Gilberto Brito:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, nobre deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Sr. Presidente, Rogério Andrade, sentado aqui de forma avizinhada ao nobre deputado João Carlos Bacelar, esse intrépido e combativo parlamentar da Bancada de Oposição, por quem eu tenho admiração, apreço, estima, mas, vez por outra, o deputado, na luta, na garra do exercício do seu brilhante mandato, me parece que exorbita um pouco nas colocações, com todo o respeito ao deputado Bacelar. E ainda há pouco o deputado Bacelar, ao comentar críticas a respeito da gestão governamental, afirmara tratar-se de um governo irresponsável. Talvez esse termo, deputado, não coadune com o estilo, com a maneira e com a formação de V.Ex^a, tão pouco com o estilo e a maneira de ser do Sr. Governador do Estado e do seu governo.

Se porventura V.Ex^a conclui com essa adjetivação, por certo decorre da dificuldade que o governo tem enfrentado quanto à questão orçamentária e isso não se prende a ser ou deixar de ser responsável ou irresponsável, de forma alguma. . Na realidade, o governo está buscando um caminho legítimo, e o deputado Paulo Azi ratifica as minhas colocações, para sanear uma dificuldade momentânea decorrente de uma crise que assola toda a economia mundial. E a Bahia, em que pese estar protegida pelas graças do Senhor do Bonfim, deputado Paulo Azi, não está imune à contaminação econômica que assola, sobretudo, a Bahia que tem na sua renda maior a atuação da petroquímica, e quando se instala numa situação difícil na economia mundial, inquestionavelmente, a indústria petroquímica é aquela mais prejudicada.

Então, gostaria de colocar a minha insatisfação, a minha não aceitação dessa afirmativa do deputado João Bacelar, quando tarja, quando qualifica o governo como sendo um governo irresponsável. De forma nenhuma. Nós tivemos, até o ano passado, mais precisamente até o mês de outubro do ano passado, o governo 100% com seus pagamentos, quer a fornecedores, quer sobretudo àqueles prestadores de serviço, às empresas que vencem e executam obras pelo governo do Estado.

Então, esse é um momento excepcional que foge à regra do governo do Estado em ser um governo responsável, como é, inquestionavelmente, a pessoa do governador, do seu secretariado e todos que compõem a sua gestão administrativa.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Uma vez havendo quorum, passo a palavra ao deputado Sandro Régis para discutir o projeto de número 17.968.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da galeria Paulo Jackson.

Sr. Presidente, o referido Projeto de lei que hoje discutimos teve sua tramitação aprovada em regime de urgência, no dia 12 de maio, estando hoje, dia 19, na Ordem do Dia, sob diversos questionamentos. No entendimento que existe, duvida-se que o Estado está dentro dos limites determinados pela lei de responsabilidade fiscal, com relação às despesas com pessoal e encargos.

De acordo com relatórios disponibilizados pelo sistema Sicof, de 18/5/09, o relatório da execução financeira, percebeu-se a existência de uma folha de pagamento de pessoal e encargos sociais a regularizar nos valores de 362 milhões, 740 mil, 931.88 e de 92 milhões, 854 mil, 900.92, respectivamente. Levando a acreditar que

está havendo omissão ou maquiagem do Estado em relação aos relatórios do primeiro quadrimestre desse exercício, que terá que ser publicado no Diário Oficial, até o dia 31/05/09.

Os valores referidos acima foram pagos através da rede bancária, mas não foram processados, ou seja, não foram empenhados e nem liquidados no sistema orçamentário. Há de se perguntar qual é a intenção do governo, por não regularizar essas despesas. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os limites determinados para despesa com pessoal e encargos, com relação à receita líquida do Estado, são de 46.17%, limite prudencial e 40.60% limite máximo.

Conforme quadro anexo, podemos observar que as despesas atingiram um montante de 6.243.619, com índice de 45.56% e ao se incluir a folha de pagamento, a regularizar este valor, corresponde ao índice de 48.75% da receita corrente líquida, acima do limite máximo determinado pela lei 101/200.

Ultrapassando-se os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, temos como consequência a aplicação de penalidades aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado, quando do julgamento das contas e o impedimento de efetuar qualquer operação de crédito com organismos internacionais ou do governo federal lastreado nas resoluções da Secretaria do Tesouro Nacional como é o caso desse empréstimo de R\$ 375 milhões junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social-BNDES.

Temos a situação que ao prover esse projeto de lei, o governo poderá estar inviabilizando a aprovação de vários projetos que tramitam nesta Casa, a exemplo do Projeto de Lei nº 17.978/2009 que incorpora valores da gratificação da atividade policial- GAP- ao vencimento básico dos cargos de carreira de investigador da Polícia Civil, perito, técnico da Polícia Civil, escrivão da Polícia Civil, na forma que indica bem como altera o dispositivo da Lei nº 11.366 de 29/01/2009; Projeto de Lei nº 16.942/2007 cria a Controladoria-Geral do Estado, sistema estadual de controle interno e dá outras providências; Projeto de Lei nº 17.966/2009 que dispõe sobre a concessão de anistia aos agentes penitenciários nas condições que menciona e dá outras providências; Projeto de Lei nº 17.609/2008 altera o art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 11.053 de 06/06/2008; Procofins - que autoriza o empréstimo junto ao banco Interamericano de Desenvolvimento- Bird, na operação de crédito externo até o valor de R\$ 409 milhões objetivando o apoio do programa de consolidação do equilíbrio fiscal para o desenvolvimento do Estado da Bahia.

O Sr. João Carlos Bacelar:- V. Exª me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Sandro Régis, parabéns pelo pronunciamento que V. Exª faz.

Eu queria me referir às colocações do nobre deputado Gilberto Brito. Continuo e mantenho a minha afirmação: o governo tem sido irresponsável na administração dos recursos do Estado. Irresponsável é quem não tem responsabilidade, não tem tido responsabilidade fiscal. O governo Wagner não tem tido a responsabilidade fiscal que deveria ter. E tanto não tem que já está ultrapassando o limite prudencial e irá

descumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Eu queria que o deputado Gilberto Brito que é um amante das letras, um amante da palavra, me desse um sinônimo para que eu pudesse caracterizar a gestão fiscal do governo do Estado que não seja uma gestão de irresponsabilidade.

O governo, em janeiro, encaminhou para esta Casa, deputado Sandro Régis, uma série de projetos tratando do funcionalismo, uma série de projetos concedendo justos benefícios ao funcionalismo, merecidos benefícios, mas sem o estudo do impacto, sem se saber o que isso representaria na folha de pagamento do Estado e isso deu no que deu, nessa situação.

Em novembro, denunciei, deputado Sandro Régis, que o governo vinha tomando recursos do Funprev e da saúde para fazer face às despesas com a folha de pagamento. E o que é isso? Isso é a falta de responsabilidade do governo no trato da coisa pública.

O governo Wagner, infelizmente, não tem a competência necessária para gerir o Estado da Bahia. O governo Wagner, infelizmente, deputado Sandro Régis, mantém à frente da Secretaria da Fazenda um técnico sem a competência necessária para gerir os recursos do Estado. Aliás, tem um técnico que não passa de um simples tesoureiro. As finanças e os recursos do Estado são administrados por um tesoureiro e não por um especialista em finanças públicas.

A grande parte da Bancada do governo – preste bem atenção, deputado Sandro Régis – que hoje se ofende, se sente arranhada porque a gente chama este governo de irresponsável. Daqui a quatro ou cinco meses ela estará fazendo coro com a Bancada da Oposição porque verá que o funcionalismo do Estado da Bahia começará a não ter os seus salários pagos em dia.

Parabéns pelo seu pronunciamento, deputado Sandro Régis.

O Sr. Heraldo Rocha:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Parabenizo o deputado João Carlos Bacelar por seu nobre aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Estendo a palavra, agora, ao meu Líder nesta Casa, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Deputado Sandro Régis, hoje foi um dos dias que eu me senti parlamentar. Na verdade, desde quando o deputado Waldenor foi a esta tribuna e, com muita clarividência, colocou e discutiu o tema, temos de entender que o deputado Waldenor fez um esforço hercúleo e continua fazendo. Mas há números. Ele chegou ao convencimento. O deputado Waldenor, agora, é um homem preparado, é um técnico, também, um político.

A palestra que ouvimos ontem do governador Paulo Souto na Faculdade Social da Bahia dá hoje o diagnóstico preciso da satisfação que tive ao assistir àquele palestra. Gestão pública combina com política? E o ex-governador falou com uma clarividência e com uma didática fantástica.

Deputado Sandro Régis, fizeram uma maldade, uma perversidade, deputada Fátima, com a professora Marília Murici que é minha amiga de muitos anos desde Brotas onde eu morava e ela também. Para se ter uma ideia, deputada Fátima, até o dia 15/05/2009, a Secretaria de Justiça e Cidadania só investiu 0,26%.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quanto, deputado?

O Sr. Heraldo Rocha:- Repito, 0,26%. Sabe quanto isso corresponde em recursos absolutos? Isso corresponde a R\$ 148 mil. Fizeram uma perversidade com a secretária Marília Murici. Ela não deve ter pintado nem um presídio porque são R\$ 148 mil – e eu não sou empresário. Aí, você vai para a Secretaria da Segurança Pública, deputado João Bacelar, amanhã teremos uma reunião e V.Ex^a, tenho certeza, vai colocar isso. Sabe quanto foi investido na Secretaria da Segurança Pública? Investiram 0,68%, ou seja, R\$ 3.447.000,00.

Quando a nossa assessoria da Liderança me apresentou este quadro, realmente não acreditei. Conversei com a nossa assessora de orçamento e disse a ela: “Dr^a Josete, a senhora não está correta. Volte ao computador”. Ela me disse: “Dr. Heraldo, é este o resultado.”

Para se ter uma ideia, investimentos na educação em quadrimestre foi da ordem de 10 milhões. Deputado Sandro Régis, para o Hospital da Criança de Feira de Santana, deputada Eliana Boaventura, V.Ex^a que representa tão bem aquele município, de R\$ 19.648.000,00 orçados só foram aplicados – porque o governo não gasta, o governo aplica – 893 mil. Esta obra está parada. Vamos lá fiscalizar.

Aliás, várias obras estão paradas. A Via Expressa, que se anuncia na televisão como já concluída. O Hospital do Subúrbio, orçado em 22 milhões de reais, sabe quanto o Sr. Secretário gastou? Não gastou, aplicou 713 mil reais.

Então este governo, deputado Sandro Régis, já acabou. V.Ex^a está de parabéns pelo pronunciamento que está fazendo.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Prezado Líder, agradeço e incorporo o aparte.

Enfim, o governo pode estar neste momento com suas contas desestruturadas, omitindo os dados para poder efetuar as operações de créditos.

Neste momento de crise financeira poderá honrar seus compromissos com fornecedores e prestadores de serviços cujos pagamentos estão atrasados?

A Bancada da Oposição apresentou três emendas no sentido de incorporar condicionantes que permitam o melhor acompanhamento da aplicação da lei.

A posição da Bancada é de resguardo, fazer aprovar as emendas e aguardar que o governo retire essa proposição do regime de urgência. E aguardamos a finalização dos lançamentos pendentes do setor pessoal.

Caro Líder, depois de ouvirmos nesta tarde o deputado Gaban por diversas vezes na tribuna - trazendo para esta Casa e a Bahia seu conhecimento como presidente da CERB, da Assembleia e exímio conhecedor do Orçamento - e lermos toda a documentação, chegamos à conclusão de que há algo errado nesses números do governo. Não sabemos onde o governo quer chegar, omitindo ou maquiando o Orçamento.

A única certeza que nós temos, deputado Rogério Andrade, é que este governo não paga a ninguém. Este é o governo do calote, não paga a ninguém. Empresas que prestam serviço a este governo desde outubro de 2008 não recebem um real nem para pagar o açúcar do cafezinho.

Eu acho que essa maquiagem é para pegar esse dinheiro e cobrir o rombo dos

cofres públicos. E aí, deputado Heraldo Rocha, eu lhe pergunto: cadê os dois bilhões que o Carlos Martins falou aqui nesta Casa, cadê os dois bilhões que o secretário disse que tinha superávit do Estado? Mais uma vez, o dinheiro da nossa Bahia está sendo tratado como as propagandas enganosas do governo estadual!

Hoje, deputado Heraldo Rocha, o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro, um homem muito sério, entrou no programa de Mário Kertész para dizer das ações que estavam sendo feitas no interior baiano. Quando ele acabou, vários baianos interioranos se manifestaram, deputado Pedro Alcântara. Um rapaz de Itaberaba ligou e disse ao secretário que a estrada que este falou que estava sendo recuperada no trecho de Itaberaba a Ipirá já tem um ano parada, porque a empresa não recebe um real.

Então, vamos parar de fazer discursos políticos. Esse governo tem que sentar e começar a trabalhar. Esse governo tem que olhar os problemas de frente. A população não acredita mais em tanta propaganda. A população não acredita na propaganda do PAC, dos hospitais, das vias expressas. Pelo que sabemos, deputado Rogério Andrade, a aplicação desses recursos é mínima.

A Bahia, sim, foi campeã em perder investimentos para Pernambuco. Isso aí não se discute. Isso aí não se discute. Não sei se foi por falta de prestígio ou por competência política. O que sabemos é que Pernambuco levou os grandes investimentos federais do Nordeste para o seu Estado. Imagine só! O governador, que se diz íntimo do presidente Lula. Se não fosse o compadre, era capaz de a Bahia ser até expulsa da Federação. Perdemos todos os investimentos, deputado Maria Luiza. Pernambuco levou os principais investimentos do Nordeste, e os baianos ficaram passivos.

O governo do Estado – para concluir, Sr. Presidente – não teve a capacidade nem a competência para brigar com Pernambuco e trazer esses investimentos. E o governador, que anda viajando o mundo, diz no seu discurso que foi buscar empregos para a Bahia. Ele não precisa gastar o dinheiro público para ir buscar emprego, basta ele botar para funcionar as obras do governo federal em nosso Estado. Basta, deputado Rogério Andrade, esse governo começar a trabalhar para trazer dividendos e progressos para o nosso Estado. De uma coisa nós temos certeza: a paciência dos baianos esgotou. Os baianos não acreditam mais nesse governo inoperante, incompetente e sem capacidade de gerir os nossos destinos.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para finalizar, deputado Rogério Andrade. quero dizer aqui que seguirei, deputado Heraldo Rocha, a orientação de V.Ex^a. Por essas graves questões que foram apresentadas no Orçamento, o meu voto será não pelo empréstimo do BNDES.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para discutir, convido o nobre deputado Heraldo Rocha.

Deputado Gaban, V.Ex^a tinha permutado com o deputado Elmar, também permuta com o deputado Heraldó?

Para discutir, o nobre deputado Gaban pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. Gaban:-Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Solicito, Sr. Presidente, já que o Plenário está vazio, uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex^a será atendido.

A Sr^a Eliana Boaventura:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, a deputada Eliana Boaventura.

A Sr^a Eliana Boaventura:- Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Ex^a que acionasse as campainhas, chamasse os Srs. Deputados, pois há um pedido de verificação de quorum para continuidade da presente sessão formulado pelo deputado Gaban, e marcasse os 15 minutos permitidos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendida.

Srs. Deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, há um pedido de verificação de quorum de continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente aciona as campainhas.)

Por gentileza, marque os 15 minutos. Srs. Deputados, marquem as presenças para que possamos dar continuação à sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, aproveito este momento para, mais uma vez, convocar os companheiros deputados que estão na sala do cafezinho, no saguão a se fazerem presente ao Plenário, pois temos um debate, importante, interessante, de um projeto para ser votado e quanto maior for a demora para chegar ao Plenário mais se atrasa o nosso trabalho. Portanto, convoco os deputados e as deputadas a comparecerem o mais rapidamente ao Plenário.

Queria também protestar contra as palavras de deputados da Oposição e dizer-lhes que, muitas vezes, a palavra da cortesia e do respeito é boa e necessária, porque a roda da vida e da política muda, e, às vezes, palavras ditas, muitas vezes, são difíceis de se tirar do papel e do sentimento das pessoas. Acho que esses deputados deveriam ter um pouco mais de atenção ao tratar o governo, pois, neste momento, o governador Jaques Wagner tem se empenhado muito. Temos conhecimento de como ele encontrou a Bahia e da luta e do esforço que tem feito para que as secretarias trabalhem, executando políticas públicas em benefício da nossa população.

Portanto, são inaceitáveis palavras como “irresponsável” e “caloteiro”! É muito ridículo, muito feio, uma falta de palavras de melhor educação, digamos assim, com o governador, porque não se pode tratar dessa forma uma autoridade!

Discordar, ...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, gostaria que V. Ex^a

marcasse presença, por favor, já que pediu questão de ordem.

A Sr^a Fátima Nunes:- (...) apresentar pleitos é natural, porém as palavras devem ser repensadas, porque o respeito é bom, é necessário, faz parte do tratamento, da diplomacia e da forma como uma autoridade deve se comportar no Plenário, respeitando as demais. E a autoridade do governador merece a atenção e o respeito de todos. Mesmo que seja da Oposição e queira reclamar ou apresentar suas contestações, o parlamentar deve fazer isso com outro tom.

Esse é o meu pensamento, e é dessa forma que quero sugerir aos deputados da Oposição usarem outros termos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quorum para a continuação da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gaban pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, tivemos, hoje, uma reunião extremamente proveitosa, marcada pelo Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, que trouxe a esta Casa dois técnicos – Srs. Washington e Humberto – encaminhados pelo secretário da Fazenda. Nessa reunião, eles apresentaram alguns elementos e disseram que não poderíamos nos basear no que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 22, que preceitua claramente que a análise das contas do governo deveria ser feita a cada quadrimestre. Ou seja, no que se refere à rubrica de pessoal, essa análise deveria considerar os últimos 12 meses, e não o quadrimestre.

Eu já havia até informado à imprensa, que me questionou sobre esse assunto, que tínhamos pedido a realização de um levantamento dos últimos 12 meses da conta do governo. E assim foi feito.

Nesse levantamento, que depois apresentamos aos técnicos do governo, e eles confirmaram, a receita corrente líquida do Estado nos últimos 12 meses chegou ao valor de R\$ 14.165.708.441,83. Se pegássemos, nesse valor, a despesa com pessoal, que seria de R\$ 6.450.243.699,49, e incluíssemos os R\$ 455.595.832,80, que estão aqui na rubrica 1.1.4.4.1.1 (Folha de Pagamento a Regularizar) no valor de R\$ 362.740.931,88, e na rubrica 1.1.4.4.1.2 (Casos Sociais a Regularizar) no valor de R\$ 92.854.900,92, totalizariam R\$ 6.905.839.532,29. Se incluíssemos isso, o que aconteceria? O valor gasto com pessoal, mesmo considerando os 12 últimos meses, chegaria ao limite de 48,75, extrapolando, desta forma, o limite que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite.

Nessa discussão, que contou com a participação dos deputados Waldenor Pereira, Gildásio Penedo, Pedro Alcântara e Paulo Câmara, restou uma dúvida, e solicitei os esclarecimentos.

A primeira informação dada pelos técnicos, que me surpreendeu, é que a folha de pagamento do Estado, deputada Maria Luiza, não é informatizada. Para mim foi um susto, porque vivemos num mundo onde todas as empresas de pequeno, médio ou grande porte, e até mesmo as microempresas, têm a sua contabilidade e todo o seu sistema informatizado. Pois bem, fomos informados de que a folha de pagamento do

governo do Estado da Bahia não é informatizada.

Essa foi a justificativa dada pelos representantes do secretário da Fazenda, ou seja, que teriam valores a regularizar. Questionei, então, a respeito da tramitação da folha de pagamento. Para quem quiser entender, essa tramitação ocorre da seguinte forma: cada secretário de Estado encaminha ao secretário da Administração as suas folhas de pagamento mensais. Na Saeb é feita uma triagem, na qual se congrega todas as folhas com os empenhos já apresentados por cada Pasta.

Depois de feita a análise daquela folha, há um encaminhamento para o DEPAT, que vê o volume de recursos orçamentários previsto por cada secretaria e autoriza o banco a realizar o pagamento de acordo com cada folha apresentada dentro do seu orçamento. Quando apresenta e vai para o banco, acontece a parte final dessa tramitação: a liquidação, com o pagamento dos salários e dos encargos de cada funcionário. Restou, então, a dúvida, e os representantes que lá estiveram, até citei o nome de V.Ex^a, deputado Pedro Alcântara, que estava presente na reunião, ficou pendente o esclarecimento já que a folha não é informatizada, segundo eles, de como eu poderia ter a certeza de que esses 455 milhões, que constam na execução financeira, na página 3 do Sicof gerencial, documento esse que foi emitido no dia 18.05.2007, às 16h05min, que apresenta o acumulado de janeiro e abril e na Rubrica 1.1.4.4.1.1, Folha de Pagamento a Regularizar, consta uma pendência de 362 milhões, 740 mil e 931 reais e 88 centavos.

Se pegarmos a Rubrica 1.1.4.4.1.2, que é Encargos Sociais a Regularizar, apresenta o valor de 92 milhões, 854 mil, 900 reais e 92 centavos. Esses questionamentos ficaram de apresentar, porque, hoje pela manhã. Como já havia dito, algumas salas do segundo andar, várias salas, por sinal, dentre elas a da Liderança da Minoria, ficaram sem energia. Nós não pudemos ter acesso ao Sicof gerencial. O que eu pretendia, deputado Pedro Alcântara, era pegar o levantamento, secretaria por secretaria, das pendências de cada secretaria, porque faríamos o confrontamento final.

Mas os técnicos, agora, apresentaram, há 10 minutos, naturalmente não deu tempo fazer uma análise, porque eles apresentaram secretaria por secretaria, e o que me chamou atenção, não tinha oportunidade, mas o deputado Waldenor veio, inclusive vou lhe dar um aparte, me apresentaram, lógico, só fui ao final, ao globalizado, não analisando secretaria por secretaria, o que demandaria um tempo grande, vi apenas a parte final que é um resumo dos meses de janeiro a abril de todo o Executivo.

Nesse levantamento, eles apresentam a Rubrica 1.1.4.4. Se eu pegar a execução financeira do Sicof, ela não está sendo questionando o 1.1.4.4, que é o pagamento da Folha de Encargos de Administração. O que está sendo questionado é única e tão somente a Rubrica 1.1.4.4.1.1, pois está no seu texto, Folha de Pagamento a Regularizar, que totalizaria 362 milhões. O que estamos questionando também é a Rubrica 1.1.4.4.1.2, Encargos Sociais a Regularizar, totalizando 92 milhões aproximadamente.

Esse resumo, folheando rapidamente, toda a análise feita, secretaria por secretaria, da Rubrica 1.1.4.4, Folha de Encargos da Administração, que consta

também nesse documento de execução financeira, eu lhe confesso, deputado Waldenor, e por isso que lhe concedo um aparte, que tentei, como fiz hoje por diversas vezes, entrar em contato, estava conversando com alguns parlamentares, com em torno de 10 a 12 auditores fiscais do Estado, todos eles, não teve um sequer...

Eu fiz questão de constar vários para eu ter o discernimento e saber exatamente o que nós estamos aqui questionando. Ninguém pode ser, eu nunca seria, não cometeria uma imbecilidade, posso chamar, de votar contra recursos que vêm para o Estado, sou um dos seus representantes com os demais 62 companheiros aqui desta Casa, mas não posso votar se eu não tivesse certeza da lisura do ato.

Na análise preliminar que fiz, por isso consultei de 10 a 12 auditores, deputado Waldenor, todos me garantiram que isso aqui era irregular, é um procedimento que nunca existiu e que não pode. Fizeram até uma ressalva, que isso teria acontecido, pelo menos os que lembraram e comentaram comigo, deve ter sido em torno de 4 ou 5 auditores, que já tinha acontecido isso em início de legislatura, quando tinha que se pagar a folha de janeiro, o Orçamento estava ainda sendo votado pela Assembleia. Talvez o deputado Pedro Alcântara, um dos que mais têm mandatos aqui dentre os atuais 63 parlamentares, recorde-se disso, que estava ainda sem aprovação, em convocação extraordinária, o Orçamento do ano. Já estavam em janeiro e ainda não fora aprovado o orçamento.

Então, obviamente que os governos da época não deixaram de pagar ao funcionalismo público, o que aconteceu, segundo eles, umas 2, 3 ou 4 vezes, não lembro bem. Pagaram, mas era uma condição diferente, porque não havia Orçamento.

A preocupação que temos tido, deputado Waldenor, e eu coloquei isso com muita clareza, é sobre o ato ser regular, porque agora temos o Orçamento aprovado. E pelas informações que me passaram os auditores e Dr^a Josete, que trabalha na Liderança da Minoria desta Casa – Dr^a Josete, para quem não a conhece, já foi responsável por toda a parte de regulamentação, a parte orçamentária de diversas secretarias ao longo de vários anos –, todos estranharam esse procedimento.

Hoje, à noite, Professor Valdeci, eu fiz até mais. Eu estava conversando com alguns jornalistas na sala do cafezinho – o deputado Waldenor até passou no momento em que eu dava o número do meu celular a Regina, do jornal *A Tarde* – e eles perguntaram: “Deputado, quais são as suas fontes?” Respondi que, inicialmente, minhas fontes foram as discussões dentro da Bancada, na sala da Liderança da Minoria, quando estávamos quatro parlamentares com Dr^a Josete. Posteriormente, fiz uma consulta a vários auditores.

Então, a repórter de *A Tarde* perguntou: “O senhor pode me colocar em contato com um dos 10 ou 12 auditores com quem teve contato?” Nesse momento, tocou o telefone, e era um auditor. Eu falei: “Olha, coincidentemente, estou com um auditor na linha. Posso passar-lhe, mas não posso dar o nome dele, até por questões óbvias, para que não venha a ser punido e perseguido. Se você quiser falar com o auditor, ele está na linha. Eu passo o telefone para você falar com ele.”

Começamos a falar, mas a ligação caiu. Então, fui para a sala de Carlos e fiz uma ligação direta de um telefone fixo, porque o meu celular não pega bem na sala

do cafezinho. Coloquei o auditor para falar com Regina e ele confirmou, deputado Waldenor, tudo que eu havia dito. E não poderia ser diferente, porque minha intenção, deputado Pedro Alcântara, deputado Waldenor e parlamentares que me ouvem, nunca foi a de criar qualquer constrangimento num momento de dificuldades que o governo tem para virem recursos para dentro do Estado, deputado Elmar. Esse é o sentimento que nós estamos tendo.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. GABAN:- Mas nós temos a obrigação de lutar contra a ilegalidade de um ato, porque a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 52, preceitua que é nossa a responsabilidade de fiscalização e de chamarmos os tribunais de Contas, se julgarmos necessário, ou o próprio Ministério Público, ou ambos, para fazer as auditorias e os encaminhamentos necessários. É nossa obrigação, e por isso que eu tenho debatido.

Concedo o aparte ao prezado amigo Waldenor; posteriormente, a V.Ex^a, deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Gaban, quero agradecer-lhe pelo aparte, e de imediato quero informar que o documento que V.Ex^a tem em mãos, sobre a execução financeira, é o mesmo que acabei de apresentar aqui ao deputado Gildásio Penedo, o documento resumo que o diretor da Secretaria da Fazenda acabou de me entregar e eu passei para V.Ex^a.

Trata-se de um resumo das contas denominadas “Folha de Pagamentos” e “Encargos a Regularizar”, com valores idênticos. Os R\$ 469 milhões – V.Ex^a até me questionou se não seriam R\$ 450 milhões –, V.Ex^a pode acompanhar na folha que está em suas mãos. Onde há 1.1.4.4.1, Folha pagamento/Encargos a Regularizar, e o valor lá adiante, o total é R\$ 469.397.870,22 que é idêntico ao valor apresentado pelo diretor da Secretaria da Fazenda.

O Sr. GABAN:- O 1.1.4.4?

O Sr. Waldenor Pereira:- O 1.1.4.4.1, pode olhar e ver, são idênticos.

O Sr. GABAN:- São idênticos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sim, perfeito.

Então, este resumo apresentado pela Secretaria da Fazenda diz respeito às contas com pagamento de pessoal e encargos a regularizar.

Portanto, todos os meses, está aqui comprovado: janeiro, fevereiro, março, abril, há um saldo de recursos a regularizar que é comum na estruturação contábil da conta de pessoal. Portanto, respeitosamente, quero dizer a V. Ex^a que infelizmente os auditores, contadores que o orientaram talvez equivocadamente, estão querendo contabilizar este valor 2 vezes, pois se ele já está empenhado, liquidado e pago e está aqui destacado apenas como uma conta a regularizar para cada secretaria.

O Sr. GABAN:- A dúvida que paira até o momento é se o valor foi empenhado, portanto, ele está contabilizado; se foi liquidado, qual a pendência que teria para a regularização? Isso que até agora nem os auditores, nem a Dr^a Georgete compreenderam, e nem eu compreendi até o momento. Esse é o problema .

O Sr. Waldenor Pereira:- Eu explico. É que o pagamento de pessoal é

centralizado no departamento do tesouro, no DEPAT que manda o dinheiro para o banco pagar a todos os servidores do Estado, no caso é o Banco do Brasil.

O Sr. GABAN:- Parece-me que essa ordem é dada pelo DEPAT, diretamente por uma senha que eles têm. É *online* esse pagamento, por isso que paira dúvidas. Se o pagamento é *online* como é que tem pendências a regularizar?

O Sr. Waldenor Pereira:- Mas, em seguida, cada secretaria separadamente...

O Sr. GABAN:- Eu gostaria... deputado Heraldo Rocha, não discutimos isso, mas pelo sentimento que eu tenho tido, não só de V. Ex^a, como de todo o bloco de oposição. Ninguém gostaria e nem quer votar contra esse projeto. Não no momento.

V. Ex^a deu o instrumento que eu tinha pedido, e comentado com o deputado Heraldo Rocha que eu queria um levantamento de secretaria por secretaria, para ver a pendência. Esse documento está aqui em minhas mãos e não deu tempo de analisar.

Nós temos hoje previsto, deputado Waldenor, todos deputados da oposição vão fazer obstrução aqui até que se esclareça. Não acredito que tenhamos condições de hoje à noite verificar isso aqui, porque terei uma assessoria para ajudar-me, são todas as secretarias.

Que produção gostaria de fazer por V. Ex^a? É lógico que se tiver a concordância do líder da minoria, já que o sentimento, repito, de nós todos, 63 parlamentares, tenho certeza, estou falando em nome da oposição porque o sentimento é esse, da bancada, de votar favorável. Ninguém quer prejudicar.

Então, gostaria de propor a V. Ex^a que interrompêssemos a sessão, neste momento, se o líder concordar. Amanhã de manhã, esclareceremos todas as dúvidas. Eu analiso com critério, se tiver alguma dúvida irei ao Tribunal de Contas, chamarei V. Ex^a ou quem V. Ex^a designar, esclareceremos e votaremos aqui por acordo, se não houver pendência. Aí, votaremos de acordo com o Estado da Bahia.

Não estamos votando com um governo ou outro, que são provisórios, mas o Estado permanece. Então é essa a proposição que faço para que não fiquemos até a madrugada obstruindo um assunto que pode ser resolvido. Deputado Waldenor, se eu tivesse nesse momento, confesso-lhe, desconfiança do proposito de V. Ex^a, eu não estaria debatendo e nem dado o aparte. Vi o esforço de V. Ex^a em fazer o esclarecimento. Infelizmente, o documento chega tarde.

Então, a minha proposta, deputado Pedro Alcântara, e V. Ex^a terá, naturalmente, que dar a concordância, seria de que se interrompa a votação neste momento. Faríamos, amanhã, se concordarem, após os esclarecimentos necessários. Não tem porque a gente duvidar. Em esclarecendo, faz-se a votação política, acordo de liderança, e votamos pelo crescimento e desenvolvimento do Estado da Bahia.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Gaban, V. Ex^a presenciou um fato inédito nesta Casa, modéstia à parte, patrocinado pela liderança do governo. Eu quando subi à tribuna concedi aparte a V. Ex^a, ao deputado Heraldo Rocha, ia ceder ao Paulo Azi também, e além disso convidei os diretores da Secretaria da Fazenda para que se deslocassem até esta Casa Legislativa. Convidei V. Ex^a, o deputado Heraldo, o deputado Gildásio Penedo, todos os esclarecimentos foram dados. Nós não temos, deputado Gaban, nenhuma dúvida a respeito do questionamento que V. Ex^a fez. Os

diretores da Secretaria da Fazenda se colocaram à disposição. O senhor pode convidar quantos auditores quiser, o diretor, algum conselheiro ou auditores do Tribunal de Contas, porque nós estamos perfeitamente abertos para dar esclarecimentos.

Agora, não temos por quê suspender a sessão, pois os esclarecimentos foram dados exaustivamente. Não temos nenhuma dúvida. E eu acredito que o deputado Gildásio Penedo já está totalmente convencido das informações que foram prestadas. Vamos discutir, debater. V.Ex^a pode obstruir a votação, mas nós vamos colocar o projeto para ser votado porque a Bahia precisa desse recurso. Não é o governo Jaques Wagner. O senhor sabe que estamos com fundamentos devidamente suficientes para os necessários esclarecimentos.

Eu lhe agradeço o aparte.

O Sr. GABAN:- Para completar, Sr. Presidente. Presidente? Só para completar meu raciocínio, por favor.

Deputado Waldenor, acredito eu que este Projeto ser votado na madrugada sem que tenhamos uma análise da documentação que foi entregue por V.Ex^a à Minoria há dez minutos... Esse documento final, o senhor entregou a mim. Eu estava sentado bem ali. Não tivemos tempo de analisá-lo.

Não vejo nenhuma dificuldade em votar na madrugada ou amanhã, pois os procedimentos serão feitos da mesma forma. Se for votado de madrugada, vai-se enviar ao Diário Oficial para publicação no dia seguinte. Se o votarmos amanhã, não vai alterar nenhum prazo do governo.

Acho que, até para que esta Casa volte a ter um clima de entendimento - o que faz parte de qualquer Parlamento -, eu gostaria e acredito que poderia, sim, V.Ex^a, depois de consultar o Líder Pedro Alcântara e naturalmente a vossa Bancada, adiar a votação para amanhã.

Seria muito melhor para a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia votar um projeto de que teremos plena consciência. E depois da análise acredito que a teremos. É melhor votá-lo por consenso ou unanimidade do que ficarmos aqui, por falta duma análise maior dessa documentação que foi entregue agora há pouco, duma maneira desnecessária até de madrugada. Isso seria uma falta de bom senso de todos nós parlamentares.

Então, o que lhe peço - e não precisa me responder agora - é que V.Ex^a analise e veja se a maneira mais sensata para esta Casa seria amanhã pela manhã analisar este documento. Se pairasse qualquer dúvida, chamaríamos os auditores ou, se fosse necessário, o próprio Tribunal de Contas para uma reunião informal. Aí analisaríamos juntamente com eles. Todavia acredito que com esta documentação nós poderemos sentar, a Minoria, para analisar com a equipe que temos lá. Seria suficiente.

Se a presidente permitir, eu ficaria muito satisfeito.

Deputado Pedro Alcântara, sendo este um assunto que acho que lhe interessa, vou conceder-lhe um aparte, com a aquiescência da presidente. Encerro o meu pronunciamento com o aparte de V.Ex^a. Dou-me por satisfeito.

O Sr. Pedro Alcântara: - Deputado Gaban, eu lhe agradeço o aparte.

Não vamos ter tempo para que eu coloque o meu ponto de vista, porque o seu tempo já se expirou. Vamos colocar mais tarde, em outro momento, o nosso pensamento em relação a esta questão. Estou totalmente convencido de que não há nenhuma ilegalidade. Não sei V.Ex^a. Eu o conheço, é um deputado sério...

O Sr. GABAN:- Não tive tempo de analisá-lo, entendeu?

O Sr. Pedro Alcântara:- Agora...

O Sr. GABAN:- Por isso é que eu gostaria que a votação fosse amanhã, por um acordo de Lideranças, em vez de ficarmos aqui hoje até de madrugada.

O Sr. Pedro Alcântara:- A Bancada do governo está convencida. Eu, como Líder da Bancada Independente, também estou convencido. Conversei com os técnicos. E nós estamos debatendo este projeto. Tanto é que louvo a atitude de V.Ex^a, um deputado cuidadoso e correto, como sempre foi, ao trazer este problema. Louvo também o papel da Liderança do governo, que no momento em que tomou conhecimento usou o Grande Expediente para debater este assunto, concedendo apartes. Não convencido, V.Ex^a convocou técnicos da Secretaria da Fazenda. Eles disseram na reunião que, se fosse necessário, convocariam o TCE aqui para discutir conjuntamente mostrando-nos que não há nenhuma coisa que se faça dentro da Sefaz. Mas também é papel da Oposição obstruir a votação.

O Sr. GABAN:- Neste caso não é.

O Sr. Pedro Alcântara:- É um recurso, repito, recurso. Caso não haja entendimento para suspender a sessão, eu não colocaria nenhum obstáculo em deixar para votar amanhã, porque não sei das conveniências do governo, ou seja, de sua pressa. Acho que não teria nenhum prejuízo de ordem e não teria nenhum problema. Mas vou acompanhar a decisão da Liderança do governo. Em alguns momentos, tenho tomado atitudes diferentes das da Liderança do governo. Mas, neste caso, estou convencido. Agora, se convém ao governo ou não, é ele quem dialoga com o governo.

O Sr. GABAN:- Acredito que não teria nenhum prejuízo, mas concordo.

O Sr. Pedro Alcântara:- Agora, em relação ao auditor fiscal, de alguns auditores que, permita-me a sinceridade, V.Ex^a traz a esta Casa. Eu também sou dessa maneira, quer dizer, acho que nós tivemos, recentemente, aqui, um clima tenso na votação de um projeto de que eles não saíram satisfeitos. Não é por isso que acho que vai mudar a opinião, absolutamente. Mas é também uma questão de ordem política, e eu não ficaria satisfeito se não falasse, haja vista o fato de que esse auditor não manifestou o nome. Para mim, confio, porque tem credibilidade o que V.Ex^a colocou aqui, pelo que eu conheço.

Mas eu não posso levar em consideração o auditor, porque não se manifestou pessoalmente. Não haveria nenhum problema dizer “eu, fulano de tal, como auditor, contesto”. Não posso levar em consideração ações anônimas. Os técnicos da secretaria estiveram aqui e se expuseram. Foram Washington e Humberto.

Então, permita-me colocar isso. A minha maneira de proceder é esta. Eu não sairia daqui satisfeito com o aparte que V.Ex^a me concedeu se não abordasse esse assunto.

O Sr. GABAN:- Incluo em meu pronunciamento, deputado Pedro Alcântara, não só o aparte de V.Ex^a, como o aparte do deputado Waldenor. Lamento, prezado amigo Gilberto Brito, não poder lhe conceder um aparte. Teria o maior prazer, mas meu tempo, infelizmente, expirou.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Pela ordem, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Solicito a V.Ex^a proceder a uma verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra, para uma questão de ordem, o professor Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Obrigada pela gentileza de V.Ex^a de sempre se dirigir a mim com essa deferência especial. Obrigado, professora.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- É o título de professor o mais importante e que mais enobrece a pessoa, professor Waldenor. Ele é muito mais do que o de doutor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sinto-me homenageado por V.Ex^a.

Tendo em vista iniciativa do deputado João Carlos Bacelar, quero convidar todos os colegas, deputados e deputadas da Bancada do governo, a se deslocarem imediatamente até o Plenário desta Casa, pois há uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão.

Precisamos aprovar no dia de hoje esse projeto que possibilitará ao nosso governo um aporte de recursos no valor de R\$ 375 milhões. É um recurso importante para a Bahia. Quero crer, e já ouvi as manifestações, que colegas da Oposição irão votar favoravelmente a esse projeto. Se não acontecer, naturalmente será um surpresa para todos nós, tendo em vista que se trata de uma operação de crédito destinado à realização de investimentos, às despesas de capital, à viabilização de ações governamentais que têm por finalidade melhorar a qualidade de vida do povo da Bahia.

Por isso, queria convidar todos os colegas, deputados e deputadas da Bancada da Situação, a se fazerem presentes ao Plenário, tendo em vista haver uma solicitação de verificação de quorum para continuidade da presente sessão. Precisamos de 21 Srs. Parlamentares presentes ao Plenário imediatamente para nós não perdermos tempo e darmos continuidade à sessão ao permitir que outros parlamentares também se inscrevam para falar sobre essa questão e possam debater o projeto.

Nós já apresentamos aos deputados Carlos Gaban e Heraldo Rocha todas as informações necessárias para elucidar a denúncia feita acerca da maquiagem que, infelizmente, se mostrou equivocada, porque os dados são claros, os documentos comprobatórios de que o nosso governo está destinando recursos abaixo do limite prudencial.

Portanto, está perfeitamente de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Por isso, nós precisamos que os colegas, deputados e deputadas de nossa base, desloquem-se, imediatamente, até o Plenário e que permaneçam aqui no Plenário um tempo bom para participarmos do debate, da discussão. A sessão está num nível bom, porque tanto a Situação quanto a Oposição estão concedendo apartes. Isso ajuda o debate dos conteúdos. Eu mesmo já concedi aparte aos deputados Heraldo Rocha e Gaban. Quando o deputado Heraldo Rocha se inscrever, tenho certeza de que irá me conceder um aparte também em retribuição à gentileza que tive com ele hoje.

Portanto, quero convidar todos os colegas deputados e deputadas da nossa Base a se deslocarem imediatamente ao Plenário desta Casa, pois há um pedido de verificação de quorum para continuação da presente sessão, na qual iremos ouvir ainda brilhantes oradores: o deputado João Carlos está organizando o seu roteiro, assim como Clóvis Ferraz, Sandro Régis e vários outros oradores inscritos, os quais, sem dúvida, irão nos ajudar na reflexão a respeito dessa operação de crédito, fundamental para a Bahia na perspectiva do reequilíbrio financeiro do Estado da Bahia.

Portanto, Sr^a. Presidente, quero parabenizá-la pela condução dessa sessão. V. Ex^a, que é a representante maior do Oeste nesta Casa Legislativa, já está sendo considerada a “Rainha do Oeste”. (Palmas.) A deputada Antônia Pedrosa é a “Rainha do Oeste. Assim, V. Ex^a poderia nos ajudar fazendo soar as campainhas e ajudando na convocação dos parlamentares.

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- As palavras ditas pelo professor Waldenor são de alto quilate.

Solicito que o painel seja zerado e sejam marcados 15 minutos.

Pela ordem o deputado Gilberto Brito.

O Sr. Gilberto Brito:- Deputada Pedrosa, o deputado João Bacelar tem, insistentemente, solicitado, nesta noite, verificação de quorum para a continuação da sessão, e isso, por certo, demonstra um certo saudosismo dele. Na época que o clube pelo qual ele torce, o Bahia, era majoritário e vencedor, a Casa vivia sempre cheia e os estádios também. Hoje, sem dúvida alguma, em decorrência das repetidas e incontidas derrotas do tricolor, que têm levado o estádio a ficar vazio, ele, com saudades, quer que o Plenário fique cheio para que se sinta, calorosamente, na convivência.

Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o próximo orador, deputado Elmar Nascimento.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, tive a oportunidade de participar, ontem, de uma reunião com técnicos da liderança da Oposição, em companhia do Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha, dos deputados Paulo Azi e Gaban e de membros da Comissão de Finanças e Orçamento, que nos trouxeram uma situação que nos deixou preocupados.

Se, de certa forma, deputado Waldenor, assistia aqui ao pronunciamento de V. Ex^a, que apresenta, com certa razão, que, a se preencherem os requisitos da votação

desse projeto, há de se contabilizar a folha de pessoal, como se refere o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, referente aos 12 últimos meses do exercício. Temos uma preocupação muito grande, porque ao se comparar os últimos 8 meses do ano passado com os 4 meses deste ano vê-se um crescimento acelerado na folha de pagamento do Estado em relação à receita corrente líquida a demonstrar que o Estado enfrentará sérias dificuldades com a questão ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, seriíssimas dificuldades. Se não houvesse o artigo 18 da lei e aplicasse simplesmente o artigo em relação a esse mês, deputado Paulo Azi, o Estado da Bahia já estaria em dificuldades.

O estudo publicado, que não foi contestado pelo governo, pelo ex-secretário da Fazenda, que foi um dos primeiros inclusive a apoiar a eleição do governador Wagner, o ex-secretário da Fazenda do Estado da Bahia, competente secretário Benito Gama, demonstra que receita do Estado caiu um bilhão de reais e ampliou em dois bilhões a folha de pagamento com os planos de cargos e salários aprovados nesta Casa em janeiro próximo passado e que não foram ao todo ainda implantados, o que leva a uma preocupação da capacidade de investimento do Estado.

Fico preocupado, deputado Heraldo Rocha, e angustiado porque ao longo de seis anos e meio de mandato nunca votei contra autorização de um empréstimo para que o Estado se beneficiasse de alguma disponibilidade de recurso financeiro, ainda mais num momento de crise. Temos, deputado Heraldo Rocha, em primeiro lugar, uma decisão política a tomar na Assembleia com a subserviência do presidente da Casa que nunca foi um vassalo tão grande do governador, se impõe um rolo compressor nesta Casa a tirar atribuições próprias da Comissão de Finanças.

Eu não posso, na condição de membro titular da Comissão de Finanças e Orçamento, concordar com a postura desta Casa. Assisti ao atual presidente subir várias e várias vezes a esta tribuna para dizer que a Assembleia Legislativa da Bahia no passado era uma simples casa homologatória, que o governador mandava o projeto e se aprovava sem ler. Ele cansava de dizer que quem era governo não pensava, quem era governo obedecia. Naquela época, deputado Heraldo Rocha, poderia até se utilizar o rolo compressor, mas dentro dos preceitos democráticos e observando as regras do Regimento Interno. Em nenhum momento, nunca houve uma subordinação e uma subserviência ao Poder central tão grande quanto há hoje nesta Casa, a ponto de se interpretar o Regimento para beneficiar os interesses de Ondina.

Portanto, há um posicionamento político, e nós que fazemos oposição - é uma oposição crítica não ao Estado, mas crítica à forma como está sendo conduzida a Assembleia para beneficiar o governador - não podemos hoje votar a favor deste projeto da forma como foi colocado, sem diálogo. E, agora, o Líder do governo nos traz alguns pontos para debate, mas em nenhum momento nos procurou para debater o projeto onde deveria ter sido debatido - e o presidente da Assembleia incluiu a Comissão de Infraestrutura sob o argumento de que aumentaria o debate.

Como se vai aumentar o debate quando se traz a discussão para votação no Plenário, sem discutir o parecer? Votamos o parecer em regime de urgência sem ele ser discutido. Que aumento de discussão é esse que se inclui em uma comissão para

aumentar a discussão e se traz a votação para o Plenário impedindo a discussão no âmbito das comissões? Sempre fizemos no passado, deputado Heraldo Rocha? Portanto, um procedimento que logo nos afasta de qualquer possibilidade de votar a favor desse projeto.

Quanto ao mérito, ele nos traz um voto de desconfiança muito grande. Desconfiança com relação à gestão do atual governo, gestão que nos leva a um cenário de escuridão. Enquanto estamos a assistir a população mineira aplaudir o seu governador, que teve a coragem de pegar o Estado numa situação muito pior do que a da Bahia e ser reeleito com 85% de índice de aprovação de bom e ótimo, porque teve a coragem de reduzir secretarias, de não se vender a acordos políticos espúrios e fisiologistas; teve a coragem de trazer técnicos qualificados para o seu governo, reduzindo o custeio e aumentando a capacidade de investimento da máquina, o governador da Bahia, Wagner, opera em sentido contrário, aumenta o fisiologismo, aumenta a quantidade de secretarias, aumenta a barganha, o “toma lá, dá cá”, a troca de cargos por apoios políticos e diminuindo a capacidade de investimento do Estado, produzindo, como disse hoje o ex-governador, no programa Mário Kertész, uma agenda negativa para o Estado. Governador que merece hoje, deputado Paulo Azi, um voto de desconfiança nosso e dos baianos pela agenda negativa que constrói, com alguns tópicos e algumas perguntas que não calam na voz e na consciência dos baianos, e que faço questão de reproduzir aqui na Assembleia Legislativa, porque ouço em cada canto e recanto do Estado da Bahia que tenho a oportunidade de visitar e de conversar com o povo baiano.

Primeira pergunta: quando o governo vai pagar aos fornecedores e prestadores de serviço ameaçados de quebraadeira pelos atrasos de pagamento?

Dois – e eu devo dizer, desde a administração do inesquecível Antonio Carlos Magalhães, deputado Paulo Azi, a Bahia sempre esteve num local de destaque, porque a Secretaria da Fazenda foi ocupada pelos melhores quadros que poderiam ocupá-la, por homens preparados da qualidade do senador Rodolpho Tourinho, da qualidade do ex-secretário Albérico Mascarenhas, que foi cooptado pela iniciativa privada para ser um dos seus grandes executivos e que sempre zelou para manter a saúde econômico-financeira do Estado, dando exemplo, antes, inclusive, da criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando a Bahia já atingia os índices propostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal do Presidente Fernando Henrique...

Quando as obras paralisadas por atraso de pagamento serão reiniciadas? É em todo município, deputado Paulo Azi. Infelizmente, a realidade que V.Ex^a trouxe hoje do município de Inhambupe não é um “privilégio” de Inhambupe. Está assim em Campo Formoso, obra parada. Está assim em Casa Nova, o mercado abandonado, empreiteiro devendo a quem subempreitou e no comércio local; a residência do Derba devendo em tudo quanto é lugar. Em Bom Jesus da Lapa, a praça parada – está aqui o deputado Arthur Maia que não me deixa mentir, a praça do município parada, desde agosto, por falta de pagamento. Quando o governo vai voltar a pagar para que as obras possam continuar e não quebrar os empreiteiros do Estado?

Quando vai parar de morrer gente por dengue e meningite na Bahia, deputado

Heraldo Rocha? Está aí essa pandemia que falam da gripe suína, quando morreu até hoje muito menos gente do que já matou a dengue na Bahia, este ano, e não para de morrer. Um epidemia muito maior do que essa da gripe que toma o noticiário nacional e internacional. E na Bahia não se toma providência.

Até quando as emergências dos hospitais estaduais vão continuar sem atender os pacientes? Quantas e quantas vezes, deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a já teve a oportunidade de ir “in loco” testemunhar a falta de atendimento dos hospitais estaduais? Por que o PSE está há 30 meses sem avançar na cobertura da população não assistida, paralisada desde que Paulo Souto saiu do governo?

O que vai ser feito para que alunos de colégios estaduais voltem a ter aulas regulares? Qual a providência para acabar com o déficit de 7 500 professores? As escolas vão continuar com o problema de limpeza? São todos os dias, é em todos os lugares essa situação na educação da Bahia.

Quando o governo vai inaugurar a primeira escola iniciada a partir de 2007? No nosso governo foram 27 escolas-modelo Luíz Eduardo Magalhães. Qual vai ser a primeira escola iniciada no governo Wagner? Onde? Porque, por onde tenho andado, não há nenhuma escola incida e concluída por esse governo que já está a findar, graças a Deus.

Até quando vai continuar o holocausto dos nossos jovens nas periferias da cidade? Já chegou a 10 mil o número de assassinatos entre 2007 e 2009. Ah! que saudade, deputado Yulo, da Comissão de Direitos Humanos que V. Ex^a presidia, onde se falava tanto em extermínio, mas nunca se viu tanto extermínio de jovens pobres e negros na periferia da nossa querida Salvador. Polícia matando é solução para a violência em nossa cidade?.

Quando o Estado vai iniciar a primeira estrada com recursos disponíveis desde 2007, que aprovamos aqui na Assembleia Legislativa? Fazendo simplesmente tapa-buraco e reformas? Não há uma única estrada sendo construída.

Quando será iniciada a primeira barragem no sertão baiano feita por esse governo? Eu aceito até barragem da CAR, deputado João Carlos Bacelar, essas de 100 horas de trator, porque nem a CAR funciona mais.

E o que vemos são adesivos assim: Paulo Souto, ACM, César Borges, ah, que saudade!

Eu me lembro, na minha região só, da Barragem do Aipim, que resolveu o problema de sistema de abastecimento de Campo Formoso, Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves e região; Barragem de Pedras Altas que resolveu o problema de abastecimento de água de Capim Grosso; a Barragem de Ponto Novo que criou o maior programa de irrigação do Estado da Bahia; a Barragem de Pindobaçu que tem revolucionado aquela região; a Barragem do França que beneficiou Jacobina, Miguel Calmon e toda aquela região. Só falando da nossa região. O governador atual esteve em Senhor do Bonfim, cidade há 10 anos administrada pelo PT, prometeu a barragem Barroca do Faleiro, já desistiu. Não tem barragem de 100 horas de trator construída pela CAR e eu relacionei só na minha região quase 300 milhões de reais em barragens que mudaram completamente o perfil socioeconômico da região, É só a

realidade da minha região, a qual conheço, não há uma única barragem construída no atual governo.

Quando vão ser iniciados os investimentos anunciados pelo governo, tais como: fábrica de carro japonês; fábrica de aviões espanhóis, polo de cinema em parceria com a Petrobras; fábrica de oleoginosas; siderúrgicas dos indianos; refinaria dos venezuelanos; fábrica de supercondutores dos chineses? Tantas e tantas promessas feitas pelos integrantes do governo Wagner nos últimos 30 meses que não saem do papel. E o governador para coroar tanta promessa promete agora a ponte Salvador- Itaparica, como a gozar da confiança e da boa vontade dos baianos.

Deputado Luiz de Deus, nós que tínhamos saudades, nos oito anos de nosso governo, sempre a Bahia crescia mais do que o Brasil, quando a Bahia vai voltar a crescer mais do que o Brasil?

Infelizmente, esses são apenas alguns pontos a serem respondidos na agenda negativa desse governo.

Falam tanto, criticam, eu quero é comparar. Noutro dia, eu estava em Senhor do Bonfim, deputado Heraldo Rocha, essa cidade que tem dado 10 anos de vitória ao PT, a prefeitos do PT, comecei a conversar na rádio com o repórter e a perguntar: se é o centro da cidade, tá asfaltado pelo governador Paulo Souto; se é a sinalização, feita pelo governador Paulo Souto; se é a Escola Luís Eduardo Magalhães, feita pelo governador Paulo Souto; se é SAC, governador Paulo Souto; se é sistema de água da Barragem do Aipim, que garante a água para Senhor do Bonfim, é governador Paulo Souto. Não tem presidente Lula, nem prefeito do PT, nem governo Wagner em dois anos meio. Não tem um único paralelo colocado na cidade, não tem uma sala de aula construída. Se é a extensão da UNEB, governador Paulo Souto. Não tem mais nada, acabaram a cidade de Senhor do Bonfim. Uma cidade daquele porte e agora o governo anuncia a reforma de 23 aeroportos de campos de pousos. Senhor do Bonfim, uma cidade de quase 100 mil habitantes e não se anuncia nada para Senhor do Bonfim; colocam cidades minúsculas para atender a interesses fisiológicos e eleitorais do governo e uma cidade daquela governada pelo PT, por um prefeito do PT, completamente abandonada .

Essas são as respostas que não querem calar. É por isso que o governador merece o voto de desconfiança dos baianos. É por isso, deputado João Carlos Bacelar, que nós, que a Oposição que sempre aqui votamos a favor do governo, votamos a favor dos projetos do governo, compreendendo que se em determinado momento o governo construiu, deu a vitória ao PT no Executivo e deu maioria a Oposição no Legislativo, ele queria um governo com a oportunidade mais forte, sempre com desconfiança, porque sempre desconfiou dos métodos do PT governar.

Está aí, um governador que criou a maior expectativa com relação ao nosso Estado em função da amizade e da proximidade alardeada aos quatro cantos com o presidente Lula. E o que essa amizade trouxe de produtivo para a Bahia? Hoje, assistimos as entrevistas do secretário do Planejamento, anunciando investimentos do Banco do Brasil, anunciando a via expressa 2 de julho, investimentos do governo federal. Não tem um único centavo em lugar nenhum!

Eu olhava, deputado João Carlos Bacelar, os investimentos do governo até 15 de maio. Quatro meses e meio em cada secretaria do governo, mostrou qual foi o compromisso do governo Wagner com a nossa população; 0,28% investido na segurança e as pessoas morrendo nas ruas.

Como disse o ministro Geddel, ontem: *“Os homens de bem presos nas suas casas, enjaulados e os bandidos soltos nas ruas por falta de investimentos”*. Parabéns, ministro Geddel, aliado a crítica quando se tem que criticar a inoperância do governo.

E entendemos agora, deputado Clóvis Ferraz, porque a competente secretária Marília Muricy foi demissionária, ela pediu demissão, porque é inadmissível que até 15 de maio, quase metade do ano, apenas 0,24% foi investido na Secretaria da Justiça. Será que queriam demitir a secretária? Cinco meses e meio e só foi liberado para investimento da secretaria de justiça, apenas 0,26%. Vamos ver se com o companheiro Pellegrino, as coisas melhorarão.

É essa a situação, o desastre, o caos, a falta de crédito que tem o governo, que deve a Deus e a todo mundo, a Deus, porque em seu nome mentiu e prometeu em tudo que é lugar. Quem promete ao pobre, ao povo, as multidões é como estar prometendo a Deus e deve a todo mundo, porque a residência do DERBA é devendo.

Onde tem uma obra do Estado, tem um comerciante. Foi pior, já me disseram aqui, deputado João Carlos Bacelar, que liberei emenda minha, fiz emenda aqui que foi negociada com o governo e liberada em Casa Nova, infelizmente foi liberada, deputado João Carlos Bacelar, porque a obra começou em outubro. O empreiteiro chegou na cidade, contratou mão-de-obra, comprou mercadorias nas casas de materiais de construção e não pagou. Não pagou porque não recebeu um centavo do Estado. Uma obra de R\$ 600 mil e não recebeu um único centavo!. É fatura de R\$ 30 mil, quebrou o rapaz, ele é pobre, saiu de lá devendo a todo mundo, não pode pisar os pés em Casa Nova e a praça está lá, no abandono.

Eu peço, deputado Heraldo Rocha, para que a gente faça uma vigilância. Vamos fazer, vamos colocar no nosso *blog* da Oposição, para concluir, minha cara amiga, deputada Antônia Pedrosa.

Vou sugerir a V. Ex^a, deputado Heraldo Rocha, Líder da Oposição, fazermos um painel, aqui na Assembleia, das obras paralisadas do governo, nos municípios. Não caberá de tantas fotos. Pode entrevistar os comerciantes na praça, está devendo ao comércio local. Esse governo. Esse governo não tem crédito, ele compra e não paga, por isso não merece a confiança da população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr^a Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, não tem explicação lógica para essa pressa, essa urgência do governo no sentido de que esta Casa vote um empréstimo de R\$ 375 milhões.

É engraçado, o governo leva de 30 a 40 dias para responder a um requerimento simples, banal de qualquer deputado. Mas esse mesmo governo quer que, na calada da noite, em cima da perna, votemos um empréstimo de R\$ 375 milhões!

É a contradição, é a distância entre o discurso de Wagner, que diz querer democracia, e a prática do governo dele. É engraçado esse assembleísmo do PT; para tudo eles querem fazer assembleia, até para nomear uma simples secretária de escola levam 15, 20 dias em profundas discussões. Mas querem que esta Assembleia, para desmoralizá-la, para subjulgá-la, para mostrar o despreço que têm pelos deputados, relegue a segundo ou terceiro plano uma das suas mais importantes funções, e assim votemos aqui, na calada da noite, um projeto chegado há pouco tempo a esta Casa.

O governo não quer que se aprofunde a discussão dos projetos. Basta ver que as comissões desta Casa não se reúnem para debater nenhuma matéria importante, tendo em vista que todas elas têm de ser apreciados em regime de urgência. E a Bancada da Maioria, imediatamente, quer que seja votada com urgência. É uma intransigência do governo. Na verdade, é a arrogância petista, característica de todas as administrações do PT.

O Sr. Líder do governo, um deputado altamente qualificado, é adepto do rolo compressor, pois não senta para conversar, não cede, não negocia, não transige. Age assim porque tem uma Bancada formada por 48, 49 deputados – sabem lá Deus e o fisiologismo quantos deputados compõem essa Bancada.

Quando vamos discutir um empréstimo, deputado Gildásio Penedo, a primeira coisa que temos de fazer é desmistificar a importância da crise para a queda da arrecadação. E por que isso? Porque o Rio de Janeiro colhe frutos e a sua arrecadação aumenta em plena crise financeira internacional. Aquele Estado tem aumentado, diferentemente da Bahia, a sua arrecadação do ICMS. E destaquemos que a sua economia está altamente vinculada ao petróleo por causa da Bacia de Campos, no que se parece com a dependência que a Bahia tem da petroquímica.

Qual é a diferença, deputado Gildásio Penedo, deputado Heraldo Rocha, deputado Misael? A diferença está que, no Rio de Janeiro, não se tentou partidarizar, aparelhar a máquina da Secretaria da Fazenda, como o governo Wagner fez na Bahia. No Rio de Janeiro, não se tomaram providências para transformar em aparelho político um órgão altamente técnico como a Secretaria da Fazenda, baseada na profissionalização, na meritocracia e na renovação dos quadros de fiscais por concurso público. No último dia 18 de maio, foi publicado o edital do terceiro concurso da gestão Joaquim Levy. A Sefaz do Rio de Janeiro dá um exemplo ao Brasil de como, de maneira efetiva, a crise pode ser vencida.

Na Bahia, se fez o contrário, na Bahia, se abriu mão de quadros altamente técnicos, como tínhamos na nossa Secretaria da Fazenda. Na Bahia, se abriu mão de a Secretaria da Fazenda ser um modelo para o Brasil, para se transformar numa simples tesouraria e num aparelho dos partidos que dão sustentação ao governo Wagner.

O desempenho da Sefaz do Rio de Janeiro serve para todos os governadores do Brasil. Colocar profissionais para cuidar das finanças dos estados é o caminho para o sucesso de qualquer gestão. A nós, baianos, cabe aplaudir e saudar o sucesso alheio,

já que, aqui, inversamente, foi feito tudo para se destruir um quadro altamente técnico e altamente profissionalizado como o da Secretaria da Fazenda do Estado.

E, assim, o Rio de Janeiro aumentou, em termos nominais, 15,66% no primeiro quadrimestre de 2009. Nesse mesmo período em que o Rio de Janeiro cresceu 15,6%, a arrecadação baiana teve queda de 6,6% nominal e 12,7% atualizados pelo IGPM.

É o resultado, deputado Carlos Ubaldino, daquela maldita lei, malfadado projeto de lei que votamos aqui, que só atendeu aos quadros do PT e do PCdoB incrustados na Secretaria da Fazenda. O Rio de Janeiro, não. Ele tem tido uma opção técnica na Secretaria da Fazenda. O Rio de Janeiro tem realizado concurso para auditores fiscais, aqui, nós dividimos a Secretaria da Fazenda. Enquanto o Rio de Janeiro tem um crescimento da sua receita de 15,6%, na Bahia, há um decréscimo de 12,7%.

Além disso, o grande destaque da arrecadação do Rio de Janeiro, em abril, foi a recuperação de 300 milhões de reais diretamente da Dívida Ativa, fato esse que mostra a natureza da gestão fazendária, que tem como gestor o renomado Joaquim Levy, que foi secretário do Tesouro Nacional.

Por isso, não venham com a desculpa de crise, porque temos, deputado Heraldo Rocha, exemplos, no Brasil, de estados que têm uma administração fazendária altamente técnica. Não podemos, de maneira nenhuma, comungar com o que se passa na Assembleia, além dessa pressa de se votar tudo na urgência, de não se discutirem as matérias nas comissões, de termos que discutir apressadamente em Plenário. Eu queria, deputado Heraldo Rocha, que V.Ex^a lembrasse qual o projeto de destaque que foi discutido na Comissão de Constituição e Justiça ou na Comissão de Finanças. Nada, vem tudo apressadamente para o Plenário.

Além disso, temos que reclamar aqui, que protestar contra essa nova atitude da Bancada do governo, juntamente com o Presidente da Casa: a cada votação, agora, deputado Elmar Nascimento, inventam a ouvida de uma nova comissão. Há poucos dias se ouviu a Comissão de Defesa do Consumidor quando discutíamos uma questão eminentemente ligada ao funcionalismo público. Agora, num projeto de empréstimo, chama-se a Comissão de Infraestrutura para opinar. Só se for para construir, ajudar a montar uma engenharia financeira que engane os baianos e que ajude nesse silêncio, com o qual convivemos, da Bancada do governo, nesse imobilismo da Bancada do governo.

Não se ouviu até agora, salvo uma ligeira explicação do Líder, Waldenor Pereira, um deputado da Base do governo discutir aqui a questão. Nem mesmo o deputado Álvaro Gomes, que por tudo culpa os Estados Unidos, até pelas chuvas que caíram sobre Salvador, que gosta de falar sobre todos e tudo, está no Plenário. Está envergonhado, porque, no fundo, no fundo ele sabe que está sendo obrigado, dentro dessa estratégia do governador Wagner de fazer da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia um órgão amorfo.

Como podemos votar a favor de um empréstimo para um governo com total descontrole na administração de suas contas? Débitos e mais débitos! Desde outubro ou novembro que não paga aos fornecedores, que não paga aos prestadores de

serviço. Enfim, que não consegue controlar suas contas.

Como dar um cheque em branco a um governo que, pelo seu descontrole, tem causado problemas até aos municípios, como no caso de Casa Nova que aqui foi relatado pelo deputado Elmar Nascimento. Por quê? Porque o Estado também coloca em situação difícil as administrações municipais ao não pagar ao pequeno empreiteiro, ao médio empreiteiro. Esse empreiteiro, então, não paga as contas realizadas no município.

O Estado obriga esse pequeno empreiteiro a gastar seu capital de giro resultante das obras que fez para a prefeitura e recebeu o pagamento em dia. Como o governo estadual, numa obra maior, não pagou, não honrou seus compromissos, o pequeno empreiteiro recebe da prefeitura e tem que colocar esse recurso para cobrir o déficit gerado pela irresponsabilidade na gestão do Estado da Bahia.

Há, deputado Heraldo Rocha, uma indagação sobre os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como podemos votar um empréstimo de R\$ 375 milhões quando não sabemos se o Estado está obedecendo aos ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal? Quando os próprios técnicos do Estado admitiram hoje, aqui, que se não for nesse quadrimestre será no próximo que o Estado passará do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputado Pedro Alcântara, há um único argumento, e é um argumento que nos causa apreensão, que o Líder do Governo utilizou nesta Assembleia foi que o Estado de Minas Gerais já ultrapassou o seu limite prudencial com a despesa de pessoal.

E o que é que a Assembleia Legislativa da Bahia tem a ver com o governo de Minas Gerais? O que é que o governo da Bahia tem a ver com o governo de Minas Gerais? Já é o Líder Waldenor querendo preparar os espíritos dos deputados para dentro em breve anunciar que a Bahia está ultrapassando o seu comprometimento com despesas de pessoal em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em novembro, deputado Euclides Fernandes, denunciei aqui que o Estado estava lançando mão de recursos da Secretaria da Saúde e de recursos do Funprev para pagar a folha de pagamento. O deputado Álvaro Gomes disse que era invenção, quis desqualificar a minha denúncia. E agora ele ouviu caladinho, subserviente, o que o secretario da Fazenda disse aqui na reunião para apresentação do balanço quadrimestral quando o próprio secretário da Fazenda reconheceu que utilizou recursos do Funprev e da Saúde para pagar a folha de dezembro e do 13º dando a desculpa de como isso entra no caixa único do Estado ele fez uma operação de antecipação.

Como votar um empréstimo de 375 milhões quando não há um plano de aplicação? No que o governador vai gastar esses 375 milhões? Diz o governador em sua Mensagem que esse recurso será destinado as despesas de capital. Ora, isso o governador não precisa dizer, está na resolução do Banco Central que autorizou o BNDES a realizar esses empréstimos. Que despesas de capital? Em que regiões? Um governo que só pensa em política. Isso é dar um cheque em branco. O governador pode querer pagar somente os empreiteiros amigos, os empreiteiros que frequentam o Palácio de Ondina. Por que o governador não encaminhou para esta Casa o plano de

aplicação desses 375 milhões, deputado Heraldo Rocha? Que mistério é esse? O que é que me diz que o governador não vai pagar os empreiteiros amigos em detrimento do pequeno empreiteiro, em detrimento de quem já tem mais tempo para receber do Estado.

Eu lhe faria um apelo, deputado Heraldo Rocha, proponha ao Líder do Governo que coloquemos uma emenda no projeto de lei dizendo que o governador vai utilizar esses recursos para pagar os seus débitos como se fossem precatórios por ordem de empenho. Se o governador aceitar isso, se o Líder do Governo aceitar essa proposta que eu faço aqui, suspenderemos a obstrução e ajudaremos o governo a aprovar o projeto de lei. Agora queremos critério e não critério do REDA, porque há o discurso de que tem concurso do REDA, que há seriedade no REDA e a gente está sabendo e cada dia sabe mais que nunca na história deste Estado se usou tanto cartão de deputado para empregar gente através do REDA como no governo Wagner. Não há seleção nenhuma.

A Sr^a Fátima Nunes:- Que absurdo.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Que absurdo? Então vou dar um exemplo a V.Ex^a. V.Ex^a conseguiu indicar alguém na Bahiagás? É porque V.Ex^a, deputada Fátima Nunes, como veio do PSDB eles não lhe dão o tratamento que dão aos que já estão há mais tempo lá, aos petistas de carteirinha, aos que acompanham Lula há muito tempo.

Eles lembram, de vez em quando, que V.Ex^a foi tucana. Aí, eles não têm essa confiança que eles têm nos outros deputados “puro sangue” do PT. V.Ex^a mesma, deputada Fátima Nunes, não indicou ninguém no REDA da Bahiagas. Só de estagiários foram mais de 100 e não deram a V.Ex^a um. Eu acho isso, deputada Fátima Nunes... Eu não sei. Sei que a deputada Fátima Nunes não indicou, porque ela não sabia que no governo Wagner, para fazer REDA, para entrar no REDA, tem de ter cartãozinho do deputado. A deputada Fátima Nunes nunca indicou, repito, nunca indicou.

Então, não podemos, aqui, deputada Fátima Nunes, dar este cheque em branco. E eu peço a V.Ex^a, porque sei que é uma lutadora, uma deputada guerreira, brava deputada que enfrenta tantos problemas como enfrentou tanta coragem as desigualdades do sertão baiano e brasileiro. Eu peço a V.Ex^a que se uma à nossa voz e protestemos contra este governo que quer passar como rolo compressor este projeto de lei nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Eu gostaria de que V.Ex^a procedesse a uma verificação de quorum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputada presidente que tão bem conduz a sessão neste momento, tendo havido o pedido de verificação de quorum feito pelo deputado Paulo Azi, eu solicito a V.Ex^a que mande zerar o painel e cronometrar os 15 minutos para que os deputados compareçam a este Plenário. Aproveito a oportunidade, também, para convocar os deputados que estão aí na sala do cafezinho, no saguão que, rapidamente, venham a este Plenário haja vista haver uma verificação de quorum para que a gente possa dar prosseguimento à nossa sessão.

Aproveito a oportunidade, também, para dizer ao deputado João Carlos Bacelar que eu não estou esquecida dos 40 anos de esquecimento e abandono do modelo de política implantado nesta Bahia não! Portanto, não adianta este barulho todo da Oposição para “tapar o sol com a peneira” pensando que o povo vai se confundir com qualquer conversa aqui da Oposição.

Nosso povo da Bahia sabe o que quer, já disse o que quer e nós vamos cuidar muito bem para dar prosseguimento aos nossos trabalhos e na ação política de melhoria da vida das pessoas. Não adianta grito, nem teima, nem confusão aqui no Plenário da Casa, porque a gente sabe muito bem como conduzir.

Convido mais uma vez os deputados para que andem mais rápido, porque nós já estamos às 21h22min. e precisamos terminar esta sessão, porque amanhã é dia de trabalho novamente e não podemos ficar aqui até à meia-noite, não!

Comece, por favor, Sr^a Presidente, a acionar as campainhas e zerar o painel. Vamos aguardar aqui a chegada mais rápida possível.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr^a Presidente, em função da chegada de vários deputados ao Plenário, eu retiro o meu pedido de verificação de quorum.

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr^a Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Srs. e Sr^{as} Jornalistas, senhores das galerias, realmente este Projeto de Lei de nº 17.968/2009 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito na forma que indica e dá outras providências, relativo a empréstimo junto ao BNDES.

Sr. Presidente, nós entendemos que o governo, neste momento de crise, com a queda da arrecadação do Estado por causa do problema da crise, recorra a empréstimos de organismos nacionais e internacionais para vir a suprir essa queda na arrecadação do Estado, no orçamento fiscal do ano de 2009.

Mas entendemos também que quando se manda um projeto desse de aplicação na infraestrutura, é preciso que venha o plano de aplicação detalhado, para que possamos analisar aqui. O governo não pode, sem a autorização da Assembleia, mudar simplesmente o orçamento, pegar um recurso que venha para aplicação na

infraestrutura e aplicar em folha de pagamento.

Por isso, é necessário que tenha o plano de aplicação do projeto, e isto não foi apresentado.

É preciso que também se respeite o Regimento da Casa, que os projetos de empréstimos sempre passem pela Comissão de Justiça e pela Comissão de Finanças e Orçamento, e não pela Comissão de Defesa do Consumidor, pela Comissão de Infraestrutura. Isto não está previsto. Achamos que isto é um entendimento equivocado que se está fazendo, não há nenhuma relação, apesar de o projeto dizer “infraestrutura”, mas não diz o detalhamento.

Então, não pode se levar simplesmente para a Comissão de Infraestrutura, sem ter o detalhamento.

Por outro lado, os técnicos não explicaram essa mudança, se é para cobrir o deficit que tem de mais de trezentos e setenta e cinco milhões, e como isso aconteceu. O governo tem que respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deputado Waldenor, sei que V.Ex^a já trouxe aqui os técnicos, trouxe os auditores da Secretaria da Fazenda, colocou para discutir junto com o Líder da Minoria, deputado Heraldo, com o deputado Gildásio, com o deputado Gaban, mas não explicaram, não convenceram.

Eu acho que se houvesse explicações convincentes, tenho certeza de que não votaríamos contra este projeto, porque nós entendemos a situação do governo do Estado, mas é preciso que se cumpra as metas fiscais, cumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Não podemos estar realmente a coadunar com esse tipo de lapso do governo, com relação a esse projeto.

Portanto, se houver explicações convincentes, que até agora não houve, nós iremos votar contra esse projeto de lei, porque, se aprovarmos este projeto, o governo poderá estar inviabilizando a aprovação de vários outros na Assembleia Legislativa, como por exemplo: O projeto 17.978/2009, que incorpora valores da Gratificação da Atividade Policial - GAP- ao vencimento básico dos cargos das carreiras de investigador da Polícia Civil, Perito Técnico e Escrivão de Polícia Civil, na forma que indica, bem como altera dispositivo da Lei nº 11.366, de 29 de janeiro de 2009; PL 16.942/2007, que cria a Controladoria Geral do Estado, o Sistema Estadual de Controle Interno e dá outras providências; PL 17.966/2009, que dispõe sobre a concessão de anistia aos agentes penitenciários, nas condições que mencionamos e dá outras providências; PL 17.609/2008, que altera o art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 11.053, de 06 de junho de 2008. É o Proconfis, projeto de lei que autoriza empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, uma operação de crédito externo até o valor de US\$ 409 milhões, objetivando o apoio ao Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Estado da Bahia.

Então todos esses projetos podem ficar inviabilizados se o Líder do governo não apresentar as justificativas convincentes e votar esse projeto aqui na Assembleia Legislativa. Por isso, iremos votar contra. Por essas razões que citamos desta tribuna. Eu disse, nobre Líder, que não teríamos motivos para votar contra porque entendemos

a situação do governo do Estado. Mas, se não forem apresentadas as razões, teremos de votar contra esse projeto.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. João Carlos Bacelar:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Com um aparte primeiro o Líder do governo, deputado Waldenor. Depois, o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. Waldenor Pereira:- Meu prezado companheiro, colega de escola no Ensino Médio, amigo de velhas datas, fomos contemporâneos inclusive na residência estudantil, em Conquista, e nos Barris, onde hoje se instalou a Estação da Lapa. Companheiro, amigo Clóvis Ferraz, já apresentamos no Grande Expediente os argumentos necessários, suficientes, extremamente convincentes de que a denúncia apresentada pela Oposição quanto à extrapolação dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no que diz respeito à questão de pessoal, foram equivocadas. Respeitosamente quero dizer equivocadas, até porque não só apresentamos argumentos plausíveis, convincentes, como convidamos técnicos da Fazenda, diretores da Secretaria da Fazenda.

Diretores que já estão lá há muitos anos. Não são diretores nomeados agora pelo secretário Carlos Martins, não. Já são diretores de gestões anteriores. São técnicos e diretores comprovadamente competentes que aqui vieram, colocando-se à disposição do deputado Carlos Gaban, até para que ele pudesse convidar outros auditores ou especialistas na área para comprovarem que não há extrapolação, que a Lei de Responsabilidade Fiscal está preservada porque estamos destinando ao pagamento de pessoal apenas 45,5% abaixo do limite prudencial.

Deputado Clóvis, não há motivo para que V.Ex^{as} não votem favoravelmente a esse projeto. Aliás, será muito estranho para a população da Bahia que a Oposição não vote favoravelmente a uma operação de crédito para um estado que, como os demais estados da Federação, está precisando do recurso. O Estado da Bahia, V.Ex^a sabe, tem capacidade de pagamento, tem equilíbrio fiscal, pode tomar o dinheiro emprestado e o está tomando. Ficarão feio se a Oposição votar contra.

A população baiana, os empresários, principalmente aqueles que estão dependendo da aprovação desse recurso para o reequilíbrio financeiro das suas empresas, sabem que esse empréstimo também ajudará o próprio Estado da Bahia e vão ficar sem entender o porquê desse comportamento. Quero convidar V.Ex^a para essa reflexão e dizer-lhe que a aprovação desse projeto é muito importante para o Estado e a população, que será a maior beneficiada com investimentos importantes na infraestrutura, construção de hospitais, escolas, desde quando esse recurso será destinado exclusivamente a isso.

Queria convidá-lo a votar favoravelmente ao projeto, pois já prestamos todos os esclarecimentos. Não há nenhuma dúvida. V.Ex^a está preparado para dizer sim a essa operação de crédito do nosso governo Jaques Wagner.

Obrigado pela gentileza do aparte. Nós somos companheiros, amigos e conterrâneos e, embora politicamente adversários, sempre mantivemos uma relação de amizade respeitosa um com o outro.

Muito obrigado a V.Ex^a

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento, até porque nós que somos democratas e republicanos, verdadeiramente republicanos, respeitamos o contraditório.

Entendemos os argumentos de V.Ex^a, mas os técnicos que vieram não convenceram o Líder da Minoria, o deputado Gaban, o deputado Gildásio, e o entendimento é que, realmente, se ultrapassou o limite constitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal, que preconiza que seja gasto com pessoal apenas 46,17% da receita líquida do Estado.

Mas entendo os argumentos de V.Ex^a, e digo que, se realmente fossem apresentadas e fossem convincentes essas provas de que o Estado não ultrapassou o limite constitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal, nós iríamos votar a favor do projeto porque entendemos e achamos que o Estado está necessitando.

Por isso eu incorporo os argumentos contrários, mas continuo com o pensamento de que deveremos votar contra esse projeto até o final desta sessão ou, quem sabe, se V.Ex^a quiser retirar o projeto para que a gente volte a discutir e votar depois, podemos até chegar a um entendimento.

Com o aparte o deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Deputado Clóvis Ferraz, parabéns pelo brilhante pronunciamento que V.Ex^a faz e, com a devida licença do nosso querido Líder, deputado Waldenor Pereira, mas feio é votar no escuro, feio é votar não sabendo no que se está votando. Feia é essa pressa do governo para que nós sejamos tratorados pela base governista.

Deputado Clóvis Ferraz, o que custaria ao governo atender dois apelos nossos. O primeiro: por que não trazer amanhã pela manhã, aqui, o secretário da Fazenda ou o superintendente da Secretaria da Fazenda, para que conversasse com todos os deputados interessados na questão? E à tarde poderíamos, tranquilamente, votar o projeto depois que esse técnico ou o próprio secretário da fazenda nos desse detalhes dessa operação e nos tirasse essa dúvida acerca de o Estado da Bahia já estar com toda a sua despesa de pessoal comprometida.

A outra coisa seria indicar critérios para a aplicação desse recurso. É um cheque em branco ao governo, e essa história de cheque em branco na administração pública, a última que eu me lembro me traz péssimas recordações: foi quando o presidente Lula deu um cheque em branco ao deputado Roberto Jefferson, e V.Ex^a sabe bem no que acabou aquilo.

E hoje o que nós estamos fazendo é aqui é dando um cheque em branco ao governador Jaques Wagner. Mas parabéns pelo pronunciamento de V.Ex^a.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a, concordo e ainda continuo, como V.Ex^a fez, a fazer um apelo ao Líder para que traga o secretário para discutir, e se nos convencerem de que realmente não ultrapassou o limite constitucional, tranquilamente nós iremos votar a favor desse projeto.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendendo que esta é uma Casa que ...

O Sr. Euclides Fernandes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Darei o aparte a V.Ex^a.

O Sr. Euclides Fernandes:- Serei breve. Deputado Clóvis Ferraz, eu estou ouvindo e quero me congratular com V.Ex^a, porque muitos deputados vão à tribuna discutir o projeto e não falam do conteúdo do projeto; falam de tudo, menos do conteúdo do projeto.

Então, mesmo com minha idade, cansado pelo avançar da noite, mas quando o deputado assume a tribuna para falar sobre projeto que está em pauta para discussão, nós ouvimos atentamente.

Eu só queria dizer que V.Ex^a colocou muito aí o problema da responsabilidade fiscal no contexto de pessoal. Eu queria lembrar a V.Ex^a que esse empréstimo não é para pagamento de pessoal, e sim para investimento de capital, para infraestrutura.

Deste modo, se V. Ex^a está motivado e sua preocupação se centra na Lei de Responsabilidade Fiscal do Estado - que na sua opinião já está no sinal vermelho – V. Ex^a deve retirar essa preocupação, porque o empréstimo que esta Casa vai votar esta noite – tenho certeza que com o voto de V. Ex^a e dos demais deputados da Minoria – é de grande importância, pois viabilizará investimentos no Estado da Bahia.

Meu caro deputado, quero me congratular com V. Ex^a, porque está na tribuna discutindo o conteúdo do projeto, e também lembrar a V. Ex^a que o empréstimo destina-se a despesas de investimento de capital na infraestrutura, e não com o pagamento de pessoal.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Incorporo o aparte de V.Ex^a, mas discordo em parte. Entendo que o empréstimo não se destina para o pagamento de pessoal, o que estamos discutindo aqui é a ultrapassagem, pelo menos o que informou o SICOF, auferimos que o Estado já ultrapassou o limite constitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal que é de 46,17% da receita líquida do Estado. Estamos preocupados porque os prejuízos virão para o Estado, nobre deputado. O Estado não poderá mais contrair empréstimos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- O Proconfis, nobre deputado, da Lei 17.609/08 não poderá ser mais contratado, porque a Secretaria do Tesouro Nacional pode não aprovar. Se o Estado infringir a Lei de Responsabilidade Fiscal há uma irresponsabilidade por parte do governo e esse dinheiro, US\$ 409 milhões, que virá para o equilíbrio fiscal do Estado, poderá ser prejudicado.

Pedimos também, com relação a esse projeto, que se apresente o detalhamento na aplicação da infraestrutura. Tenho certeza que V. Ex^a concorda com isso! Mas o nobre Líder ainda não apresentou esse detalhamento.

Deputado Waldenor, gostaria de fazer um apelo a V. Ex^a, somos colegas, conterrâneos de Vitória da Conquista, residimos juntos na residência estudantil de Vitória da Conquista, para que apresente um plano de aplicação detalhado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- (...) para que esse projeto que estamos aqui discutindo seja votado. V. Ex^a não apresentou.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que concordo, apesar de ter havido momentos em que a Base do governo passou o rolo compressor na Oposição, que tem havido um “clima”, por exemplo, secretários vir a esta Casa, a convite ou convocado, diretores de empresa e etc. No governo de Paulo Souto, quando convidados, também vieram vários secretários, o vice-governador, Eraldo Tinoco, e outras autoridades. Nunca foi vetado qualquer secretário ou diretor de empresa a vir a esta Casa.

Para que esta Casa exerça a sua verdadeira autonomia e democracia estamos apresentando uma emenda constitucional, uma PEC, que torna obrigatório...O Projeto é o seguinte: “A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, com fundamento no art. 74 § 3º da Constituição Estadual, promulga: Artigo 1º – A Constituição do Estado passa a vigorar, acrescida do seguinte art. 109, A: Sem prejuízo do Inciso VI do art. 109 desta Constituição, caberá a cada secretário de Estado comparecer semestralmente perante comissão permanente da Assembleia Legislativa para prestação de contas do andamento da gestão, bem como demonstrar e avaliar o desenvolvimento de ações, programas e metas da secretaria correspondente.

Parágrafo 1º: O disposto no *caput* deste artigo aplica-se aos diretores de agências reguladoras.

Parágrafo 2º: A demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais por parte do Poder Executivo, apresentadas quadrimestralmente ao Poder Legislativo, através da comissão permanente de sua competência, suprirá obrigatoriamente o disposto neste artigo no que concerne ao secretário de Estado que lhe é próprio comparecer.

O Inciso III do Parágrafo 2º do art. 83 da Constituição do Estado da Bahia passa vigorar com a seguinte redação:

Estou apresentando esse projeto de emenda constitucional que regulamenta... Então, nós ficamos aqui...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Clóvis Ferraz, peço vênia a V.Exª...

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Para concluir, Sr. Presidente, que o secretário venha discutir as metas propostas e a Assembleia fique permanentemente evitando a convocação de secretários.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, não quero ser indelicado, mas V.Exª ultrapassou 2min47seg.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srªs Deputadas, imprensa presente, Galerias, o governo encaminha a esta Casa um projeto de lei que tem por objetivo a contratação de operação financeira junto ao Banco de Desenvolvimento Social do nosso País, o BNDES, no valor de 375 milhões de reais,

que, segundo a mensagem, têm por objetivo a adequação das contas financeiras do Estado da Bahia.

Hoje, devo colocar isso muito claramente, até porque já tinha me antecipado, houve alguns questionamentos legítimos da Bancada de Oposição, principalmente na pessoa dos deputados Gaban e Heraldo Rocha, que lançaram dúvidas acerca da inscrição de determinadas Rubricas no Orçamento em relação ao chamado Pagamento de Folhas não Lançado.

Havia uma suspeita de que, estrategicamente, o governo estaria maquiando, deputado Heraldo Rocha, esses números para fugir de uma limitação da Lei Complementar 101, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Executivo só poderá dispor de até 48,5% dos seus recursos para pagamento de pessoal.

Legitimamente, a Bancada de Oposição lançou essa dúvida, até porque cabe efetivamente a cada deputado o papel de fiscalização. E, talvez, até com maior densidade, à Oposição, a quem, respaldada pelo sentimento das urnas, cabe neste momento o papel de fiscalização, de controle, de forma muito mais intensiva. E essa tem sido a posição da Bancada de Oposição ao longo desses 3 anos de governo Jaques Wagner, procurando inclusive a contribuição, em determinadas matérias, sem fugir ao seu papel de fiscalização e controle dos gastos públicos.

Devo dizer, com a tranquilidade com que conduzo o meu mandato, que, após as explicações da Secretaria da Fazenda, através dos seus auditores que aqui estiveram, estou convencido, deputado Waldenor, de que, de fato, com essa inscrição em Pagamentos não Realizados, não há, neste primeiro momento, nenhum intuito de maquiagem ou deturpação da realidade financeira do Estado. O governo, em relação a essa proposta, atende aos requisitos do limite prudencial de 47,60. Assim temos nos posicionado sempre diante das proposições do governo. Aqueles que nos conhecem sabem que criticamos, mas temos a humildade necessária para reconhecer os embasamentos apresentados.

Fora essa questão, é evidente, deputado Waldenor, que eu, como homem de partido, seguidor das orientações da Bancada da Oposição, entendo que existem algumas pontos que precisam ser esclarecidos.

E esse assunto ficou ainda mais nebuloso, deputada Eliana Boaventura, por mais esforço que tenha feito a Bancada da Oposição para apresentar emendas que pudessem esclarecer esses questionamentos. E o que nos chama a atenção é que a Oposição nada mais fez do que repetir, quase *ipsis litteris*, o que o PT do passado fazia quando pedia esclarecimentos acerca de onde seriam aplicados os recursos, quando solicitava a planilha de execução. Enfim, não fizemos nada mais, deputado Waldenor, do que era feito pelo PT no passado.

Infelizmente, o governo esquece o discurso de outrora e se nega a ofertar a esta Casa Legislativa e ao povo baiano quais são, de fato, as verdadeiras intenções em relação a esse financiamento. Mas o que há de positivo nesse projeto, se assim podemos avaliar, é a forma muito clara como o governo reconhece o desequilíbrio financeiro das suas contas.

O deputado João Carlos Bacelar foi muito feliz quando disse que a crise não pode ser justificativa para esses empréstimos, porque há outros estados da Federação, a exemplo do Rio de Janeiro, que, mesmo com toda esta crise financeira que se abate sobre o País, têm colhido frutos positivos.

Como todos nós sabemos, as receitas nominais dos Estados carioca e baiano têm a mesma base econômica, que a área petrolífera. Todos nós temos conhecimento da Bacia de Campos, que é o grande elemento pujante da economia do Rio de Janeiro. Mesmo com esta crise econômica, aquele Estado vem obtendo resultados positivos, deputada Maria Luiza, aumentando a sua arrecadação, diferentemente da Bahia, que vem perdendo receita consideravelmente.

Outro dado que se pode constatar nesse projeto, deputado João Carlos Bacelar – isso ficou muito claro, deputado Carlos Gaban, com as suas intervenções e com as nossas –, é que houve o reconhecimento dos próprios técnicos da Secretaria da Fazenda de que possivelmente, se mantida essa tendência, no próximo quadrimestre o governo superará o limite prudencial para pagamento de pessoal.

E é importante que esta Casa tenha conhecimento de que essa base, esse lapso temporal que está sendo avaliado é dos últimos 12 meses. Ou seja, atinge a realidade financeira de 2008, quando a economia da Bahia estava ascendente. Já a próxima avaliação, que se dará em setembro, vai ter como base de janeiro a agosto deste ano. Então, se for mantida essa tendência que, infelizmente, vem se mantendo até este momento, haverá o comprometimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E ressaltemos que o governo não pode alegar desconhecimento, deputado Luiz de Deus, tendo em vista que o secretário Carlos Martins esteve aqui no final do ano passado e a Oposição, em diversos momentos já chamava a atenção do secretário para uma revisão na peça orçamentária encaminhada, em setembro, a esta Casa, deputado Luiz de Deus. Por quê? Porque ela previa determinados índices de crescimento que já tínhamos quase certeza de que não haveriam de ser concretizados em 2009 por causa das sinalizações, muito concretas, da crise econômica que já se abatia sobre o País.

Entretanto a presunção, deputado Paulo Azi, foi a defesa do governo. O secretário Carlos Martins chegou a esboçar um relatório otimista, realista e pessimista, mas muito aquém da realidade que a Bahia vive neste momento.

Portanto, o governo planejou mal, deputado Waldenor, muito mal, equivocou-se nas projeções, contudo a presunção foi um elemento motivador do governo, que, às vezes, se arvorava em ter recursos em caixa que passavam de R\$ 1 bilhão, quando, em verdade, não dispunha desses recursos, e, hoje, começa a sofrer as consequências do agravamento da crise econômica, com o comprometimento ainda das combalidas contas do governo, porque, se chegarmos a setembro como tudo se mostra neste momento, haveremos de comprometer ainda mais a economia do Estado, pois não se poderá fazer transferências de convênios, repasses, empréstimos, e aí, efetivamente, o caos que se abateria sobre as contas do governo baiano.

Portanto, entendo, embora explicitada essa questão, em razão, deputado Waldenor da falta de transparência no que tange à aplicação desses recursos – até

porque dúvidas existiram, e o próprio secretário do Planejamento chegou em determinado momento, não sei se equivocadamente ou de forma proposital, a dizer que esses recursos poderiam ser até utilizados para pagamento de pessoal – que ficaram dúvidas acerca das verdadeiras intenções do governo com relação a essa matéria.

A Oposição apresentou projetos, pediu esclarecimentos, mas, infelizmente, o governo se nega, nesse momento, a apresentar o detalhamento de onde serão aplicados os recursos e que secretarias, exatamente, serão compensadas com esse empréstimo extremamente significativo de R\$ 365 milhões, que se juntam a outros obtidos no Senado federal, à antecipação do Fundeb, ao Procofins.

Portanto, isso mostra que a situação financeira do Estado é muito grave, deputada Maria Luiza, e até dá sinais muito concretos disso, porque a LDO apresentada esta semana mostra um crescimento de 2%, que é a projeção estimada.

Quero crer – e não tenho o espírito de negativar essas informações – que, com muita dificuldade, o governo baiano vai chegar a esses índices, porque é a tendência dele, deputada Eliana, diferentemente da dos governos anteriores, durante os quais a Bahia sempre crescia o dobro da média nacional. Tanto em 2007, quanto em 2008 e 2009, a Bahia não conseguiu se quer chegar ao crescimento do PIB nacional. Depois de muitos anos, quase uma década a Bahia, lamentavelmente, nem sequer chegou a encostar no crescimento nacional, enquanto, no passado, gozávamos de uma situação tão privilegiada, que favorecia o dobro do crescimento com relação à média nacional, deputado Waldenor.

Portanto, deputado Fátima Nunes, é importante que a Casa, os Srs. Deputados e as Srs. Deputadas tomem conhecimento da importância da aprovação dessa matéria de hoje. Acho que seria muito mais prudente, deputado Waldenor, V. Ex^a poder, até porque o relator limitou-se a rejeitar as emendas da Bancada da Oposição, que tinha um objetivo muito claro,... aliás, esse sempre foi o papel da Oposição na Casa, deputado Euclides Fernandes: sempre nos apartamos das questões políticas, ideológicas para defender os interesses da Bahia.

Agora, infelizmente, o governo dá sinais concretos de que não quer esclarecer os fatos relacionados com o projeto, embora a Oposição sinalize com boa vontade, gestos. Agora votar um projeto sem os esclarecimentos devidos, sem ter noção exata daquilo a que se propõe o governo num projeto dessa magnitude, e estamos falando de 365 milhões de reais... Era hora de os deputados, principalmente os da base governista, exigirem do governo a honraria de determinados compromissos que não chegaram a se realizar até esse momento. Quantos de V. Ex^{as} não estão sendo pressionados, nos municípios que representam, pelas obras que estão paralisadas?

Seria importante, deputado Waldenor, que tivéssemos a garantia do conhecimento sobre onde, de fato, seriam aplicados esses recursos. E o governo nega a informação, não dá transparência. E o que chama a atenção é que, por mais que o governo do Estado da Bahia insista em fazer divulgação na mídia que a Bahia vive uma nova realidade, uma nova era, infelizmente, deputado Waldenor, esse discurso não condiz com a realidade.

É lamentável que V.Ex^as não tenham condições de honrar... Deputado Gaban, nada mais fizemos que apresentar, basicamente, as emendas que a Oposição apresentava no passado. Quantas vezes ouvimos aqui discursos eloquentes do deputado Waldenor, da deputada Moema Gramacho, do deputado Paulo Rangel, e de tantos outros que cobravam transparência, mas na primeira oportunidade que têm de honrar o discurso, eles e o governo fogem! Fogem sem nenhum pudor! Fogem sem nenhum tipo de preocupação em manter o discurso do passado, deputado Gaban. É importante que isso seja dito, pois a Bahia e os baianos têm conhecimento de que essa é a realidade.

A Oposição quer colaborar, quer ajudar, quer contribuir. Mas, infelizmente, o governo não faz por onde, na medida em que limita o poder da Assembleia Legislativa, dos deputados, e cerceia o direito dos baianos de saberem onde, efetivamente, serão aplicados os R\$ 375 milhões que o governo se propõe a tomar emprestados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

O Sr. Waldenor Pereira:- Um aparte, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com o aparte o deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Deputado Gildásio, meu aparte se atém, na verdade, ao reconhecimento da seriedade de V.Ex^a, que sobe à tribuna e reconhece que, após os esclarecimentos apresentados pelos técnicos da Secretaria da Fazenda e por mim, na condição de Líder do governo, foram suficientes para a elucidação de uma dúvida que V.Ex^a tinha a respeito de os recursos destinados ao pagamento de pessoal terem extrapolado ou não o limite da LRF.

Quero parabenizar V.Ex^a pela seriedade, pela coerência com que subiu à tribuna e reconheceu como sendo suficientes os esclarecimentos para dirimir as dúvidas que tinha sobre a extrapolação dos recursos referentes às despesas com pessoal.

Não vou tecer qualquer comentário sobre as demais críticas que V.Ex^a fez, que deveriam ser motivo de resposta da minha pessoa. Todavia, neste momento, quero limitar-me a parabenizar V.Ex^a pelo reconhecimento de que os esclarecimentos foram suficientes para V.Ex^a reconhecer que não há maquiagem nas contas do governo no que diz respeito à extrapolação das contas com pessoal.

Parabéns, e muito obrigado pelo aparte.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Deputado Waldenor, incorporo seu aparte.

O Sr. Gaban:- Um aparte, deputado.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Gildásio, eu parabenizo-o. Não peguei o início de seu pronunciamento, mas, pelas colocações do deputado Waldenor, eu entendo agora. Ao final, concordo, e parabenizo V.Ex^a pelas colocações bem-feitas, de uma maneira ponderada e apresentando dados.

Eu ficaria muito satisfeito se tivesse tido o convencimento de que não está maquiado o Orçamento do estado. Mas não posso e não estou convencido. V.Ex^a,

como eu, participou da reunião. E nela o governo, que tem todos os dados em mãos, demorou 1h52min para trazer uma informação. Eu não poderia, portanto, em 10 minutos, ter uma análise que me desse uma garantia.

Tive o cuidado de consultar pessoas experientes na área, que confirmam que não é normal... Eu ainda não consigo entender, deputado Waldenor, como se faz um empenho, encaminha-o para a Secretaria da Administração, esse empenho é liquidado com o pagamento e depois têm que ser feitos ajustes na folha de pagamento. Não consegui entender isso até o momento.

No restante, parableno-o. Acho que nós, da Oposição, cumprimos mais uma vez, deputado Heraldo Rocha, que nos assiste, e deputado Clóvis Ferraz, com a nossa obrigação.

Vimos desde dezembro anunciando a situação financeira preocupante do governo do Estado, como V.Ex^a bem colocou. Quem fez esta afirmativa hoje foram os técnicos do governo, que disseram que para o próximo quadrimestre já está totalmente comprometida a folha do governo, que vai extrapolar o nível permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, cumprimos com a nossa obrigação. Lamentavelmente teremos que encaminhar amanhã para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público para a Secretaria do Tesouro Nacional e também, deputado Heraldo Rocha, entrar com mais uma medida na Justiça, porque a tradição desta Casa foi desrespeitada, implantando de uma maneira inadequada, inoportuna, sem qualquer consistência técnica, uma comissão apenas para dar ao governo a garantia da aprovação. Uma comissão que não tem nada a ver com o tema.

Parabéns a V.Ex^a e obrigado pelo aparte.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Incorporo o vosso pronunciamento e quero me juntar também à posição do deputado Elmar Nascimento, que já tinha alertado sobre essa possibilidade. De fato mais uma motivação, deputado Waldenor, para que a Oposição se coloque contrária. É inaceitável a inclusão nesse projeto de uma comissão que historicamente nunca guardou qualquer pertinência em relação aos empréstimos.

É bom que a Casa tenha conhecimento. Deputada Eliana, V.Ex^a que assume definitivamente o mandato nesse segundo período dessa legislatura, todos os projetos relacionados aos empréstimos contraídos pelo governo baiano com instituições financeiras nacionais ou internacionais, sempre se limitaram a ser apreciadas no âmbito da Comissão de Finanças. Isso em todos os governos passados e mesmo no atual governo que encaminhou 3 projetos, entre eles o Pró-CONFINS e só se limitava à apreciação do projeto em relação à Comissão de Finanças e Orçamento.

Por que então a inclusão da Comissão de Infraestrutura?

Manobra política do governo que receoso, já que a Comissão de Finanças tem um equilíbrio matemático em relação à sua composição, e para fugir dessa apreciação inclui uma comissão que não guarda qualquer pertinência com apreciação de projetos relacionados a empréstimos.

Desafio V. Ex^a, deputado Waldenor, a trazer para esta Casa ainda hoje, quando achar conveniente, qual o outro projeto que já foi tratado em relação ao empréstimo

que versou com a inclusão de outras comissões, senão a Comissão de Orçamento Fiscalização e Controle. Desafio V. Ex^a. Com todo respeito, tive a tranquilidade de exaurir e dar razão no que é do meu convencimento. É uma posição pessoal, evidentemente que respeito a posição do deputado Gaban. Vivemos numa democracia, a Oposição tem posicionamentos diferentes, embora fecho a questão no sentido de votarmos contra, em função dessas razões que acabei de elencar.

Querer incluir outra comissão é de mais um casuísmo oportunista que infelizmente o governo republicano tem-se arvorado em qualquer momento. Não é o primeiro. Lembremos que o governo encaminhou a esta Casa este ano um projeto de resolução com o objetivo de alterar, deputado Euclides Fernandes, de 8 para 9 o número de parlamentares por comissões, para fugir do embate. Não é louvável essa iniciativa.

As regras estão postas, o jogo precisa ser respeitado. Ganha-se e perde-se. É o jogo democrático que precisa ser respeitado e não ser mudado pelo interesse e pela conveniência do governo de plantão..

Sendo assim, em função desse número mesmo reconhecendo esse quesito em especial, eu, como partidário que sou, seguidor das orientações da bancada de Oposição, votarei contra pelos argumentos que aqui expus na noite de hoje.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

A Sr^a PRESIDENTE (Antônia Pedrosa):- Com a palavra o deputado Luiz de Deus pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, amigos das Galerias, estou aqui para discutir este projeto, mas com muita preocupação. Eu dizia há pouco que os deputados da Situação, do governo, são realmente para votar, e os deputados da Oposição para discutir os projetos e sugerir, melhorar quando possível esses projetos.

Ora, esse empréstimo de 375 milhões de reais, segundo a Mensagem do governo, tem um objetivo, no meu entendimento, obscuro. Diz o parágrafo único do art. 1º: *“Os recursos oriundos de operação autorizada nesta lei, destinam-se à viabilização de investimentos previstos no Orçamento do Estado, dentro do Programa Emergencial de Financiamento para os Estados e o Distrito Federal, nos termos da Resolução nº 3.716, de 17 de abril de 2009.”*

Essa resolução veda e esses recursos não poderão ser utilizados nas chamadas despesas correntes e para pagamento de dívidas. Ora, todos nós sabemos...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GABAN:- V.Ex^a está inscrito.

(...) da situação financeira do Estado. O Estado já tomou dinheiro emprestado, 70 milhões, do Funprev, tomou dinheiro da Embasa e onde ele encontra, está limpando realmente o fundo do PAC. E isso não foi suficiente para contratar os professores que estão faltando na Educação, em torno de sete mil, cento e cinquenta e oito.

Ora, se tem também a falta de pagamento com as empresas, com os empreiteiros do Estado. São 135 municípios sem delegados. Os senhores vejam bem o que é o caos, uma série de municípios, o dobro dos municípios de Sergipe sem delegado, e isso tem que ter uma causa. Qual é a causa? A falta de recursos.

Hoje estamos aqui aprovando este empréstimo, e dirijo-me agora à Bancada da Oposição, vamos votar favoravelmente a esse empréstimo porque não queremos assistir ao caos financeiro deste Estado. Se analisarem do ponto de vista do objetivo do empréstimo, os senhores vão ver que o problema é cristalino.

O deputado Gaban, que hoje tem estudado muito isso, sabe que a cada mês existe um déficit, mais de 130 milhões de reais. E isso aqui é fruto de déficit de 529 milhões de reais. Em quatro meses o Estado gastou mais do que arrecadava, 529 milhões de reais.

O Sr. Secretário da Fazenda dizia na carta que fez ao Líder da Minoria que isso era por conta da queda da receita, resultado sobretudo da matriz econômica do Estado que ele citava, como a petroquímica, a energia elétrica e a telecomunicação. E eu provei por “a” mais “b” que não houve queda da receita, houve um aumento, um aumento pequeno. Nesse período, houve um aumento de 25 milhões de reais, mas não houve queda. O que ocorreu foi que ele gastou mais do que arrecadou. Ele gastou mais 7,5%.

Portanto, deputado Gaban, fique aguardando que, daqui para o final do ano, vamos ter que aprovar no mínimo mais dois empréstimos: esse empréstimo que já está previsto, em torno de 800 milhões de reais – são US\$ 409 milhões, dá em torno de R\$ 800 milhões –, mas, além desse, em torno de um bilhão de reais vamos ter que aprovar daqui para o final do ano, porque, esse aqui, não vai dar sequer para pagar o rombo que já se encontra. Ora, se isso vai continuar, se você vai ter a cada mês...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ DE DEUS:- V.Ex^a está inscrito.

(...) um déficit de R\$ 130 milhões, é só fazer a conta e ver, daqui para o final do ano, de quanto vai ser esse déficit.

Com o aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Luiz de Deus, V.Ex^a sempre que assume a tribuna faz com que todos nós parlamentares prestemos a atenção, pela seriedade, pela forma como V.Ex^a se conduz aqui neste Parlamento. Gostaria, então, dessa forma, de parabenizá-lo por mais esse pronunciamento e lembrar, deputado Luiz de Deus, que os próprios técnicos que vieram da Secretaria da Fazenda, hoje, disseram que todo e qualquer empréstimo tem que vir acompanhado de um plano de aplicação – o próprio técnico da Secretaria da Fazenda. A imprensa estava presente, os deputados Gildásio Penedo e Pedro Alcântara estavam lá, os próprios técnicos admitiram isso. Os próprios técnicos da Secretaria admitiram, como já foi colocado aqui diversas vezes por vários parlamentares que o antecederam, que os próprios técnicos do governo do Estado, que foram encaminhados pelo secretário Carlos Martins, disseram que no próximo quadrimestre o Estado vai ultrapassar o limite previsto com gasto de pessoal que a Lei de Responsabilidade Fiscal admite. Para ver a seriedade...

Então, deputado Luiz de Deus, eu gostaria de apenas complementar esse belo pronunciamento que V.Ex^a faz dizendo que faltou, na realidade, humildade ao secretário Carlos Martins quando ele veio, no final do ano, e disse que tinha um bilhão em caixa. Sobrou prepotência, sobrou arrogância. E, depois, ele foi obrigado pelos questionamentos feitos pela Oposição a admitir que, naquele Orçamento, estavam embutidos recursos de convênios, recursos do Funprev... Por isso que não pagou aos empresários.

E, finalizando, faltou, inclusive, conhecimento administrativo, porque quando começaram a fazer as concessões justas aos servidores públicos, tinha que ter no mínimo uma reunião entre o secretário da Fazenda, o secretário do Planejamento e o secretário da Administração. Não fizeram a conta, perderam-se, e agora não têm nenhuma alternativa a não ser “limpar” o dinheiro do Funprev, pegar dinheiro da Embasa, pegar uma antecipação do dinheiro do Fundeb – R\$ 175 milhões – para pagar aos empreiteiros, que estão atrasados... E esse dinheiro vai ter que ser reposto. V.Ex^a coloca bem: esse empréstimo é para acabar com os rombos. Esses R\$ 175 milhões que pegaram do Fundeb, o governo será obrigado a repor até o final do ano. Se não tem dinheiro nem para folha de pagamento, não sei o que vai fazer. Só mesmo através de empréstimo para pagar a folha de pagamento.

Parabenizo V.Ex^a e agradeço pelo aparte que me concedeu.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Com o aparte o deputado Gildásio Penedo.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputado Luiz de Deus, agradeço o aparte de V.Ex^a que, como de costume, com bastante lucidez, na verdade retransmite a esta Casa aquilo que o próprio governo já admite. O próprio secretário de Planejamento, o deputado federal Walter Pinheiro, numa dessas entrevistas à imprensa baiana, admitiu que esses recursos provenientes desses empréstimos, quer sejam os de hoje do BNDES, do próprio Cofins, do próprio adiantamento da parcela do Fundeb, nada mais servirão do que para equacionar o verdadeiro rombo financeiro que existe no Estado.

Portanto, pensar que esses recursos servirão para novas investidas do governo é ilusão, até porque o secretário foi muito enfático. Esses recursos, sejam eles fruto dos empréstimos ou das antecipações, servirão apenas, deputado Euclides Fernandes, para tentar equalizar aquilo que há de deficitário no governo baiano. Suprirá em parte o que já foi efetivado, mas, para o futuro, nós incorreremos em ter, nas próximas movimentações do governo, tentativas de outros empréstimos. E aí, sim, sob o risco de não serem aprovados.

Já foi dito aqui e constatamos pelos próprios auditores que aqui vieram que, se mantida a tendência da economia baiana no estágio em que está, no próximo balanço do quadrimestre, inevitavelmente - aí são palavras dos próprios auditores- nós teremos complicações, atingindo e superando o limite de pessoal o que comprometerá efetivamente ainda mais as finanças do Estado, acarretando ainda mais o encerramento de empréstimos, financiamentos e comprometendo toda a economia do estado baiano.

Parabenizo-o pelo equilíbrio, lucidez que V. Ex^a traz no seu discurso.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- A denúncia que o deputado Gaban fez aqui na Casa hoje, da falta, vamos chamar, de contabilização de 455 milhões de reais, e o Líder do governo afirma que não houve maquiagem, - vamos dar o nome que for - mas que ele deixou nas entrelinhas quando diz que horas extras e diárias não são despesas com o pessoal. Se não é despesa com pessoal, vai ser de quê?

O outro tópico que ele fala é que a lei diz que não se trata de uma apresentação mensal, trimestral, quadrimestral, mas sim, anual. Isso, já quer dizer que ele concorda que realmente houve, nesse período de janeiro a abril, realmente foi ultrapassado o limite constitucional de 48,6%. Isso V. Ex^a deixou nas entrelinhas.

Não estou, nobre Líder Waldenor, preocupado com isso, com o nome que se dá, eu quero é que o governo resolva o problema das finanças do Estado, que volte contratar o pessoal para prestar o serviço que a sociedade espera, que passe a pagar àqueles que executaram obras . Eu não estou muito preocupado com o nome que se dá, vamos dizer, para ser mais simpático não chamar de maquiagem, mas, essa esperteza, ou utilização de uma inteligência, pode ser até temporária, mas a verdade é que foi para resolver um problema e não se burlar a lei, deixou de se contabilizar esses 455 milhões de reais.

O Sr. Waldenor Pereira:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Pois não, peço-lhe que seja breve.

O Sr. Waldenor Pereira:- Em primeiro lugar, o deputado Gildásio Penedo, há poucos instantes, já reconheceu, inclusive eu o elogiei, que o termo utilizado de que houve maquiagem não procede. Tanto eu como os técnicos da Secretaria da Fazenda comprovamos tratar-se de operação legal, normal, não extrapolando o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, estando abaixo do limite prudencial.

De fato V. Ex^a tem razão, quero aqui de forma transparente, dizer que é evidente que se houve uma frustração de receita, se houve uma redução de arrecadação, é natural que quando se faz a relação com uma despesa que é fixa, pelo contrário, que é até crescente , porque houve aprovação do plano de cargos e salários no mês de janeiro que vão progressivamente ampliar as despesas com pessoal, que essa relação, deputado Luiz de Deus, aumente o limite destinado a pessoal e, portanto, aproxime de um limite prudencial.

Todavia quero chamar a atenção de V.Ex^a, que acabou de destacar, e outros deputados que há pouco também subiram à tribuna, que o governo aprovou no Senado um empréstimo de 409 milhões de dólares. Isso dá 890 milhões de reais. E está aprovando nesta noite - se Deus quiser, vamos aprovar - 375 milhões. Com mais 890, são mais de 1 bilhão e 200 milhões.

O governo conseguiu antecipar, como V.Ex^a destacou há pouco, 178 milhões do Fundeb. Concluirei rapidamente. Então estamos com perspectivas de operação de crédito de aproximadamente 1 bilhão e 300 milhões de reais. E a nossa expectativa contábil é de que possamos alcançar de 500 a 600 milhões de empresas em arrecadação.

Portanto, não se justifica, não há procedência nenhuma em afirmar que o governo estaria em dificuldades financeiras, como é destacado muitas vezes por V.Ex^a. Eu considero que no momento atual, a curto prazo, é perfeitamente verdade e procedente que a situação de dificuldade existe, mas a médio e longo prazos haveremos de recuperar não só por causa das operações de crédito, mas também porque todos estão acompanhando, vendo que há uma recuperação da economia internacional e igualmente da brasileira.

Agradeço-lhe pela concessão do aparte.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Na minha visão, nobre Líder Waldenor Pereira, este governo sucumbe, grita, afoga-se no mar da incompetência. Vejam os senhores que o governo valoriza muito mais a ação política do que a de gestão pública. Ele pega uma secretaria, entrega para um grupo político tão-somente para este atingir seus interesses, nunca os da sociedade baiana.

Tivemos conhecimento há pouco de que um órgão importante do governo também passou para as mãos de outro pequeno grupo político por interesses pessoais puramente, nada de interesse coletivo, da sociedade. Foi só para tirar vantagens pessoais, momentâneas e políticas.

É preciso, deputado, que o governo realmente assuma as rédeas deste Estado, passe realmente a governar, porque ele até agora, além de incompetente, não tem demonstrado à sociedade baiana o interesse de governar.

Muito obrigado. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr^a PRESIDENTA (Antônia Pedrosa):- Obrigada, deputado Luiz de Deus.

Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 20 minutos. Último orador.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sra. Presidente, que hoje está feliz, Sras. e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radioouvintes da *Rádio Oposição*, minhas senhoras e meus senhores, hoje, logo no início da sessão, colocamos a preocupação...

O Sr. Pedro Alcântara:- Um aparte.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Pois não.

(...) da Bancada oposicionista a respeito deste projeto de lei.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, a Oposição nesta Casa tem se colocado de uma forma ética, serena e responsável porque ela não tem simplesmente aprovado projetos por aprovar, por ser de Situação ou Oposição. Não. Nós montamos, é bom que fique bem esclarecido, desde quando assumia a Liderança o deputado Gildásio Penedo, uma estrutura lá. Claro, não somos mais governo. Tínhamos que montar uma estrutura mínima para nos dar apoio.

Quando assumi a Liderança, em substituição a esse importante membro da Oposição, que é o deputado Gildásio Penedo, conversando com meus pares, chegamos à conclusão de que precisávamos estruturar melhor a assessoria da Oposição, e assim procedemos, com uma equipe maior, mais ampla, com profissionais responsáveis, para que todos os projetos apresentados pelo governo

fossem analisados e os parlamentares da Oposição recebessem essas análises para que ele pudessem votar...

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERLADO ROCHA: Pois não.

(...) sim ou não com consciência.

Claro que podemos ter falhas! E quando temos necessidade de buscar assessoria em determinadas áreas o fazemos, como fizemos ontem: convidamos o deputado Luiz Carreira, um ex-secretário de Estado, um dos quadros mais competentes do nosso grupo político, que, não tenho a menor dúvida, se ganharmos a eleição para presidente da República, será um dos ministros de José Serra, pela sua categoria, pela sua competência técnica, e agora com a sua sensibilidade política, adquirida no Congresso, e alguns companheiros técnicos do governo do Estado, e discutimos com o deputado Paulo Azi, deputado Gaban, deputado Elmar Nascimento durante mais de três horas, mas discutindo a coisa sem partidizar, sem ideologizar, de uma forma técnica. Fomos até o fundo e discutimos.

A Oposição está se tornando, na Liderança, graças ao apoio de todos os meus pares, centro de estudo. Não é a primeira vez. Assim se procedeu no projeto do Fisco e tantos outros projetos que vêm do governo. Com isso, nós não estamos atendendo simplesmente ao voto de sim ou de não, porque tem que se votar não, tem que se votar sim.

E aí eu vou, deputado Gaban, deputado Pedro, que foi meu Líder e está prestando atenção ao meu depoimento, retroagir um pouco no tempo. Se eu voltar a ser governo, se me eleger em 2010, eu não serei mais o deputado que fui no passado, que era, reconheço aqui e assumo meu erro, da bancada do amém. Chegava o projeto e eu votava. “Ah! Mas é governo, tem que votar”. Não vou, não, deputada Virgínia. Já disse, inclusive, ao governador Paulo Souto, que vai ser eleito em 2010, não tenha a menor dúvida. Não sei se V.Ex^a vai votar nele – agora, sangue é sangue.

Agora, estruturamos esse projeto, como o do Fisco, e o deputado Gaban, o deputado Gildásio, o deputado Clóvis, o deputado Junior, o deputado Rogério, o deputado João Bacelar, o deputado Paulo Azi, o deputado Elmar, todos eles debruçaram-se profundamente nesse projeto.

Ora, deputado Luiz de Deus, fiquei um pouco preocupado porque V.Ex^a disse que ia votar a favor. É um direito que V.Ex^a tem, mas eu não poderia, e vou fazer um apelo a V.Ex^a para que reflita... Não há plano de aplicação, colocaram a Comissão de Infraestrutura, e amanhã estamos entrando na Justiça para denunciar mais essa ilegalidade, em que se rasga a praxe, o Regimento da Casa, como fizeram...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Heraldo Rocha, V.Ex^a dispõe de 13 minutos e 40 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O Sr. HERALDO ROCHA:- (...) como fizeram com a Comissão de Defesa do Consumidor no projeto do Fisco, que iremos ganhar na Justiça, com todo o empenho do presidente, que eu sei que está tendo um empenho muito grande. Inclusive esse projeto, essa representação nossa foi para o Pleno, na sexta-feira, o nosso procurador, que é um procurador da Assembleia, da Instituição, estava lá e

graças ao nosso advogado, deputado Rogério Andrade e ao advogado da Liderança, o projeto foi retirado, estava ultrapassando, inclusive, etapas na operacionalização.

Vejam a que ponto chegou o rolo compressor desta Casa contra a Bancada da Minoria. Mas, nós vamos ganhar, deputado Gaban, deputado João Carlos Bacelar, deputado Paulo Azi, deputado Rogério Andrade, V. Ex^a que tem um desempenho muito bom na 1^a vice-presidência da Casa. Por quê? Porque nós estamos com a legalidade, deputado Valdeci, nós estamos dentro da lei.

O Sr. Pedro Alcântara:- V. Ex^a me concede o aparte, deputado

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou dar o aparte a V. Ex^a, deputado Pedro Alcântara. V. Ex^a me merece muito mais que um aparte, V. Ex^a que foi o meu Líder nesta Casa, espero que um dia volte a ser; eu não tenho a menor dúvida que V. Ex^a, como Independente, voltará ao governo, ao nosso governo, ao governo que V. Ex^a nunca saiu, que é o governo do Democratas, do PR, o governo da legalidade, o governo de Paulo Souto, que nós vamos ter tranquilidade, em 2010, para refazer determinados posicionamentos, porque erramos, e quando erramos o povo vai às urnas e nos derrota.

Com o aparte o deputado Pedro Alcântara e depois o deputado Gaban.

O Sr. Pedro Alcântara:- Deputado Heraldo Rocha, brilhante como sempre, e até me prendeu a atenção quando V. Ex^a disse que iria se reciclar, se algum dia voltasse a ser governo.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Vou fazer isso.

O Sr. Pedro Alcântara:- É importante esse clima que nós vivemos aqui, agora, com erros e acertos, estamos nos sentindo mais deputados quanto às discussões dos projetos que aqui se deram. E o exemplo foi hoje, quando Líder foi à Tribuna, deu aparte a quem queria, chamou técnico para discutir e o debate prossegue, esse é o nosso papel.

Mas eu que já tenho algum tempo nesta Casa e V. Ex^a também, e é por isso que eu sou amante da política e deste Plenário, acredito que no dia que eu for para outra vida, meu espírito andará por aqui de vez em quando, com certeza.

Eu não me recordo, se V. Ex^a lembra, Deputado Heraldo Rocha, poderá me refrescar a memória, quando foi que algum governador mandou para esta Casa uma solicitação de empréstimo, seja do BID, do BIRD, do BNDS? Que venham com o plano de aplicação, porque eu não me lembro. Eu estou aqui tentando lembrar e não estou conseguindo. Se tem algum deputado no Plenário que lembre, me fale.

A outra coisa que me choca, deputado, é com relação a essa questão de haver denúncias contra o governador, dizendo que ele não respeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal, que eu acho uma das melhores leis deste país. Quando se discutia qualquer projeto aqui na Casa, como por exemplo da Defensoria Pública a Oposição cobrava por mais defensores, mais salário; do grupo da Saúde, mais emprego, mais salário; dos juízes, mais juizes, mais salário; dos desembargadores e por aí vai. E se tivéssemos atendido aos questionamentos da Oposição, qual seria o impacto hoje em relação à Lei de Responsabilidade Fiscal?

O Sr. HERALDO ROCHA:- V. Ex^a fala deste governo ou do governo

passado?

O Sr. Pedro Alcântara:- De todos, neste, deputado. Estou falando dos projetos que foram enviados para cá da Defensoria Pública, dos serventuários da Justiça, do grupo Saúde, enfim, de todos os projetos que envolveram Planos de Cargos e Salários. Se as solicitações da Oposição atendidas nesta Casa, qual seria o impacto hoje, em termos da Lei de Responsabilidade Fiscal? Já teria ultrapassado muito mais do que reza hoje e agora, que é a contestação que a Oposição está fazendo!

O Sr. HERALDO ROCHA:- Deputado, V. Ex^a está fazendo meu discurso, deputado, e quero dar um aparte ao deputado Gaban!

O Sr. Pedro Alcântara: Não, deputado, estou querendo saber qual seria a consequência de estarmos discutindo isso aqui hoje, se já está nos 70%!

O Sr. HERALDO ROCHA:- V. Ex^a não quer que eu dê aparte, quer que eu lhe dê meu discurso.

V. Ex^a, deputado Pedro, não é daqueles para os quais quanto pior melhor, porque se o governo passado não fez plano de aplicação, esse também não vai fazer. V. Ex^a era Líder do governo, e incompetente foi a Oposição naquela época, que não pediu plano de aplicação! V. Ex^a era Líder do governo...mas não pediu, porque era incompetente! Nós, entretanto, somos competentes, nos estruturamos e temos hoje uma assessoria na Liderança.

O Sr. Gaban:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HERALDO ROCHA:- Com o aparte o deputado Gaban.

Seja breve, meu nobre deputado!

O Sr. Gaban:- Gostaria apenas, deputado Heraldo Rocha, de parabenizá-lo pela forma como tem assumido a Liderança da Minoria, dando espaço a todos nós, tendo uma equipe competente para auxiliar qualquer parlamentar da Oposição que se interesse pelo assunto. A estrutura que V. Ex^a criou merece de nós os maiores elogios.

É de estranhar o comportamento do meu querido deputado Pedro Alcântara, cuja memória deve estar meio confusa. Ele era Líder do governo passado, e o atual governo, que era Oposição na época, cobrava dele um plano de aplicação. Ele agora se esquece do passado recente, quando esse era o discurso que eles tinham, deputado Pedro Alcântara! V. Ex^a está agora querendo defender o que V. Ex^a não fornecia. Estamos debatendo aqui o discurso da Oposição. Como V. Ex^a é Oposição ou é governo, então não sei! Lembre da época em que V. Ex^a era Líder do governo César Borges e a Oposição criticava essa falta de plano de aplicação.

É isso que estamos contestando!

Parabéns, deputado Heraldo!

O Sr. HERALDO ROCHA:- Obrigado.

Sr. Presidente, vou concluir dizendo ao meu caro Líder do governo, essa figura importante e ímpar, mediana e simétrica, que não posso votar a favor desse projeto: primeiro, pelo açodamento; segundo, pela ilegalidade da inclusão, não sei por quem, de uma comissão, que teria que ser por V. Ex^a!; terceiro, pela falta do plano de aplicação; e quarto, porque não quero que o nosso governador, eleito pelos baianos no primeiro turno, responda pelo crime de improbidade fiscal.

Esta é a palavra de ordem da nossa Bancada: votaremos não contra o mérito desse projeto, como faziam no passado, mas contra a metodologia, a forma pragmática que este governo quer fazer com a Minoria, passando o rolo compressor, contra os deputados que pensam nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos apartes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Misael Neto, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, aqueles que nos acompanham pela *TV Assembleia*, não irei utilizar-me de todo o tempo, até porque todos aqueles colegas da Oposição, companheiros de luta nesta Casa, já expuseram todas as questões que levam a nossa Bancada nesta Casa a votar contrariamente a esse projeto.

Como o Líder da Oposição, deputado Heraldo Rocha, muito bem disse aqui, a Bancada da Oposição e a Bancada do Democratas não são contrárias ao mérito e já deram aqui exemplos e sinais, em um passado próximo, nesses dois anos em que fazem parte da Oposição, votando favoravelmente a projetos do governo, até, em certas vezes, ajudando no quorum de votação, como quando a Bancada era liderada pelo deputado Gildásio Penedo e, agora, sob a Liderança do meu querido amigo, deputado Heraldo Rocha. Já votamos favoravelmente, deputado Pimenta, e, mais, já votamos também em empréstimos a serem contraídos pelo governo do Estado, como foi o caso, deputado Gildásio Penedo, do Produzir III, do Procofins. A Bancada da Oposição deu quorum e votou favoravelmente a esses empréstimos por saber que eram importantes para a Bahia, ao contrário do que fez a hoje Bancada do governo, que, quando da necessidade de empréstimo para a recuperação de toda a nossa malha rodoviária, votou contrariamente, prejudicando os baianos e os interesses da Bahia.

A Bancada da Oposição não tem feito isso, ela tem ajudado. Agora, é necessário, deputado Getúlio, que a Bancada do governo também se ajude. É necessário que o governador encaminhe a esta Casa quais são e onde serão aplicados esses recursos. É necessário, deputado Gaban, que tenhamos regras definidas, principalmente nas comissões em que os projetos são votados, são discutidos, porque é somente aqui no Plenário que temos discutido os projetos.

Há uns 15 dias, tivemos, na cidade de Juazeiro, uma reunião da Agerba para, numa série de audiências públicas, discutirmos as alterações para a regulamentação do transporte alternativo. E, naquela oportunidade, deputado Heraldo Rocha, eu falava da minha alegria de ter participado de todos os debates em relação ao transporte alternativo naquela época presidida pelo querido amigo, deputado Júnior Magalhães, à frente da Comissão de Infraestrutura e que teve como relator o também atuante deputado Leur Lomanto. E, a partir dali, tivemos audiências públicas aqui, discutimos diversas vezes na Comissão de Infraestrutura e, daí, surgiu o projeto que não contemplava só os principais interessados que eram dos transportes alternativos. Dali, surgiu um projeto pronto e acabado, que tanto iria beneficiar o governo como

aqueles que seriam os principais interessados, os responsáveis, os transportadores. E falava da minha alegria e digo, deputado Gaban, aquela foi a única vez em que eu vi um projeto passar por todas as comissões, ser debatido nas comissões,...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. MISAEL NETO:- (...) ser debatido no Plenário, deputado Marcelo Nilo, e ser votado nesta Casa em acordo, mais uma vez, com a Oposição, mostrando que a Oposição está aberta ao debate e quer a melhoria dos baianos.

Mas não podemos, deputada Eliana Boaventura, votar num projeto desse. Eu gostaria muito de que, nesse projeto, desses recursos de quase 400 milhões de reais, fossem alocados alguns para Juazeiro. V.Ex^a não gostaria que fossem para Feira de Santana? Vão para Feira? Onde a senhora viu que vão para Feira? Porque eu não vi se vão para Feira, para Juazeiro. Eu não vi, deputado Gilberto Brito, não sei aonde esse dinheiro vai parar.

Então, seria necessário que o governo do Estado, que preza tanto pela transparência, deputado Gaban, anexasse a esse projeto onde esses recursos serão empenhados.

O Sr. Gaban:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MISAEL NETO:- Com um aparte o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Parabenizo V.Ex^a, que me faz lembrar dos discursos da outrora Oposição, que cobrava plano de investimento e, agora, muda o discurso. Um dia desses, eu vi o deputado Álvaro Gomes dizendo que não se deveriam ouvir os servidores públicos, o que seria burocratizar o processo de retirada de dinheiro do Funprev. Os parlamentares do governo, na semana passada, desafiaram a imprensa porque estava desagradando o PCdoB . Quem te viu e quem te vê! Vejo parlamentares, deputado Misael, que antes tinham uma bandeira e agora mudam completamente a sua maneira de pensar. Troca-se de posição como se troca de camisa.

Mas há um histórico de cada um de nós nesta Casa. Os pronunciamentos que fizemos no passado e fazemos no presente são parte de nossa história. Nada se rasga mudando comportamentos de uma hora para outra para justificar um passado ou um presente porque a história está registrando os comportamentos que tivemos outrora, no presente e que teremos no futuro.

Então, o que chateia, o que lamenta, o que entristece o Parlamento baiano é, exatamente, isso, ou seja, posicionamentos que mudam de acordo com a conveniência momentânea. Mas, neste aspecto, o que chama mais atenção é que poderíamos ver melhor os dados apresentados no início da noite, depois de ter feito uma proposta, se tivéssemos tempo para analisar amanhã de manhã. Parece que já conversei isso, não sei de que tem tanta convicção o governo, porque ele está coberto de razão.

Por que não fazer uma votação amanhã? Mas, não. O que o governo faz? Colocam-se comissões para dar garantia da aprovação no Plenário. E são comissões que nunca participaram de uma votação ou de um projeto de empréstimo! Eles passam por cima do Regimento mais uma vez. Eles dão uma péssima imagem para a população! É como um rolo compressor. Mesmo tendo 48, não temos votos

necessários para aprovar. Eles ficam utilizando de subterfúgios!

Eles nos obrigam, mesmo sendo uma Minoria lutadora, cada vez mais combativa e cada vez mais integrada na posição de não defender apenas o governo ou ser contra o governo, mas defender a democracia e ter o respeito à minoria. Eles estão querendo, cada dia mais, nesta Casa, tirar o direito da Minoria se manifestar através da inclusão de comissões que não são pertinentes e nunca foram na história desta Casa para julgar projetos. Mas com medo de perder, eles colocam as tais comissões.

Tentaram, numa maneira desesperada, aumentar o número – prestem a atenção – repito, aumentar o número de comissão depois das comissões estarem instaladas, presidentes nomeados, indicações já feitas no transcurso de uma legislatura. Eles queriam mudar. Se não fossem bravas as respostas dos membros da comissão...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Gaban:- Quem está me dando o tempo é o deputado Misael. V.Ex^a cancelou?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Eu imaginei que V.Ex^a havia terminado, deputado.

O Sr. Gaban:- Não, mas o tempo é dele.

O Sr. MISAEL NETO:- V.Ex^a tem o direito de falar.

O Sr. Gaban:- O deputado Misael está satisfeito.

O Sr. MISAEL NETO:- V.Ex^a tem o tempo necessário para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Se eu estiver importunando o pronunciamento de V.Ex^a, deputado Misael, por favor, interrompa-me no momento em que achar necessário.

O Sr. MISAEL NETO:- O aparte de V.Ex^a só faz enriquecer o meu pronunciamento, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria de fazer esses questionamentos, deputado Misael. Eu gostaria de ver que mesmo em cima do Tribunal de Justiça está tendo uma ação do Poder Legislativo à medida que se sobrepõem, etapas que deveriam ser cumpridas num processo em que ganhamos o direito de ter comissões à representatividade pelo que o povo nos garantiu nos votos independentes daqueles parlamentares que foram eleitos por uma coligação – não quero entrar no mérito do motivo – que foram para o lado do governo. Mas o voto popular tem de ser respeitado. E ganhamos na Justiça. Se não fosse a atuação de advogados da Minoria, o próprio Tribunal de Justiça teria jogado no Pleno indevidamente este processo. Parece que isso foi feito às escuras sem nenhuma divulgação.

Na sexta-feira, o advogado correu para lá para evitar esta votação. Senão, talvez teriam votado já com a garantia. Já havia uma equipe da Assembleia lá para pressionar ou não sei para quê, pelo menos para fiscalizar. Isso virou mania, há aqui sempre três assessoras fiscalizando o comportamento dos parlamentares do governo. Tem uma que fica aqui dentro fiscalizando e dando dura. Hoje, tentou dar uma dura no deputado Luiz Augusto, mas ele, mais uma vez, não admitiu que viesse reprimi-lo aqui no Plenário ou onde for.

Está tendo patrulhamento na sala do cafezinho, no Plenário, com gente ligando

para secretários e cobrando compromissos de parlamentares.

Nunca vi isso na história do Legislativo; é uma desmoralização do Poder. Devemos discordar disso. O direito da Minoria tem de ser respeitado, é isso que diz a democracia em qualquer Parlamento que se respeite. E aqui estão tentando acabar com o direito da Minoria, querem que ela fique calada.

O que aconteceu hoje serve como exemplo, deputado Misael, tendo em vista que a Minoria alertou para um fato que o governo não queria enxergar até este momento. Precisou que começássemos a criticar, desde dezembro, aquela prepotência do secretário de dizer que tinha 1 bilhão em caixa. Na verdade não tinha.

Dizíamos que a situação das finanças do Estado era preocupante, alertamos que estavam dando aumentos salariais sem se observar quem iria pagar a conta. Fizemos pronunciamento nesse sentido, e agora vemos técnicos do governo dizerem aqui que no próximo quadrimestre o Estado já vai estourar o que estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Agradecendo o aparte que V.Ex^a me concedeu, quero dizer, para finalizar, que o Parlamento só pode funcionar quando é respeitado o direito da Minoria. Esse direito nos foi dado pelo povo. Então a Minoria não pode ser desrespeitada por essa Maioria. Até porque é uma Maioria criada artificialmente, pois não foi a vontade do povo da Bahia manifestada nas urnas. A população deu a vitória a Jaques Wagner, mas fez a Bancada do ex-governo Paulo Souto majoritária, pelo trabalho realizado.

Não basta terem 48 deputados?! Não se sentem satisfeito com isso e querem calar a Oposição. Podem tentar nos calar, podem nos desrespeitar, mas ficará registrado nos Anais desta Casa e na história do Parlamento baiano que a situação agora – quando estão no poder aqueles que diziam, quando eram Oposição, que "carlista não pensava, obedecia" – está muito pior. Quem é ligado a Wagner não tem direito de pensar, porque na hora que pensa diferente encontra quatro assessoras aqui dentro para pressioná-lo.

Não podemos ir mais nem à sala do cafezinho, que sempre foi um ambiente restrito aos deputados e aos ex-deputados. Hoje, é uma sala de escuta, com várias assistentes do governo para ouvir o que os parlamentares estão comentando para fazerem fuxico com secretários.

Não temos nem a nossa privacidade, deputado Misael, para ficar num ambiente que era nosso, gostoso. Os embates eram até, às vezes, muito rudes, mas na hora do cafezinho a situação amenizava, com cada um mostrando que tinha posições partidárias. É uma vergonha, pois é uma parte escura do Poder Legislativo.

Mas tudo isso ficará registrado, como já estão registrados os posicionamentos mostrando aqueles que foram reeleitos e depois desrespeitaram a vontade soberana do povo da Bahia.

Agradeço o aparte e o parabenizo, mais uma vez, por seu pronunciamento.

O Sr. MISAEL NETO:- Agradeço e incorporo o seu aparte, deputado Gaban. V.Ex^a tratou exaustivamente deste tema aqui nesta tribuna, e agora mais uma vez colocou com muita propriedade o porquê de a Bancada do Democratas e da Oposição votar contra esse projeto. Demonstrou que essa proposição não dá segurança

nenhuma de onde serão aplicados esses recursos. Projeto esse que não foi discutido como merecia devido ao montante do aporte, dos recursos que serão alocados no Estado da Bahia. E onde serão alocados, deputado Edson Pimenta? Essa é a preocupação da Bancada da Oposição, que estará, mais uma vez, de forma responsável, votando contrariamente a esse projeto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, Marcelo Nilo.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrada a discussão. Em votação.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, gostaria de registrar o nosso posicionamento, o que já foi feito na tribuna por vários parlamentares e agora, por último, por esse jovem brilhante, Líder do Democratas, Misael Neto. Queria dizer a V.Ex^a que, infelizmente, nós, da Oposição, seremos obrigados a votar contrariamente, devido a tudo aquilo que coloquei: consideramos ilegal a inclusão da Comissão de Infraestrutura, há falta de um plano de investimentos e foi açodada essa votação em regime de urgência.

Não somos contrários ao projeto, pelo contrário, pois achamos que o Estado, em situação pré-falimentar, precisa de recursos. Só que esse empréstimo não resolverá, deputado-presidente, Marcelo Nilo, e V.Ex^a como parlamentar competente sabe que estou dizendo a verdade, porque o Estado está quebrado. O Estado da Bahia está falido porque não há gestão.

A Comissão de Infraestrutura, como?!

Quero, primeiro, agradecer, em meu nome e em nome de nossa força e do nosso posicionamento, à Bancada da Oposição, que tem sido coerente, consistente e de força. Parabéns, Oposição! Vamos votar Não! Porém, não ao empréstimo, mas à situação pré-falimentar deste governo.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ninguém pediu questão de ordem.

O Sr. Paulo Azi:- Verificação de quorum de votação, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ninguém pediu verificação de quorum.

Agora, por favor, está em votação.

Aprovado, com votos contrários dos deputados Gildásio Penedo, Misael Neto, Fernando Torres, Júnior Magalhães, Heraldo Rocha, Maria Luiza Barradas Carneiro, Gaban, Arthur Maia, Eliedson Ferreira, Clóvis Ferraz, Elmar Nascimento, João Carlos Bacelar e Paulo Azi.

Agradeço a presença de todos os deputados. Está encerrada a sessão e prejudicada a seguinte.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*